

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

MARA CAROLINA DE LIMA GALVÃO

LITERATURA E POLÍTICA NAS *DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA*

CAMPINA GRANDE - PB
2012

MARA CAROLINA DE LIMA GALVÃO

LITERATURA E POLÍTICA NAS *DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade – PPGLI – da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Interculturais, na linha de pesquisa literatura Comparada, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino.
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosilda Alves Bezerra.

CAMPINA GRANDE - PB
2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

G1821 Galvão, Mara Carolina de Lima.
Literatura e política nas *Declarações da Selva Lacandona* [manuscrito] / Mara Carolina de Lima Galvão. – 2012.
150 f.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2012.
“Orientação: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Departamento de Letras e Artes”
“Co-Orientação: Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra, Departamento de Letras e Artes”

1. Literatura. 2. Movimento Zapatista. 3. Poesia. 4. Memória. I. Título.

21. ed. CDD 920

À Edilza Conceição de Lima, pelos sins sempre.

AGRADECIMENTOS

À minha família pela paciência e apoio constantes. Especialmente à minha mãe Edilza pelo constante suporte em todos os aspectos que nortearam a composição deste trabalho e pelas amorosas paciência e dedicação que atribuiu a mim durante este mestrado.

Ao professor Luciano Justino não somente pela orientação, mas principalmente por me ter apresentado com objeto tão rico, mutante e sempre surpreendente.

Às professoras Rosilda Alves Bezerra e Sueli Meira Liebzig pelas preciosas dicas e pelo caminho apresentado sobre o qual pude concluir minhas leituras.

A Roberto e Alda pela paciência à prova de fogo e pela ajuda constante.

A professora Zuleide pelas palavras de apoio e pelo incentivo ousado e vivo com o qual nos contemplava dentro e fora da sala de aula.

A Sara Miranda, com quem tive o prazer de caminhar lado a lado durante boa parte deste período e que muito me ensinou com seu pulso firme e coração mole sobre paciência (acredite!), alteridade e amizade, e que por várias vezes fez da chatice a coisa mais engraçada do mundo!

A Janaína Romão pela mão sempre e sempre estendida para tudo até o último minuto e pela sinceridade da amizade e das palavras.

Meninas, serão tardes, cafés, noites, algumas madrugadas e muita conversa que lembrarei fraternamente!

A Ligia Coeli, amiga solidária e divertida, atrapalhada e aperreada por vida, porque nunca deixou a peteca cair e por ter sempre atribuído sabor a tudo o que fez e disse durante este tempo em que estivemos juntas.

A Helder Holanda e sua amizade doce e estabanada.

A Severina Faustino que me contemplou com sua companhia e seu riso solto e descontraído nas muitas casas onde moramos.

A Nivaldo Pitó Caju (seja lá como for), pelos papos longos e visitas fugazes, pela convivência calma, pela compreensão na hora do aperreio, pelas mandalas em forma de refeição, pelo alívio que sobra em ti partilhado nas melhores (e nas mais necessárias) horas. Valeu Isaurinha.

A Luca, Gláuber, Jajá, Ana, Abi, Lúcio e tantos outros que se bandearam para o lado de cá me cedendo também um lado do ombro amigo, da cadeira e da mesa.

A vocês um muito obrigada pelas doses compartilhadas: de risos, de cafés, de carinhos, abraços, lágrimas, aperseios,inhos, medos, sonhos, cervejas, incertezas, festas e conquistas.

Aos queridos Vanga, Josué, Bruno, João, Carlos Eduardo e Priscilla Ferreira pelos muitos momentos descontração e apoio mútuos mais que necessários neste caminho tão tenso e propenso a desequilíbrios que foi o nosso.

A Érica Tavares pelos muitos galhos quebrados e pela disponibilidade constantes.

A Julieta, Robson, Franciny e Jousy pelo apoio nos momentos mais angustiantes, pela sintonia nos silêncios, pela amizade de sempre.

Aos demais colegas e professores do PPGLI.

RESUMO

Diante das atuais demandas literárias muito se tem especulado a respeito do conceito de Literatura, e do que venha a constituir um Cânone. Partindo do pressuposto de que haja vários cânones, este trabalho revisita os argumentos que determinam o valor de uma obra enquanto literária, como também a extensão deste questionamento a outros elementos subjacentes ao ramo da literatura, pondo em pauta o papel do escritor e a relevância, neste caso, da poesia como instrumento de luta política. Esta dissertação investiga como os questionamentos acima podem partir das *Declarações da Selva Lacandona*, qual a contribuição literária e política destas e quais soluções apresenta às imbricações supracitadas. Dotadas de poesia, propostas políticas, humor e simbolismo, surgiram como bandeira primeira do Movimento Zapatista, um movimento de guerrilha, composto na sua maioria por indígenas habitantes do estado de Chiapas, que, unidos contra o neoliberalismo, as consequências negativas do capitalismo vigente, o descaso, e a miséria que assola a maioria dos habitantes do México, comunicam através destas composições o desejo de construir uma nova nação, cuja palavra de esperança movimenta a luta e a utopia realizável que se faz urgente. A beleza das suas ideias, o apego à liberdade e a tolerância à diferença, antes restritos ao Estado mexicano, atualmente abraçam o mundo. Ao todo constituem seis as *Declarações*, tendo sido escritas entre os anos de 1994 e 2005, cuja autoria é atribuída ao Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Palavras-chaves: literatura, zapatista, manifesto, poesia, memória, utopia.

RESUMEN

Teniendo en cuenta las demandas actuales de la literatura, mucho se ha especulado sobre el concepto de la literatura, y lo que es un Canon. Partiendo del lo presupuesto de que haya varios cánones, este trabajo retoma los argumentos que determinan el valor de una obra en el sentido literario, así como el alcance de esta investigación a otros elementos que subyacen al ámbito de la literatura, poniendo en tela de juicio el papel del escritor y la relevancia, en este caso, de la poesía como instrumento de lucha política. Esta disertación investiga cómo los cuestionamientos anteriores se pueden partir de las *Declaraciones de la Selva Lacandona*, cuales son las contribuciones literarias y políticas de estas y que soluciones presentan a las cuestiones citadas. Dotadas de poesía, propuestas políticas, humor y simbolismo, se han surgido como la primera bandera del Movimiento Zapatista, un movimiento guerrillero, compuesto en su mayoría de los pueblos indígenas habitantes del estado de Chiapas, que, unidos contra el neoliberalismo, las consecuencias negativas del capitalismo en vigor, el abandono y la pobreza que afecta a la mayoría de los habitantes del México, comunican a través de estas composiciones el deseo de construir una nueva nación, cuya palabra de esperanza mueve la lucha y la utopía realizable que se hace urgente. La belleza de sus ideas, el apego a la libertad y la tolerancia a la diferencia, antes restringido al Estado mexicano, actualmente abrazan el mundo. Constituyen al todo seis *Declaraciones*, que fueron escritas entre los años 1994 y 2005, cuya autoría es atribuida al Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

Palabras clave: literatura, zapatista, manifiesto, poesía, memoria, utopía.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – POR UM CONCEITO DE VANGUARDA	12
1.1 Manifesto, vanguarda e modernismo	12
1.2 A modernidade em Marx e Baudelaire	23
1.3 Um pensamento hispano-americano	32
2 – A PARATOPIA NA SELVA LACANDONA	39
2.1 O EZLN e o levante zapatista: causas, efeitos e o contexto da criação escrita	39
2.2 O cachimbo <i>parlante</i>	48
3 – UTOPIA E POESIA E POLÍTICA NAS <i>DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA</i>	60
3.1 Considerações sobre o conceito de utopia.....	60
3.2 Os (novos) caminhos da Utopia	66
3.3 Utopia e identidade	71
3.4 História, memória e simbolismo nas <i>Declarações da Selva Lacandona</i>	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo perceber e analisar de que maneira alguns textos contribuem para uma (re)articulação entre a literatura e a política. Dito de outro modo, objetivamos compreender como a literatura serve de lastro conceitual para que grupos políticos em suas lutas não literárias utilizem a literatura para fundamentar coletivamente suas demandas sociais, contribuindo desta maneira aos estudos literários e sua consequente relação com outros campos do conhecimento, como são os Estudos Culturais e a História.

Como objeto de análise, têm-se as *Declarações da Selva Lacandona*¹, manifestos do Movimento Zapatista, iniciado com a geração do final da década de 60, cuja origem está na constituição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), uma organização basicamente político-militar que tem a democracia participativa como principal objetivo, constituindo suas principais funções declarar guerra ao governo mexicano e às elites que ele representa e propor um regime socialista que garanta autonomia e o reconhecimento dos povos indígenas mexicanos através, principalmente, da reforma agrária. As *Declarações* foram produzidas entre os anos de 1994 a 2005.

No primeiro Capítulo, tomamos a discussão entre vanguarda literária e vanguarda política, a qual está intrinsecamente ligada ao modernismo do século XX, e de sua consequência para a arte, especialmente no que diz respeito à confecção e propagação de manifestos literários, na Europa e consequentemente na América Latina.

Será enfatizada a discussão sobre os conceitos de Modernismo e modernidade a partir de dois paradigmas vistos como essenciais à compreensão de tais conceitos: o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), obra de Karl Marx e Friedrich Engels e a poesia de Charles Baudelaire, ambas as análises serão subsidiadas a partir da visão de Marshall Berman (2007); em seguida será feita uma leitura dos impactos destes conceitos sobre o mundo, e a repercussão das ideias marxistas no meio artístico latino americano, em particular em Oswald e Mário de Andrade e José Carlos Mariátegui (SCHWARTZ, 2008).

Para aprofundar a articulação literatura/política, estudamos o conceito de literatura menor, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977), observando sua aplicabilidade à

¹ Os trechos das *Declarações* citados neste trabalho estão em espanhol, como consta na versão original. Contudo, circula na rede uma tradução não oficial para o português das cinco primeiras Declarações no sítio: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm> e a sexta neste endereço: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-pt/>.

relação de subalternização estabelecida entre a literatura latino-americana e a literatura europeia, considerada hegemônica, para posteriormente compreendê-la à luz das demandas políticas do EZLN através de suas *Declarações*.

Para o segundo capítulo será analisada a relação vida/obra, complementando a análise das declarações e da relação que há entre sua produção e seus autores, e de como as consequências desta relação interferem no conteúdo final das *Declarações*. A partir daí levantaremos hipóteses de como se dá o lugar paradoxal do escritor que escreve em nome de uma comunidade e para fins que não são literários. O foco da análise será o Subcomandante Insurgente Marcos, porta voz do EZLN, e sua contribuição político literária a partir do seu lugar como indivíduo cosmopolita, residente da Selva Lacandona e escritor. Esta análise será subsidiada pelos estudos de Michel Foucault (1987) sobre o espaço, seguida da perspectiva de Dominique Maingueneau (2009) e seu conceito de paratopia.

No terceiro e último capítulo segue um estudo de aspectos recorrentes e que embasam as *Declarações da Selva Lacandona* enquanto manifestos. O primeiro deles será a ideia de utopia, da criação do conceito a concepção atualizada e como este se configura nas *Declarações*, cujo aporte teórico será principalmente Ernst Bloch (1964) e Haroldo de Campos (1997); em seguida, ver-se-á a autoafirmação das identidades indígenas retratada nos manifestos e a proposta do EZLN de uma reforma para o conceito de Nação, baseada na cultura das comunidades indígenas e camponesas de respeito às diferenças. Estas leituras se darão a partir de Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2000); complementando essa discussão, será possível verificar a presença maciça do elemento simbólico na construção dessas identidades, presente na/a partir das *Declarações da Selva Lacandona* (HÉAULAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

A interpretação dos aspectos poéticos das *Declarações* e da contribuição no quadro da literatura latino-americana, que tange, principalmente, os primeiro e o terceiro capítulos desta dissertação, será orientada pela perspectiva de Octavio Paz (2009).

1 – POR UM CONCEITO DE VANGUARDA

1.1 – Manifesto, vanguarda e modernismo

Acompanhando a modernidade, as obras produzidas no/para o mercado literário têm mudado com grande velocidade seus estilos e tendências, seja pela necessidade de expandir seu público consumidor ou para construir novos paradigmas de pensamento. No entanto, mantêm-se elementos clássicos que garantem uma espécie de “literariedade” aos textos considerados literários mesmo que, muitas vezes, a prioridade de seus autores não tenha sido produzir literatura.

Na busca por um conceito daquilo que é “Literatura”, muito se teorizou a seu respeito, até tornar-se visível que a literatura é mais bem definida pelos elementos que a constituem. Os paradigmas literários até então existentes e que determinam o que conhecemos como o cânone ocidental, antes composto pelos padrões europeus em vista de vários critérios considerados necessários na constituição de um texto literário (a língua e sua “idade”, hegemonia cultural do país influenciador, etc.), tem seu espaço constantemente cedido a novas configurações, novas formatações deste texto que são também determinadas pelos rumos históricos do globo e pelas oscilações nas esferas de poder do meio literário, que constituem um poder paralelo se comparado à realidade econômica dos países.

Esse espaço literário internacional é o cenário europeu, que influenciou (e influencia) muitas das culturas ocidentais. Segundo Pascale Casanova (2002) “O espaço literário internacional foi criado no século XVI, ao mesmo tempo em que se inventava a literatura como ensejo de luta, e ele não cessou de ampliar e estender-se desde então” (CASANOVA, 2002, p.25). Essa literatura como ensejo de luta é um conceito que não encerra uma regra a toda e qualquer literatura visto que seu papel artístico estético não precisa estar inteiramente vinculado ao político, porém neste trabalho, essa perspectiva será o foco de leitura visto que os objetos de análise serão as *Declarações da Selva Lacandona*, manifestos produzidos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México.

Para tal se tomará mais adiante a análise de Marshall Berman (2007) a respeito do *Manifesto do Partido Comunista* (1848), o contexto das vanguardas literárias do início do século XX, e a visão política de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1975) sobre o que

conceituam como literaturas menores, aspectos essenciais na compreensão da relação que há entre o político e o literário num texto.

Pascale Casanova (2002) constata que o mapa literário europeu não corresponde historicamente ao seu mapa econômico, assim os centros de influência literária estavam no caminho oposto ao centro financeiro, no caso dos países colonizados e mesmo após suas respectivas independências políticas o mapa literário segue o mapa econômico. Na ideia de perpetuar esse cânone instituído a partir, principalmente, dos paradigmas pré-estabelecidos, há aqueles que se dedicam à atividade de escrever, fazendo da atividade uma profissão (CASANOVA, 2002), fato comum em países com “tradição literária” como a França ou a Alemanha, por exemplo.

No caso dos países na América Latina, que não ocupam ou nunca ocuparam papéis de destaque no cenário econômico mundial, suas políticas literárias estão estritamente vinculadas às suas políticas econômicas. E nem é preciso sair do país para constatar tal afirmativa, basta observar o quadro da literatura brasileira cujo desenrolar sempre acompanhou – e ainda hoje acompanha – os eixos de desenvolvimento econômico do Brasil.

No entanto há os que produzem a literatura acidentalmente, ou seja, produzem algo que se torna literatura sem a intenção inicial de sê-la, o que geralmente ocorre quando não há a intenção de abastecer esse mercado consumidor, por exemplo; esse tipo de “acidente” é frequente em países que não possuem uma tradição literária extensa. Antonio Candido (*apud* CASANOVA, 2002), ao descrever o que ele denomina “fraqueza cultural” da América Latina, enumera fatores que não contribuem para a formação de um capital literário, seriam eles:

[...] a alta taxa de analfabetismo, que implica, escreve Candido, a ‘inexistência, dispersão e a fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais’ em seguida a ‘falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); a impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou amadorísticas’ (CANDIDO *apud* CASANOVA, 2002, p.31).

Analisando esta prática literária, determinadas obras são validadas de acordo com sua produção propriamente, além das inúmeras releituras que permitem a respeito de si mesmas e, sobretudo, a respeito do contexto do qual fazem parte, causando um efeito típico que seria a crença que é “ocultar o princípio da dominação literária em si” (CASANOVA, 2002, p.24).

É o que ocorre ao conceito de cânone literário, cuja instituição funciona como uma entidade anônima, autoritária e incontestável. Tem-se essa visão das literaturas de países que servem como padrão ou paradigma não somente literário, mas também político e econômico; a exemplo de países como a França, a Alemanha, ou mesmo Portugal, que foram antes de tudo culturas colonizadoras.

As literaturas pós-coloniais não entram nesse mercado com o mesmo juízo de valor. A ‘subordinação cultural’ à cultura europeia em países latino-americanos, indianos e africanos, por exemplo, subjugou a literatura das ex-colônias a meras cópias da literatura europeia.

Conforme Frantz Fanon (FANON *apud* BONNICI, 2000) há três fases enfrentadas pela literatura nos países pós-coloniais sendo a primeira a da “assimilação”, quando os escritos dos colonizados correspondem exatamente aos do colonizador, representando uma total assimilação cultural sem questionamentos.

A segunda fase se chama “nacionalista”, quando o intelectual nativo, consciente de sua condição, procura recuperar antigas tradições se impondo contra a reprodução de hábitos dos colonizadores, mas são atos falhos, pois ainda observa a própria cultura sob o viés analítico europeu. É possível citar como exemplo o Romantismo, que enquanto escola/movimento literário foram os primeiros passos para uma autonomia literária e política nas Américas, porém, suas ideias já amadurecidas tiveram um efeito mais eficaz no que concerne à autonomia cultural quando retomadas no modernismo.

Há então a fase “revolucionária e nacionalista”, quando o intelectual nativo após ter influenciado o povo torna-se seu despertador, alertando-o para as opressões e inflamando-o a lutar por democratização.

De acordo com Casanova (2002), os países como a África e a Índia, até então excluídos da ideia mesma da literatura autoral, a partir da descolonização reivindicaram a legitimidade e a existência literárias, bem como atualmente ainda reivindicam, sendo suas literaturas consideradas antes meras imitações do padrão europeu. Hoje, mesmo quando reconhecida sua originalidade são subjugadas a textos inferiores, menores, pois a colonização mais forte dá-se no plano cultural e sua abolição exige uma mudança antes de pensamento que comportamental o que reverteria a visão que se tem sobre a tradição literária no ocidente e a definição clássica de Literatura, que prega

quanto mais antiga a literatura, mais importante o patrimônio nacional, mais numerosos os textos canônicos que constituem, sob a forma de “clássicos

nacionais” o panteão escolar e nacional. [...] Os “clássicos” são o privilégio das nações mais antigas (CASANOVA, 2002, p.29).

A definição de um texto enquanto clássico tem também na língua (e não somente no tempo) um fator determinante na formação deste conceito e de juízos de valor sobre os escritos literários, pois há línguas consideradas mais “literárias” que outras, cujo prestígio apóia-se na longa tradição de sua escrita (CASANOVA, 2002). É o que ocorre com relação ao francês, considerado superior quando comparado ao inglês, que por sua vez é superior ao português, portanto “quanto maior o número de políglotas que falam determinada língua, mais a língua é central, ou seja, dominante” (CASANOVA, 2002, p.36).

Para povos como os indígenas da América Latina, por exemplo, que possuem na tradição oral seu histórico cultural e artístico, com a assimilação das culturas não indígenas e consequentemente de suas línguas, seus falantes diminuem, sendo os efeitos gradativos desse processo que começou com a expansão dos países colonizadores um conseqüente desaparecimento avançado das línguas autóctones, da cultura e num caso mais grave, de seus falantes, como foi o caso dos Yamanas da Patagônia, no Chile, que aos poucos foram extinguindo-se em decorrência da aculturação europeia.

Desse modo criam-se pensamentos de culturas “superiores” e “inferiores”, sendo as primeiras padronizadas como o modelo clássico e melhorado e as segundas meras imitações. As literaturas que não correspondem a esse patamar clássico são consideradas menos importantes. Deleuze e Guattari defendem a existência de algumas dessas literaturas como “menores”, mas não menos importantes, e elucidam os fatores que a compõem tendo como exemplo a literatura de Franz Kafka, na obra *Kafka para uma literatura menor* (1977).

A primeira característica do que venha a ser uma literatura menor diz respeito à língua, pois uma “literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior [...] a língua aí é modificada por um forte coeficiente de desterritorialização” (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 25) na tentativa de retomar elementos da cultura subjugada como próprios, estabelecendo padrões para sua produção literária.

A segunda afirma que é político tudo a que se refere à literatura menor. Nestas literaturas, os casos individuais retratados pelas personagens não compõem um bloco em um amplo espaço cujo meio social onde ocorrem é plano de fundo, mas sim são ligados diretamente ao político e consumados num espaço muitas vezes pequeno, confuso, limitado.

A terceira característica diz que “tudo adquire um valor coletivo” seja essa coletividade presente ou futura já que

[...] a consciência coletiva ou nacional está “sempre inativa na vida exterior e sempre em vias de desagregação”, é a literatura que se encontra encarregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa apesar do ceticismo (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 27).

Não há sujeito, há somente “agenciamentos coletivos de enunciação” (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 28). O termo “menor” caracteriza as “condições revolucionárias” de determinada literatura dentro daquela que é considerada maior.

Para os autores a literatura de Kafka é a representação dessa literatura menor enquanto “máquina de expressão”: há entre ela e a língua uma relação de múltipla desterritorialização, principalmente por ser Kafka judeu e vivendo na República Tcheca escrevendo em alemão. Há um alemão “plástico e artificial” por muitos usado que se “inflado de recursos de um simbolismo, de um onirismo, de um sentido exotérico, de um significante oculto” passa a expressar dessa forma um “esforço desesperado de reterritorialização simbólica com base em arquétipos” (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p. 29). Ou num segundo caso, a opção seria pela língua em suas singularidades, impor todo uso simbólico ao uso intensivo dessa língua (DELEUZE & GUATTARI, 1977).

A questão agora é como extrair da língua da qual se faz uso outra que seja própria? Essa responsabilidade da língua, se assim se pode denominar, recai sobre o uso do instrumento que cada um faz, de acordo com a finalidade desejada. Por exemplo, a apropriação que alguns escritores de língua portuguesa fazem da língua e da sua maneira de interagir com sua obra e leitor como o fazem Saramago (Portugal), Manuel Rui (Angola) ou Guimarães Rosa (Brasil). A quebra de padrões propostos pela língua – culturalmente imposta – da qual se utiliza (por meio da pontuação, criação de vocábulos ou a inserção de palavras coloquiais, rompimento com a linearidade da narrativa) se amolda às necessidades criadas na/para cada obra.

Segundo Deleuze & Guattari (1977), quando a língua tem quebrada a sua linearidade ou ultrapassa seu próprio paradigma com determinados termos linguísticos estes são considerados intensivos, ou tensores, os quais são mais bem desenvolvidos em línguas de literaturas menores: “O que pode ser dito em uma língua não pode ser dito em outra, e o conjunto do que pode ser dito e do que pode não ser, varia necessariamente segundo cada língua e as relações entre essas línguas” (DELEUZE & GUATTARI, 1975, p.37).

Tanto essas necessidades, que são delimitadas não somente pelo tempo e pelo espaço, como também as necessidades culturais daqueles que dessa língua fazem uso são fatores determinantes para a forma como ela deve ser expressa. Por isso, em determinados escritos há palavras criadas para atingir dado objetivo ou expressar certa ideia, e por isso, são intraduzíveis.

A busca por autonomia linguística na América Latina não é um projeto que se originou com as vanguardas, mas sim desde o romantismo e suas guerras pela independência, muito embora a variação linguística seja um processo natural, recriar padrões é uma maneira de autoafirmação da identidade.

Octavio Paz (2009), crítico literário mexicano, afirma que esse sentimento de não-pertença foi também expresso mesmo na língua espanhola utilizada pela literatura hispano-americana, também desde o romantismo, como elemento de diferenciação da literatura, e consequentemente da cultura que primeiramente seja da Espanha, e num segundo patamar entre os próprios países latino-americanos que se comunicam em espanhol.

Muitos foram os escritores latino-americanos que procuraram institucionalizar a língua de suas respectivas pátrias e que esta seria, obviamente, diferente daquela herdada pelas respectivas nações colonizadoras. Durante as vanguardas essa discussão foi retomada e intensificada. Para Deleuze & Guattari (1977), os processos de reconhecimento de padrões literários incluem as línguas menores como representativos de uma literatura menor, como o são línguas de colônias ou línguas “alteradas”, como a língua portuguesa falada por brasileiros e africanos diferentemente da de Portugal, a “padrão”.

A categoria ‘literatura menor’ permite visualizar-se outra atitude: os membros de uma literatura menor, não apesar de, mas justamente por pertencerem a tal menoridade, têm a possibilidade de enxergar movimentos da terra que passam despercebidos aos sentidos metropolitanos, porque à estabilidade das instituições metropolitanas os tornam remotos (COSTA LIMA *apud* ROCHA, 1999, p.129).

Estes aspectos acima descritos, relevantes na leitura de textos que constituem novos paradigmas na literatura, serão considerados na interpretação que será feita no decorrer deste trabalho das *Declarações da Selva Lacandona*², cuja proposta é analisar os textos para além de tratados político-filosóficos, pois além de proporem uma nova constituição democrática mexicana baseada no reconhecimento dos grupos indígenas e na reforma agrária, tem na sua

² Por terem sido escritas entre 1994 e 2005, o ano referente às *Declarações da Selva Lacandona* será indicado individualmente, apenas quando um trecho específico for citado.

composição a poesia, aliando o devir político à composição literária, sendo seu paradigma o *Manifesto do Partido Comunista*.

A presença de formas diferenciadas de fala, principalmente depois da independência, é um fenômeno comum em toda a América Latina. Representam, ou seria um reflexo, dessa busca pela identidade, que faria a nação constituinte se opor a constituída. Iniciada em meados do século XIX, esmorece com o surgimento de novas propostas político-literárias e é retomada nos anos de 1920.

O cosmopolitismo avassalador, ao mesmo tempo em que enriquece os novos temas e formas características das vanguardas, faz com que os meios culturais se acoplem à 'nova sensibilidade', dando margem a uma crise de identidade que se reflete a luta pela renovação da linguagem (SCHWARTZ, 2008, p.70)

A vanguarda tal como nos apresenta Jorge Schwartz (2008), trouxe importantes figuras para o que se configura hoje como pensamento cosmopolita, enquadrado nos parâmetros literários e políticos nacionais, que visavam o reconhecimento da identidade ibero-americana. Uma dessas personalidades, a primeira, conforme o próprio Schwartz (2008) a conciliar política e literatura de maneira singular, homogênea e apaixonada foi o peruano José Carlos Mariátegui, fundador da revista *Amauta* (1926-1930), importante veículo do pensamento vanguardista latino-americano.

Mariátegui, segundo Schwartz (2008), acreditava que uma obra literária de valor é aquela que contribui esteticamente para a reformulação de valores. Não apenas a que apresenta uma técnica, mas também questiona, estremece conceitos literários, mesmo que para este estremeçamento, não apresente uma solução imediata. Para ele o que move a poesia, a literatura ou qualquer expressão artística são as perguntas ou as inquietações, não as respostas. Não é nova a arte que apenas inova na técnica, esta deve conter algo diferente quanto à estética:

A decadência da civilização capitalista reflete-se na atomização e na dissolução de sua arte. A arte, nesta crise [o texto é de 1926], perdeu antes de tudo sua unidade essencial. Cada um de seus princípios, cada um de seus elementos reivindicou sua autonomia (MARIÁTEGUI, 2008, p.507).

Para ele, muitos de sua época não souberam distinguir o espírito revolucionário da arte de sua decadência, o que proporcionou equivocadas interpretações do que vinha a ser a arte moderna.

Mariátegui (2008) tem pensamento político forte e critica severamente a “europeização” do pensamento de intelectuais na América Latina, que faziam o pensamento hispano-americano parecer, na maioria das vezes, “uma rapsódia composta por motivos e elementos do pensamento europeu” (MARIÁTEGUI, 2008, p.540). Uma de suas defesas era o Indigenismo na literatura, pois o índio era para ele a expressão genuína do povo (não somente do povo peruano), e como habitante primeiro da América, era seu representante cultural e político. “Nas épocas clássicas, ou da plenitude de uma ordem, a política pode ser unicamente administração e parlamento; nas épocas românticas ou de crise de uma ordem, a política ocupa o primeiro plano da vida” (MARIÁTEGUI, 2008, p.508).

Todo o resto era consequência da colonização e do processo de expansão europeia. Seu pensamento foi um grande contribuinte para a expansão da autonomia das vanguardas literárias na América Latina.

Em texto cujo pensamento assemelha-se ao de Mariátegui, Octavio Paz (2009) também se questiona sobre a existência de literatura – neste caso, de poesia – latino-americana. Começa ele mesmo denominando que estão aí dois termos que necessitam de elucidação, visto que ninguém os conhece (“poesia” e “latino-americana”).

No que concerne ao termo América Latina, Paz (2009) concorda com Mariátegui (2008), para quem a identidade, a raça e o continente americano estavam em processo de desenvolvimento (Cf. *Existe um Pensamento Hispano-Americano?* MARIÁTEGUI, 2008), e que segundo Paz (2009) esse processo ainda não havia findado, sendo o termo “latino-americano” mais um rótulo ou uma cortina a esconder “algo que não tem nome próprio porque tampouco conseguiu ter uma existência própria” (PAZ, 2009, p.144). Assim, vai identificando e definindo a poesia, como ele mesmo deixa claro, a partir do que ela não é. “A verdade é que a América Latina é um conceito histórico, sociológico ou político: designa um conjunto de povos, não uma literatura” (PAZ, 2009, p.144).

Quando se refere ao Brasil, define-o tão autônomo que sua literatura não se enquadra à literatura hispano-americana. De acordo com Paz (2009), a literatura brasileira é um caso à parte, contudo, os poetas se destacaram não exerceram influência na poesia hispano-americana. Nesse sentido, a antologia de Schwartz (2008) apresenta-se bastante importante por aproximar as literaturas brasileiras das de língua espanhola naquilo que elas têm em comum: sua categorização de literaturas “menores”, em busca de uma definição mais significativa de si mesmas.

Esse movimento de descobertas é normalmente destacado como sendo independente entre brasileiros e hispano-americanos. O radicalismo que abriu as portas da vanguarda para a

América Latina a partir de 1920 corresponde ao que o Brasil experimentou em 1960 com o Concretismo (PAZ, 2009). João Cezar de Castro Rocha caracteriza esse período dotado de certa falta de radicalidade em suas *Notas de pesquisa sobre o estudo das vanguardas no Brasil* (1999), referindo-se a uma espécie de “moldagem” da vanguarda brasileira pelos intelectuais que aqui a fizeram de acordo com seus gostos e necessidades, valorizando aspectos que lhes eram convenientes.

Mas Castro Rocha (1999) reconhece que a introjeção das ideias vanguardistas advindas dos ventos futuristas atingiram as Américas simultaneamente, proporcionando experiências tão integradas quanto emancipadas.

Caminhando neste conceito, as vanguardas literárias tinham como principal intuito a renovação estético-literária e conseqüentemente comportamental, sendo os manifestos grandes representantes dos vanguardismos que se expandiram pelo globo a começar pela Europa. Conforme Jorge Schwartz em sua obra *Vanguardas Latino Americanas* (2008), pode-se dizer que as vanguardas no continente americano tiveram início a partir da década de 20, quase simultaneamente ao europeu, quando há um rompimento visível com os aspectos artísticos tradicionais.

Sendo a América Latina afetada pela Europa num primeiro momento, era natural que alguns de seus intelectuais se inspirassem nas composições europeias para só então procurar validar os próprios princípios e garantir a autonomia de sua vanguarda artística, concretizando o que posteriormente Oswald de Andrade sabiamente definiria como Antropofagia literária.

O termo vanguarda, inicialmente limitado ao vocabulário militar no século XIX, ganha um sentido figurado na área política na França. Passou-se então a vincular a vanguarda artística à ideologia social. Marx e Engels se consideram como parte da vanguarda social. Esta visão só foi se modificando graças às teorias de Charles Fourier para quem a arte não está vinculada ao fazer político. É atribuída à arte, durante esse período, uma “função pragmática, social e restauradora”:

Ao mesmo tempo que as facções anarquistas e comunistas se apropriam do termo “vanguarda”, como sinônimo de uma atitude partidária capaz de transformar a sociedade, o surgimento dos ismos europeus dá grande margem à experimentação artística, desvinculada em maior ou menor grau, de pragmatismos sociais (SCHWARTZ, 2008, p. 52).

De acordo com Schwartz (2008) com o apoio de Marinetti ao fascismo, as vanguardas na América Latina criticam ou negam o futurismo, no entanto são incapazes de

renegar ao legado deixado pelo Manifesto Futurista: o rompimento com o passado e a aposta num futuro novo e re-configurado. Em seu *Manifesto do Futurismo* (1909) Marinetti declara:

Tendo a literatura até aqui enaltecido a imobilidade pensativa, o êxtase e o sono, nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo ginástico, o salto mortal, a bofetada e o soco.
Nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade. [...]
O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós vivemos já no absoluto, já que nós criamos a eterna velocidade onipresente. (TELES, 2009, p. 115)

Para alguns teóricos, a associação do movimento futurista com o fascismo não permitia que o movimento fosse sequer qualificado como parte importante da vanguarda das primeiras décadas do século XX. Segundo João Cezar de Castro Rocha (1999), Peter Bürger contribuiu com uma leitura dos movimentos vanguardistas diferenciando-os da renovação de valores modernos que lhe antecederam auxiliando a conceituar a vanguarda, mas ignorara o futurismo relegando-o a uma mera “nota de rodapé”.

Ainda assim, não se deve negar sua contribuição em objetivar o sentido das vanguardas que para Peter Bürger “na história da arte, o sentido da ruptura provocada pelas vanguardas históricas não consiste na destruição da arte enquanto instituição, mas na *destruição da possibilidade de impor normas estéticas como válidas a priori*” ([grifo do autor] ROCHA, 1999, p.120).

As vanguardas repudiam então a tradição para que uma nova seja posta em seu lugar, a tradição da ruptura. De acordo com o próprio Rocha (1999) salienta, não há como não arremeter ao futurismo, em cujo manifesto propõe-se a derrubada de museus e monumentos, sendo esses os instrumentos hoje (os museus) depositários de parte desse histórico quadro de renovação artística.

Gilberto Mendonça Teles, em seu livro *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro* (2009) lançado em 1972, realiza um importante trabalho de catalogação e crítica das fontes vanguardistas na Europa bem como as manifestações brasileiras que aqui são datadas da Semana de Arte Moderna (1922) até o início da década de setenta e as consequências do poema processo. Sendo o movimento Europeu datado desde meados do século XIX não há como ignorar a passagem de Marinetti que, conforme Teles (2009), tem sua história de vida confundida com o Movimento Futurista.

Em seu artigo, ou melhor, em sua avaliação sobre a vanguarda no Brasil, Castro Rocha (1999) propõe novas formas de avaliar o impacto das vanguardas europeias na

América Latina, sua receptividade, seus aspectos negativos e sugere novas formas de ler o que houvera sido realmente a vanguarda latino-americana, em especial a brasileira, considerando não somente os aspectos que enquadram nossa literatura numa ‘menoridade’, nos conceitos propostos neste trabalho por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977), e levantando questionamentos sobre os aspectos negativos de influência europeia.

Octavio Paz (2009) pressupõe que o tema que a poesia e a literatura latino-americana estão fadadas a abordar é a busca pela sua origem na América Latina, ou simplesmente imaginá-la. Desde o modernismo – ou até desde o romantismo – quando um escritor recorre à literatura da geração anterior ou mesmo à sua, tem disponível como temática apenas o mal estar com o presente.

A arte, de uma maneira geral, define-se muito melhor e mais claramente pela negação ou pela oposição, já afirmara Paz (2009), que dessa maneira também tentou definir a poesia latino-americana. O que algumas vezes ocorre é que em vez de opor uma expressão artística ou literária à outra, é feita uma comparação. Dessa maneira, a literatura hispano-americana é classificada como “subdesenvolvida”:

Alguns críticos mexicanos empregam a palavra “subdesenvolvimento” para descrever a situação das artes e das letras hispano-americanas: [...] a palavra “subdesenvolvimento” pertence à economia e é um eufemismo das Nações Unidas para designar as nações atrasadas, com um baixo nível de vida, sem indústria ou com uma indústria incipiente. A noção de “subdesenvolvimento” é uma excrescência de progresso econômico e social (PAZ, 2009, 135).

Esse conceito diminutivo, aliado ao pensamento inferiorizado em algumas das mentes intelectuais dos trópicos, reforça a ideia de que a arte aqui produzida, uma vez inspirada em movimentos além-mar não passava de mera imitação, e que isso nada mais era do que reflexo do pensamento moderno. Há um abismo significativo entre qualificar uma arte como “subdesenvolvida” em vez de “menor”, como o sugerem Deleuze & Guattari (1977). Entre essas propriedades destaca-se a crítica como essencial.

Na Modernidade, o mundo desaparece como imagem e passa a significar um obstáculo a ser vencido e modificado, erguendo-se em seu lugar as realidades das técnicas que perduram o período necessário até que surjam outras realidades e peçam uma nova mudança (PAZ, 2009). Os manifestos são uma configuração desse pedido de mudança, e neste caso, as *Declarações da Selva Lacandona* correspondem à visão zapatista de mundo e crítica da realidade mexicana.

Paz (2009) salienta que ainda na década de 60 “o que distingue a arte da modernidade da arte de outras épocas é a crítica – e a 'vanguarda' deixou de ser crítica (PAZ, 2006, p.136)”. Para ele as vanguardas perderam o seu valor “vanguardista”, pois deixaram de apresentar uma crítica contundente e a capacidade de se renovar transformara-se numa mera repetição de postulados e fórmulas inválidos, uma vez que não correspondem aos ideias revolucionários a que antes se prestaram.

A crítica, de si mesma principalmente, é o que move a arte (neste caso a moderna) a uma renovação constante, muito embora Octavio Paz (2009) afirme que a arte valha mais pela ideia de mudança o que pelo ato em si, instaurando uma tradição que se solidifica através da ruptura.

Dessa maneira “as mudanças artísticas não têm valor, em si mesmas, nem valor nem significação; a ideia de mudança é que tem valor e significação [...] como agente ou inspiradora das criações modernas” (PAZ, 2009, p.134). Ele não quer dizer com isso que é a arte atual melhor que a anterior, o que é válido na verdade é essa movimentação frequente, é isso que representa o progresso, ou a ideia dele, dentro da modernidade.

Schwartz (2008) reconhece essa mesma admiração pelo novo (como fator determinante para a modernidade) em Baudelaire, que atribui ao novo a modernidade, contrapondo-a ao “velho” que é o tradicional; e em Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, onde declaram que a burguesia cresceu e se desenvolveu graças à expansão mercadológica, proveniente do desenvolvimento industrial, do maquinismo e do surgimento do vapor, ou seja, a burguesia cresceu graças ao processo de modernização.

1.2 – A modernidade em Marx e Baudelaire

Marshall Berman (2007), filósofo norte-americano de escrita e ideologia marxistas, em sua leitura do *Manifesto do Partido Comunista* define bem a ideia atual sobre a modernidade, quando afirma que ela divide-se em duas formas de compreender os avanços recentes da humanidade: em se tratando de economia e política há a “modernização”, quando nos referirmos à arte, cultura e sensibilidade trata-se de “modernismo”.

Conforme o crítico France Vernier em seu artigo *Cidade e Modernidade nas “Flores do Mal” de Baudelaire* (2004), o termo modernidade tal qual o conhecemos deve-se a Charles Baudelaire, que atrela o termo ao crescimento da cidade e a Revolução Industrial no início do

século XIX. Em seu livro *Sobre a Modernidade* (1996), no quarto capítulo, Baudelaire define modernidade como sendo “o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE, 1996, p. 25); é o presente contra o passado colocando-se como “a necessidade de se estabelecer, pela primeira vez, 'a transformação contínua [...], a perturbação constante' como 'condição fundamental'”(VERNIER, 2004, p. 63). O novo é a modernidade.

O poeta se opunha ao Romantismo na sua visão do passado como fonte de referências, pois para ele o passado é mantenedor de tradição e história, mas passível de ser superado, sendo o presente a quebra de paradigmas instituídos neste passado. O efêmero era/é essencial na constituição da poesia: “Ora, hoje (século XIX) quero me ater estritamente à pintura de costumes do presente” (BAUDELAIRE, 1996, p. 8).

Na obra *As flores do mal* (2008), lançada pela primeira vez em 1857, tendo sua edição quatro anos depois, Baudelaire revela sua ótica da cidade a partir dos elementos que a compõem (subjetivos como a individualidade ou amorfos como a multidão) onde seus traços físicos e estéticos como a estreiteza das ruas, as chaminés e os veículos são muito mais um pano de fundo, quando não subjetivados ganhando nova vida e destaque “Nos pálidos habitantes do cemitério à beira/E a mortandade sobre cada subúrbio nebuloso” (*Spleen*. BAUDELAIRE, 2008, p.117); “Quando espalha dançando o seu ruído debochado/ Esse mundo brilhante de pedra e de metal” (*As Jóias*. BAUDELAIRE, 2008, p.125).

Muito do que foi escrito, e não somente por Baudelaire, mas também por outros artistas que viam toda “a aventura espiritual da modernidade encarnada na última moda, na última máquina, ou no último modelo de regimento militar” (BERMAN, 2007, p.164), é considerado, conforme Berman (2007) assim o entende, como um material de propaganda da modernidade.

As figuras de Constantin Guys e do Dândi são responsáveis por dar novos ares a ideia de vida moderna para Baudelaire, concebida agora como “um grande *show* de moda, um sistema de aparições deslumbrantes, brilhantes fachadas, espetaculares triunfos de decoração e estilo” ([grifo do autor] BERMAN, 2007, p.163).

Mas ele mostra uma predileção muito acentuada pelo militar, pelo soldado, e acredito que essa propensão se deve [...] também ao paramento vistoso com que sua profissão o reveste. Paul de Molènes escreveu algumas páginas tão encantadoras quanto sensatas sobre a coqueteria militar e sobre o sentido moral da indumentária cintilante com que todos os governos se comprazem em vestir suas tropas. G. assinaria de bom grado essas linhas. (BAUDELAIRE, 1996, p.40).

De acordo com Walter Benjamin (1975) “o significado do soneto [*A uma passante*] é, numa frase, isto: a aparição que fascina o habitante da metrópole – longe de ter na multidão apenas a sua antítese, apenas um elemento hostil – somente pode surgir para ele da multidão” (BENJAMIN, 1975, p.49). Baudelaire era um homem das ruas, vivia a atmosfera barulhenta, ativa, violenta de Paris, e acabava por escrever sobre o que não escrevia. Segundo Walter Benjamin (1975), a multidão não era seu modelo, mas sim era seu contexto e conteúdo.

A rua ensurdecadora num alarido rugia em torno.
Alta, magra, toda de luto, dor majestosa,
Passou uma mulher, com sua mão suntuosa
Levantando, balançando do vestido o seu contorno (*A uma passante*,
BAUDELAIRE, p.14)

O *status* de presente, então característica da modernidade, passa a impressão de que tudo o mais é transitório, fugidio. A cidade, transformadora dos sentimentos, é a representação desse processo de modernização onde nada é feito para durar, e seus monumentos, construções e pessoas constituem um amontoado produtor de um burburinho incessante. Desta maneira, escreve Berman (2007), Baudelaire definia que a modernidade tinha um sentido muito impreciso, difícil de ser determinado, por isso cada artista é capaz de captar a modernidade de sua era, de seu tempo.

É esse cenário que contextualiza também a poesia de Baudelaire, estabelecendo com o poeta uma relação de amor e ódio, pois conforme Vernier (2004) o amontoado de residências e indústrias ora é exibido “num meio no qual o homem possa viver de modo tão familiar quanto os românticos na natureza” (VERNIER, 2004, p. 69), ora constitui “um ataque ameaçador que ela [a cidade] tenta contra a intimidade dificilmente conquistada” (VERNIER, 2004, p. 66). A poesia de Baudelaire procura, portanto, extrair o eterno do transitório.

Mas a modernidade está configurada principalmente no conglomerado de pessoas que invade Paris, principalmente, redesenhando as ruas da cidade, enchendo-a de movimento, desordem e deixando transparecer as consequências da Revolução Industrial. Por mais que se pinte (contemporaneamente) o artista como a parte alienada da sociedade, a arte cidadina reflete muito de sua época, principalmente dos momentos de transição na história e com Baudelaire não seria diferente.

Para Walter Benjamin (1975) a teoria da arte baudelaireana não é forte o suficiente para dominar a renúncia que propõe em suas obras como “perda da natureza e perda da ingenuidade” (BENJAMIN, 1975, p.17-18), sua modernidade apresenta motivos modernos, o

que talvez tenha como principal objetivo levar a discussão à antiguidade, melhor dizendo, à arte antiga. “Nenhuma de suas reflexões estéticas apresentou a modernidade em sua simbiose com a antiguidade, o que sucede em certos poemas das *Fleurs du mal*” (BENJAMIN, 1975, p.18). Walter Benjamin (1975) conclui em seus escritos que o poeta parisiense adotara como missão artística “dar feição” à modernidade.

Baudelaire queria ser lido como antigo. [...] É verdade que Paris ainda existe; e as grandes tendências da evolução social ainda são as mesmas. Mas quanto mais duradouras permaneceram tanto mais caduco como experiência, ficou tudo que era considerado como ‘verdadeiramente novo’. A modernidade ficou menos igual a ela mesma; e a antiguidade, supostamente nela contida, apresenta na verdade aspecto do caduco (BENJAMIN, 1975, p.23).

O livro *As flores do Mal* (2008) fora dedicado àqueles que a Baudelaire se assemelhava, segundo o próprio, ao que obtivera como resposta a tal dedicação, conforme Benjamin (1975), o último “êxito popular” quanto à poesia lírica; após tais poemas o público tornara-se mais frio, menos receptivo inclusive a obras líricas tradicionais e antigas como a sua.

Walter Benjamin (1975) em sua leitura a respeito de temas recorrentes na obra de Charles Baudelaire, enfatiza a presença da multidão, da massa, das gentes que compunham o cenário da Paris do século XIX. E que como anteriormente citado, constituíam o cenário poético, embora não lhes servisse como modelo. Para a época a multidão era tema recorrente em obras, principalmente romances, e é neste mesmo período que a leitura agora mais difusa, permite que esta mesma multidão passe a organizar-se como público (BENJAMIN, 1975).

No que diz respeito a Baudelaire, a massa é algo tão pouco extrínseco, que se lhe pode seguir os rastros em sua obra, pode-se notar como ela o atrai e o prende em sua armadilha, e como ele se defende dela”. Para Baudelaire “a massa é a tal ponto intrínseca [...] que em sua obra, inutilmente, se procura uma descrição dela. Como seus temas essenciais, ela nunca aparece em forma de descrição. [...] Baudelaire não descreve a população, nem a cidade. E é justamente esta renúncia que lhe permite evocar uma na imagem da outra. Sua multidão é sempre a da metrópole; sua Paris é sempre superpovoada (BENJAMIN, 1975, p.48).

Procurando eternizar o efêmero na busca por uma construção da ideia de modernidade, capturara a transição atravessada pelas cidades e os reflexos dessas mudanças nas relações humanas, de maneira que sua obra tornou-se um paradigma na compreensão do

pensamento moderno na literatura durante o século XIX, proporcionando uma importante forma de enxergar a arte.

Assim como Marx vê nos burgueses a causa do progresso da humanidade, “Baudelaire assinala o que ele sente como a criatividade inata e a universalidade de visão dos burgueses: uma vez que eles são impelidos pelo desejo de progresso na indústria e na política, estaria aquém de sua dignidade parar e aceitar a estagnação em arte” (BERMAN, 2007, p.162).

No *Manifesto do Partido Comunista* (1848) Karl Marx e Friedrich Engels deixam subentendido que assim como a burguesia, a modernidade não é uma novidade, mas que a grande revolução dá-se pelo processo de modernização, que tanto revolucionou a burguesia tornando-a moderna, como será esse mesmo processo responsável pela revolução do proletariado, pois Marx começa definindo que as relações humanas até então se resumem a uma eterna luta de classes.

Seu pensamento sobre o modernismo e, mais especificamente o *Manifesto Comunista*, muito tem a dizer sobre cultura modernista, economia e sociedade burguesas. Para Marshall Berman (2007) o *Manifesto* é a primeira obra significativa da arte modernista, pois o texto se faz “notável por seu poder imaginativo, sua captação e expressão das possibilidades luminosas e ameaçadoras que impregnam a vida moderna” (BERMAN, 2007, p.126).

Na leitura de Berman, em *Tudo o que é sólido desmancha no ar* (2007), há uma luta maior que aquela entre burguesia e proletariado exposta no *Manifesto Comunista*. Há também (e principalmente) na consciência do autor uma preocupação sobre o que estaria acontecendo realmente e a respeito do que a luta maior significaria.

Na primeira seção do *Manifesto*, Marx “toca no sólido âmago institucional da modernidade” (BERMAN, 2007, p.113) que seria caracterizado pelo processo de formação das cidades, sua conseqüente maquinização, a transformação do campo em “fábricas agrícolas” de produção, a invasão por parte dos camponeses aos centros urbanos em busca de trabalho e o acúmulo de capital:

No momento em que os proletários fazem enfim sua aparição, o cenário mundial em que eles supostamente desempenhariam seus papéis se desintegrou e se metamorfoseou em algo irreconhecível, surreal, uma construção móvel que se agita e muda de forma sob os pés dos atores (BERMAN, 2007, p.114).

Burguesia é sinônimo de civilização: “A burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento de uma série de profundas transformações no modo da

produção e nos meios de comunicação” (MARX & ENGELS, 2009, p.26) sendo suas etapas de desenvolvimento acompanhadas por processos políticos que lhes correspondessem. Berman (2007) afirma que num dado momento do *Manifesto Comunista* Marx passa a fazer uma espécie de exaltação, quase lírica, da burguesia, primeiramente por terem sido eles (os burgueses) capazes de mostrar à humanidade do que ela é capaz. Assim ela “realizou aquilo que poetas, artistas e intelectuais modernos apenas sonharam, em termos de modernidade” (BERMAN, 2007, p.115).

Baudelaire não condenou a burguesia pelo “vazio” artístico, ao contrário, declarou serem os burgueses “amigos naturais das artes”, afinal é ela a criadora e maior defensora do ócio produtivo, necessário a muitos desses artistas para criação de suas obras. Que indivíduo poderia largar a produção em qualquer uma das fábricas emergentes para dedicar-se à pintura de uma tela ou à composição de um poema?

Sua visão (*Salão de 1846*³), classificada por Berman como pastoral por acreditar que a burguesia era basilar para o desenvolvimento artístico sem considerar as conseqüências nefastas de seu desenvolvimento político e econômico como sinônimo de progresso, “sustenta que os grupos mais dinâmicos e inovadores na vida econômica e política serão os mais abertos à criatividade intelectual e artística” (BERMAN, 2007, p.163).

Ainda que verdadeiramente não se possa suspeitar que Baudelaire tenha lido, e menos ainda aprovado, o *Manifesto Comunista* publicado por Marx e Engels em 1848, é impressionante constatar o parentesco que existe entre suas respectivas abordagens da modernidade: tanto um como os outros a vêem como a necessidade de se estabelecer, pela primeira vez, “a transformação contínua (...), a perturbação constante” como “condição fundamental” em lugar “da preservação sem mudanças do antigo” que prevalecia até então (VERNIER, 2004, p. 63)

A partir de 1855, emerge formalmente o tema antipastoral, ou seja, a atual ideia de progresso e modernidade é agora repudiada por Baudelaire. O poeta passa a combater a confusão que se estabelece entre progresso espiritual e material, operando de maneira radical, tentando afastar a arte do mundo material, como se não houvesse relação alguma entre esses elementos: “ele não apenas desvincula seu artista do mundo material do vapor, da eletricidade e do gás, mas também de toda a história da arte, passada e futura. Com isso, diz ele, é errado até mesmo em pensar em predecessores do artista, ou em virtuais influências que tenha sofrido” (BERMAN, 2007, p.167).

³ Textos de Charles Baudelaire que o destacaram socialmente como crítico de arte.

Entretanto, tem-se na burguesia um paradoxo: mesmo proporcionando a modernização, abrindo novas possibilidades para a humanidade, a ela mesma é negado o direito de usufruir da própria criação, apropriando-se dela apenas aqueles que rompem com esse fluxo. Por isso Berman (2007) afirma que “os burgueses se estabeleceram como a primeira classe dominante cuja autoridade se baseia não no que seus ancestrais foram, mas no que eles próprios efetivamente fazem” (BERMAN, 2007, p.116).

A segunda grande contribuição do ativismo burguês foi “liberar a capacidade e o esforço humanos para o desenvolvimento: para a mudança permanente, para a perpétua sublevação de todos os modos de vida pessoal e social” (BERMAN, 2007, p.117). Os objetivos – individuais ou coletivos – assim como as relações entre os indivíduos, tudo deveria constituir-se da /na efemeridade. O recém-criado já estaria obsoleto depois de pronto, e é essa aparente desvalorização a prova de que a sociedade está viva e constantemente criando.

[Homens e mulheres] Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as ‘relações fixas, imobilizadas’ de um passado real ou de fantasia, mas a se dedicar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos (BERMAN, 2007, p.119).

Esse desenvolvimento é “forçado” pelo capitalismo, pois mesmo permitindo a renovação constante, oferece-o de maneira parcial, limitada, proporcionando às pessoas uma visão torpe como consequência do progresso do qual esse capitalismo é reflexo. Para Berman (2007), a sociedade burguesa impele que se busquem novos padrões de vida, de maneira que para alcançar ou simplesmente buscar a nova sociedade, a burguesia passa de heroína a vilã devendo, nas previsões de Marx, ser extinta pelo comunismo, pois a maneira de desenvolvimento que propõe estimula e alimenta, majoritariamente, a competição entre os indivíduos.

Marx vê como caminho provável e possível a Revolução, que se dará de maneira natural, e uma vez que esta ocorra os trabalhadores poderão “controlar os meios pelos quais seu trabalho será organizado” (BERMAN, 2007, p.120), tornando assim igualitário o desenvolvimento do todo. Dessa maneira “a experiência do autodesenvolvimento, livre das pressões e distorções do mercado, poderá prosseguir livre e espontaneamente; em vez do pesadelo em que foi transformado pela sociedade burguesa, poderá tornar-se fonte de alegria e beleza para todos” (BERMAN, 2007, p.121).

A sociedade burguesa não é construtora de paradigmas. O único que prega é o da destruição para, a partir desta, construir algo novo que gere lucro e possa ser novamente destruído, criando assim uma cadeia de destruição e lucro constantes. “Tudo o que é sólido” faz parte dessa cadeia, assim afirma Berman (2007) – de roupas a casas, de bairros a pessoas, regiões e nações – nada escapa ao processo de pulverização imposto pela moderna sociedade burguesa. Ele ressalta ainda que a crítica contida no *Manifesto* teria sido gerada pela Revolução e pela consequente resolução da crise moderna. A partir do momento em que essa crítica se estabelece como um ponto a ser atingido, novas críticas já foram tecidas e essa cadeia dar-se-á de forma ininterrupta.

Isso aconteceria mesmo que Marx não tivesse intenção de fazê-lo. Essa crítica repete-se em todos os manifestos subsequentes. O manifesto é o texto da contradição.

Marx prevê que seria a Revolução, com os trabalhadores de todo o globo se reunindo em grandes blocos responsáveis por uma nova forma de comando e de organização do trabalho, que poria fim ao capitalismo e às relações sociais constituídas graças a ele. A contradição reside no fato de que sendo o comunismo um novo paradigma, para estabelecer-se teria de pôr abaixo todos os ideais e as conquistas adquiridas que tenham contribuído para sua ascensão, e que para manter-se no poder como nova legislação teria de impor as mesmas condições anteriores, com os mesmos paradoxos e injustiças. Seria o *habitus* anterior com nova nomenclatura (BERMAN, 2007).

Como lembra Berman (2007), a modernidade pede que o processo de construção se faça sobre a destruição, continuamente. Ele afirma ainda que nada permanece ileso ou intacto ao poder da modernidade ou sendo sua característica destruir e/para construir constantemente faz de todos os homens e mulheres agentes e pacientes desse processo em que todo o sólido é diluído no ar. “Marx diz que a aura de santidade subitamente se ausenta e que não podemos compreender a nós mesmos no presente sem nos confrontarmos com essa ausência” (BERMAN, 2007, p.111), pois assim é dito no *Manifesto Comunista* : “Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX & ENGELS, 2009, p.29).

Quando Berman (2007) se refere à expressão “tudo o que era sagrado é profanado” cunhada por Marx, ele a interpreta como “a perda do halo”. O halo é a representação da divisão entre as vidas sagrada e profana. Da mesma maneira que sua perda simboliza uma nova era proporcionada pela modernidade em que nada mais é intocável, permite que seus

indivíduos se vejam como semelhantes, permitindo que se confrontem num “mesmo e único plano”.

Berman conclui que o filósofo alemão refere-se ao halo que circunda a cabeça dos modernos profissionais e intelectuais (inclusive a dele próprio) como uma autoilusão. A consciência que esses profissionais têm de o próprio trabalho ser sagrado de alguma maneira, já que enxergam nele uma missão, é uma ideia por eles mesmos alimentada de que atendem a reais chamados vocacionais.

Marx enxerga esses indivíduos como parte do proletariado porque são assalariados da burguesia, ou melhor, pela burguesia, o que os coloca na classe dos trabalhadores. Para Berman (2007), Karl Marx quer que enxerguemos a cultura como um componente do industriário moderno, um produto.

A sociedade burguesa, através de seu insaciável impulso de destruição e de desenvolvimento e de sua necessidade de satisfazer às insaciáveis necessidades por ela criadas, produz inevitavelmente ideias e movimentos radicais que almejam destruí-la. Mas sua própria necessidade de desenvolvimento habilita-a a negar suas negações internas: ela se nutre e se revigora daquilo que se lhe opõe, torna-se mais forte a pressões e crises que em tempos de paz, transforma inimidade em intimidade e detratores em aliados involuntários (BERMAN, 2007, p.144).

Não obstante, os intelectuais neste período têm seu pensamento como algo propenso a desmanchar-se no ar, como todo produto criado na moderna sociedade burguesa, cujos valores eles tentam superar. “Ambos esses grupos [socialistas, intelectuais, artistas, críticos – da década de 1840] – às vezes em conflito entre si, às vezes interligados – se auto-sagraram como movimentos de vanguarda” (BERMAN, 2007, p.145).

Marx expôs que a burguesia mostrou ao mundo do que é capaz a humanidade e segundo ele esta capacidade bem aproveitada poderia promover o desenvolvimento das habilidades de cada um, e estas agindo em conjunto posteriormente seriam responsáveis pelo desenvolvimento do todo. Na dinâmica do modernismo, em que a destruição é o ponto de partida para a construção do novo melhorado, as sociedades humanas realizariam juntas, após a Revolução, o seu longo progresso através do comunismo, exposto no *Manifesto* por meio da crítica a essa modernidade vivenciada de modo inadequado.

O texto de Marx abre porta para esses dois caminhos essenciais a construção de novos paradigmas sociais ou literários: a crítica e a utopia moderna. A maneira como se organizam dentro do manifesto literário será discutida mais adiante, ainda neste capítulo,

como também ver-se-á essa discussão retomada de maneira mais distinta nas *Declaração da Selva Lacandona*, ao longo do terceiro capítulo.

1.3 – Um pensamento hispano-americano

O manifesto caracteriza-se por ser um texto de vanguarda. Surgida na Europa, a vanguarda literária a princípio mexeu com a então norma e estética, tendo as ideias *a priori* presentes no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) se alastrado para as vanguardas europeias: Futurismo, Cubismo, Dadaísmo e todos os *ísmos* necessários à revolução literária do início do século XX.

O marco, na verdade, para a vanguarda artística tal como hoje a conhecemos foi o *Manifesto Futurista*, do italiano Marinetti lançado em Paris no ano de 1909, cuja repercussão fora quase que imediata na América Latina. Mas para muitos críticos, como o uruguaio Ángel Rama, o ano de 1922 é historicamente o ano em que as vanguardas deslancharam na América Latina (SCHWARTZ, 2008).

No Brasil, toma-se conhecimento do manifesto/movimento futurista para então a efervescência literária nacional ser marcada com os manifestos *Pau-Brasil* e *Antropofágico*, ambos de Oswald de Andrade; além, é claro, do *Prefácio interessantíssimo*, de Mário de Andrade, textos importantes no que diz respeito a identidade nacional do início do século XX, que juntamente com a Semana de Arte Moderna de 22 e todo o contexto sócio cultural que marca a primeira fase do modernismo brasileiro (1922-1930), deram início ao princípio da antropofagia cultural, válido até hoje.

Constituem esses textos elementos que nos permitem vislumbrá-los para além de tratados político-filosóficos. Gilberto Mendonça Teles (2009) denomina-os como prosa poética. Mário de Andrade define poesia como sendo a arte que “se utiliza de vozes articuladas” e vendo muitas passagens das *Declarações*, por exemplo, não há como negar que nelas não haja poesia.

Nuestra lucha es por hacernos escuchar, y el mal gobierno grita soberbia y tapa con cañones sus oídos.
 Nuestra lucha es por el hambre, y el mal gobierno regala plomo y papel a los estómagos de nuestros hijos.
 Nuestra lucha es por un techo digno, y el mal gobierno destruye nuestra casa y nuestra historia. (*IV Declaración da Selva Lacandona*, 1996);

Hermanos y hermanas:
 Habló ya la guerra su estridente ruido de muerte y destrucción.
 Habló ya el gobierno y su máscara criminal.
 Es el tiempo de que florezcan de nuevo en palabras las silenciosas armas que
 llevamos por siglos, es el tiempo de que hable la paz, es el tiempo de la
 palabra por la vida.
 Es nuestro tiempo. (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998)

Octavio Paz (2009) diz que “a poesia pertence a todas as épocas: é a forma natural de expressão dos homens” (PAZ, 2009, p.12) sendo o poema o lugar onde o ritmo se manifesta de maneira plena. Ele afirma que se sem ritmo não existe poema, apenas com ele não se constitui uma prosa: “O ritmo é inseparável da frase; não é composto só de palavras soltas nem é só medida ou quantidade silábica, acentos e pausas: é imagem e sentido” (PAZ, 2009, p.12).

Mas como o Gilberto Mendonça Teles (2009) procurou definir anteriormente o manifesto trata-se de uma prosa poética, ou seja, acompanham os manifestos, o ritmo, assim como suas metáforas, sua organização corporal que em alguns casos um parágrafo não a comporta, porém ainda assim não constitui o texto um poema, mesmo que não se enquadre (pela presença da poesia) na prosa.

Para o crítico brasileiro, o manifesto literário caracteriza-se como um novo gênero que não é nem poesia, ficção ou crítica apenas, mas um discurso em que linguagem e metalinguagem se fundem “pois trata-se de um texto novo e conativo que se vale da linguagem poética para apresentar e divulgar ideias teóricas e crítica sobre as artes e a literatura, como nos manifestos futuristas, nos dadaístas e nos de Oswald de Andrade” (TELES, 2009, p.26).

A linguagem é o instrumento chave na composição dos textos podendo, segundo definições de Teles (2009), apresentar-se de maneira

totalmente crítica e metalinguística, como no manifesto unanimista de Jules Romains [...] com forte intencionalidade poética servindo de introdução e conclusão à linguagem crítica, que ocupa o centro do texto [...] linguagem poética e crítica se fundem na produção de um texto novo, fragmentário e descontínuo que constitui em si mesmo um exemplo de renovação e vanguarda (TELES, 2009, p.26).

O professor Carlos Ceia (2011) em sua enciclopédia virtual define esse gênero como sendo um texto programático seja de uma escola, de um movimento literário ou de um artista

individual, cuja proposta serve para a fundamentação de uma nova estética, para um protesto contra uma ideologia vigente, ou para marcar uma posição política dentro de um estabelecimento cultural determinado. Acrescenta ainda que

[...] na literatura, o conceito de manifesto é mais abrangente e não está necessariamente ligado ao apelo à luta política. Qualquer arte poética é, a rigor, um manifesto de intenções para fundar uma nova estética e, assim sendo, conhecer-se-ão manifestos desde a Antiguidade clássica. Mas é, sobretudo, a partir do romantismo que melhor se define o género (CEIA, 2011)

Quando se trata do manifesto literário, atrelar literatura à política é da natureza constituinte deste género, sendo a literatura o principal elemento constituinte nos conteúdos analisados por Teles (2009) e Ceia (2011), no entanto o que se tem com as *Declaraciones da Selva Lacandona* é a instauração de novos parâmetros onde a literatura seria um elemento subjacente a constituição destes textos.

Nos manifestos de Marinetti, Oswald, Breton entre outros a vanguarda está principalmente na instauração de novos parâmetros estético-literários. Uma revisão de conceitos de arte que pedem, para uma execução mais firme, uma tomada política que acompanha o contexto sócio-cultural das realidades às quais esses manifestos estão vinculados. Nas *Declaraciones da Selva Lacandona* a prioridade é uma mudança político-social.

[Sobre a eminencia de uma guerra] “Algunos más, apocalípticos estériles, razonan ya que la guerra es inevitable y se sientan a esperar para ver pasar el cadáver de su enemigo... o de su amigo. El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano” (II *Declaración da Selva Lacandona*, 1994);

Nosotros nacimos de la noche. En ella vivimos. Moriremos en ella. Pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día, para quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida. Para todos la luz. Para todos todo. Para nosotros el dolor y la angustia, para nosotros la alegre rebeldía, para nosotros el futuro negado, para nosotros la dignidad insurrecta. Para nosotros nada (IV *Declaración da Selva Lacandona*, 1996).

Assim como na modernidade, o tempo exerce a crítica de si mesmo, contribuindo substancialmente para “as mudanças modernas” necessárias à renovação das realidades humanas. Juntamente como a poesia compõe similitudes inerentes a esse real, em constante

movimentação, manifestados através do poema, muda sua configuração, sua imagem, sociedades e ideias que o atravessam, compõe a “imagem de um mundo sem imagem” (PAZ, 1991, p.98).

Nesse sentido, Octavio Paz declara que “a modernização pressupõe rupturas que têm implicações políticas (PAZ, 1991, p.19)” e quando isso não acontece, o indivíduo permanece diante de uma perspectiva ainda alienada, marginalizando-se; uma postura que o afasta do ponto que este mesmo busca atingir. A exemplo disso ele referiu-se ao termo “subdesenvolvido”, pertencente à realidade econômica, mas que foi adotado pela literatura para caracterizar uma obra que não é “boa o bastante” segundo outros parâmetros tidos como modelos e que por isso a “obra subdesenvolvida” acaba por constituir apenas uma imitação de boa qualidade, mas ainda inferior.

A renovação desses parâmetros alicerçantes do pensamento moderno só é possível por meio da crítica. É ela a responsável por manter o caráter inovador da modernidade, que por sua vez, possibilita-nos vislumbrar o mundo não mais como imagem e sim como um obstáculo a ser vencido e modificado, erguendo-se em seu lugar [do mundo] realidades que perduram o necessário, até que surjam outras realidades e peçam uma nova mudança, ocasionada pelas sociedade e ideias que atravessa. No âmbito das artes e literaturas esse movimento circular corresponde a diferentes versões do mito da crítica (PAZ, 1991).

Como toda e qualquer vanguarda, constitui um pensamento que deu sua contribuição, mas que necessitará ser superado, realçar o status de novidade: “A poesia é irreduzível às ideias e aos sistemas. É a *outra* voz. [...] a voz que na história diz sempre a outra coisa – a mesma desde o princípio” (PAZ, 2009, p. 153). Poesia e vanguarda representam a voz da objeção. A defesa de uma postura que vai de encontro a tradição, na construção de um novo parâmetro que recontar a história por um outro viés.

No caso do movimento zapatista e dos grupos que o compõe, a grande maioria dos componentes era – e ainda é composta – de índios, boa parte deles das etnias “*tzeltales, tzotziles e choles*, em geral oriundos das comunidades estabelecidas desde a década de 40 na floresta tropical de Lacandon (CASTELLS, 2002, p. 98)”. Além de vários grupos étnicos, mestiços, alguns de seus líderes, especialmente seu porta-voz, o subcomandante Marcos, eram intelectuais de origem urbana, o que contribuiu para o fortalecimento dos ideais do EZLN. Dentre as muitas de suas propostas, o reconhecimento dos povos indígenas constitui um dos principais aspectos das *Declarações*:

Viendo que el cinismo y la desidia volvían a apoderarse de los sentimientos de la Nación y que, además de sus derechos a las condiciones mínimas de vida digna, se negaba a los pueblos indios el derecho a gobernar y gobernarse según su razón y voluntad (*III Declaração da Selva Lacandona*, 1995)

En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia. Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, [...] huichol, purépecha y kikapú. Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos.
[...]

No hay lugar para nosotros en el mundo del poder. [...] Nos quieren quitar la historia para que en el olvido se muera nuestra palabra. No nos quieren indios. Muertos nos quieren. (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

Mariátegui é bastante pontual ao atrelar literatura e política ao tema do Indigenismo, frequente na literatura e segundo ele, divulgador do verdadeiro perfil dos latino-americanos e de sua identidade, e que em oposição ao Crioulismo não era um resquício da colonização e sim uma maneira de opor-se ao pensamento subalternizado que o processo de colonização restringia às Américas.

O ‘Indigenismo’ não é aqui um fenômeno essencialmente literário, como o nativismo no Prata. [...] Os indigenistas que exploram temas indígenas por puro exotismo colaboram, conscientes ou não, numa obra política e econômica de reivindicação, não de restauração nem de ressurreição (MARIÁTEGUI, 2008, p.639).

Segundo ele um pensamento genuinamente hispano-americano estava ainda longe de se estabelecer em “Nossa América” incapaz de reconhecer por si só seu pensamento e sua tradição autóctone, com mentes que eram formadas no continente europeu. A América constitui um “espaço superficial e independente no qual não aflora a alma indígena, deprimida e esquiva, por causa da brutalidade de uma conquista que em alguns povos hispano-americanos não mudou de métodos até agora” (MARIÁTEGUI, 2008, p.540). Sem a mudança de pensamento, não há renovação política e o quadro artístico também não se reconfigura.

Esse aspecto ideológico na literatura vanguardista ficou evidente principalmente com a chegada da década de 30 e seu contexto bélico, dando início à fase social, assim o experimentalismo das primeiras décadas vai aos poucos perdendo o viço.

A organização dos movimentos socialistas e anarquistas, a fundação dos vários partidos comunistas, a criação em 1924 do APRA peruano (Alianza Popular Revolucionaria Americana) e a intensificação das greves operárias no continente, tudo isso vai desembocar – em meio a uma generalizada crise econômica motivada pelo *crack* de 1929 – em vários golpes militares cujas consequências serão devastadoras no setor cultural (SCHWARTZ, 2008, p.49).

Nas composições do Exército Zapatista de Libertação Nacional a literatura é um dos vieses pelos quais as *Declaraciones* se fazem públicas, desta maneira, sua ideologia é percebida por diferentes públicos alvo, angariando o apoio dos civis aos intelectuais e literatos. Assim o movimento zapatista ganha força e veicula não somente uma nova proposta política no que diz respeito à situação governamental mexicana, mas tornam públicos também aspectos culturais da política do México bem como põe em cheque a maneira de se classificar a literatura nos dias de hoje.

A Guerra Civil Espanhola, em 1936, e o fascismo levaram a intelectualidade latino-americana e seus artistas a questionar-se sobre seu compromisso ideológico e o papel da arte naquele novo contexto histórico, o que gerou um conflito de ideologia, pois a arte que não executava uma função social era então considerada alienada e/ou alienante. É a partir dos anos 30 que, Oswald de Andrade assume uma literatura voltada a mobilização política e passa a questionar o papel do intelectual.

As revistas tiveram um importantíssimo papel na divulgação da literatura na sua expressão ideológica antes e durante o período em que o comunismo tomara conta das vanguardas latino-americanas. Por serem então efêmeras e por veicularem em pequenos círculos, sua produção era vasta. Elas foram o principal veículo de divulgação dos manifestos literários. Os zapatistas se valem de um modo diferente de divulgação para as *Declaraciones*, sendo o principal veículo a internet onde se valem de apoio amplo e em que as consequências de suas publicações são percebidas de maneira mais rápida.

Castro Rocha (1999) salienta em seu trabalho de pesquisa – cuja análise se dá sob perspectivas a partir da década de noventa – que os avanços tecnológicos diminuem o tempo de propagação da informação. As vanguardas histórico-artísticas ocorreram quase que simultaneamente da Europa à América graças à circulação cada vez mais intensa de informações, objetos e pessoas logo após a Primeira Guerra Mundial, basicamente

de um lado, as vanguardas das primeiras décadas do século XX representaram o primeiro movimento artístico-político verdadeiramente internacional, mesmo internacionalista. Os meios desta internacionalização

foram variados: os manifestos, ocasionalmente publicados em jornais de grande circulação; as revistas criadas pelos diversos grupos e distribuídas amplamente; as constantes viagens de artistas europeus às Américas e à África, assim como as viagens de artistas “periféricos” para a Europa, sobretudo, para Paris (ROCHA, 1999, p.110).

O que se percebe nas vanguardas da América Latina é que todas sofreram as influências do pensamento europeu, mas em muito desse tornaram-se logo distintas, primeiramente na fase da revolução período da década de 20, em seguida pela construção de novas ideologias, quando muito das vanguardas adquire forte caráter político graças a fatores históricos, como a quebra da bolsa de Nova York e a Segunda Guerra Mundial, além dos golpes de estado comuns em muitos países. Também é visível como o marxismo ampliou essa visão sobre a arte e influenciou a composição de utopias literárias.

Apesar das vanguardas artísticas se oporem ao passado e aos cânones artísticos estabelecidos durante o século XIX e XX, elas diferem entre si não só por suas formas e regras de composição, mas também em seus posicionamentos diante de questões sociais. A tensão do confronto entre as composições “políticas” e “artísticas” é o resultado de várias influências da produção cultural dos anos 20, que mudam conforme o momento, o contexto, a experiências individuais de seus fundadores.

2 – A PARATOPIA NA SELVA LACANDONA

Será vista neste capítulo de que maneira estão relacionadas as *Declarações da Selva Lacandona* e os mecanismos que cerceiam sua produção, desde a sua finalidade primordial, passando pelo público alvo e principalmente analisando a composição da obra e a relação com seu autor, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. O foco da leitura incide na imagem do Subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN, escritor e membro ativo da guerrilha instalada na selva do sudoeste mexicano, considerado por muitos um dos maiores intelectuais da contemporaneidade.

2.1 O EZLN e o levante zapatista: causas, efeitos e o contexto da criação

Felipe Moraes (2006) investiga e analisa as estratégias de comunicação dos zapatistas e de que maneira as mesmas contribuem para o desenvolvimento do movimento, o que trouxeram de benéfico nas alianças realizadas e de que modo se dão as relações de influência. Para tal, ele reconhece ser necessário reconhecer as diferenças e que esta é a maior luta de muitos movimentos sociais cujas fases iniciais estão entre o fim do século XX e início do século XXI.

Na América Latina a descentralização crítica e cultural tem se apresentado de duas maneiras: 1) na identificação coletiva, onde os grupos tidos como minorias, excluídos ou “descartáveis” socialmente se identificam e unem-se a partir da rejeição; e 2) nas novas formas de pensamento, “que puseram em questão o ‘etnocentrismo’ e o carácter de pobreza excludente promovida pela ordem hegemónica capitalista e económica global” (MORAES, 2006, p.5).

Esse é o caso do movimento zapatista que defende principalmente o respeito às diferenças, sendo característica de sua causa a luta por um espaço territorial e social para indígenas e não indígenas no México, que pode ser ocupado por todos desde que se respeitem mutuamente. Essa luta tivera início com Emiliano Zapata que juntamente com Francisco Villa, deram início a Revolução Mexicana no ano 1910, um movimento basicamente camponês, contando com a maioria integrante indígena, mas que tivera um fim abrupto com o assassinato de seus representantes.

Segundo Moraes (2006) o movimento, tal como hoje está configurado, se formou a partir de 1983 quando chega a Chiapas um grupo de importantes militares. Sua ida as montanhas tinha como objetivo adaptar um grupo de guerrilheiros ao ambiente hostil da Selva de Lacandona, transformando-a de inimiga em aliada nos combates futuros contra o exército mexicano. Inevitavelmente, este grupo de ideologia marxista entrara em contato com as comunidades indígenas, e unindo forças através do diálogo, juntos proporcionaram o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, movimento de base popular e majoritariamente indígena.

O comandante indígena Tacho, em entrevista, explicou com clareza que o objetivo do exército – que é indígena em 80 % de sua constituição – não era a tomada do poder, a “tomada do palácio”, mas “a conquista do coração de cada mexicano” e a busca de uma transição pacífica para uma nova sociedade, um novo México onde imperasse “democracia, liberdade e justiça” (DI FELICI & MUÑOZ, 1998, p.17).

Mas esse diálogo não se dera de maneira fácil. Quando perguntado sobre o começo do relacionamento entre os guerrilheiros e as comunidades, o Subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN declara: “em nossa perspectiva de guerrilheiros [os índios] eram pessoas exploradas a quem tínhamos que organizar e mostrar-lhes o caminho. Ponham-se em nosso lugar: nós éramos a luz do mundo! E eles eram os cegos aos quais tínhamos de abrir os olhos” (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.116). Essa visão muda com a presença do Velho Antônio, um ancião que gosta de ensinar contando histórias, e que graças ao seu conhecimento indígena promove o diálogo concreto e a união entre esses dois mundos distintos.

A formação do movimento zapatista e sua força pelo respeito das diferenças, defesa pelos direitos das minorias e consolidação de um movimento social sólido, tem marcado na sua origem, a total condição de rebeldia e insatisfação de um grupo de intelectuais urbanos que se indignaram contra o desprezo social e com a situação política mexicana, promovendo a convicção e o desejo de resgatar questões esquecidas, mal resolvidas e ainda pendentes desde a época da Revolução Mexicana de 1910 e sua luta pela defesa dos direitos indígenas (MORAES, 2006, p.9).

Dentre os episódios que marcaram a história de violência e abusos do governo do México contra a população, alguns se destacam como sendo propulsores para o levante zapatista. O primeiro deles teria ocorrido no dia 02 de Outubro de 1968. Uma manifestação pacífica ocorre na praça das três culturas, um protesto que conta com a presença maciça de

estudantes unidos para reclamar o descaso social por parte das autoridades “competentes”. Na tentativa de conter a manifestação a força militar a repreende de tal maneira que essa ação violenta fica para sempre conhecida como o massacre de *Tlatelolco*, cujo saldo que soma quase 500 mortos “cria uma espécie de divisor de águas no interior da esquerda e dos setores progressistas, que ainda hoje, marca a vida política e social do México” (MORAES, 2006, p.9).

Anos mais tarde, o café foi protagonista de mais uma injustiça e a causa de novo conflito. Apesar de Chiapas ser o principal produtor da iguaria no Estado, 91% dos produtores tem menos de cinco hectares para cultivá-lo (Cf. *O café e a guerra*, de Luís Hernandez Navarro, In: ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.70). Os grandes proprietários detêm a maior parte da produção e, obviamente, dos lucros da comercialização do produto. A maioria são famílias sobrevivem do que produzem tendo de aliar o cultivo a outros gêneros como a criação de gado e o cultivo do milho.

A queda violenta do preço no mercado internacional agrava ainda mais as péssimas condições sociais dessas famílias, pois sem ter como cultivar o café de maneira justa, ficam mais pobres, sujeitos a doenças e a fome, sendo as crianças as maiores vítimas, que assoladas por epidemias e desnutrição são as primeiras a serem abatidas juntamente com as chances de melhores condições de vida aos chiapanecos.

Moraes (2006) considera ainda que um terceiro evento foi decisivo para que o EZLN se organizasse para o “Já Basta!” de 1994. O governo, em 1992, modifica a constituição mexicana, retirando o direito público dos *ejidos*⁴, permitindo que esses possam ser vendidos à iniciativa privada e garantindo a apropriação da terra por parte de grandes empresas internacionais, principalmente madeireiras, agradando assim o mercado internacional e assinando a sentença de morte dos índios, o que gerou revolta e indignação entre os grupos indígenas de Chiapas.

O espaço físico enquanto zona de conflito abriga interesses múltiplos, mas nenhum deles, por parte do governo, diz respeito ao indígena que considera a existência da terra como essencial à sua identidade. Além disso, o respeito aos mortos e a relação com o tempo chamam a atenção, pois nessa maneira de conceber a existência, cabem todos, indígenas ou não. Moraes (2006) complementa ainda que “fica evidente, segundo ressaltaram vários especialistas sociais, que a luta (re)iniciada pelos zapatistas não é pela tomada do poder e,

⁴ “Conquista da Revolução Mexicana, forma de dotação de terra para evitar tensões sociais agudas, sem que se criem as condições para que os camponeses possam transitar da subsistência precária a uma agricultura comercial, moderada e dinâmica” (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.371).

sim, pela tomada de espaço, pelo reconhecimento e pelo respeito ao povo indígena” (MORAES, 2006, p.41-42).

A partir daí, as ações em torno do que vem a ser o levante zapatista tomam formas mais definidas:

Em janeiro de 1993, os representantes das etnias indígenas e das áreas nas quais se desenvolve o trabalho de organização assumem oficialmente a direção do movimento zapatista e, com ela, nasce o Comité Clandestino Revolucionário Indígena, o Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional (CCRI-CG EZLN) que tem um perfil muito mais político (MORAES, 2006, p.15).

Nesse mesmo período as produções de milho e café foram comprometidas na maioria das comunidades que cerceiam a floresta Lacandona, assim como as crianças, ou a maioria delas não freqüentou as escolas, e o dinheiro obtido com a venda do gado foi usado para a compra de armas. A guerrilha ganhava os contornos do que seria visto quase um ano depois.

Dessa maneira os líderes do movimento não atuam diretamente, sua política é exercida através do CCRI-CG / EZLN. Essa postura acentua a filosofia de trabalho e organização zapatistas expressa (nas cartas, comunicados e outros documentos) como “quem manda, manda obedecendo”. Tal perspectiva é vista nas *Declarações* na máxima “para nós nada, para todos tudo”, e que visa garantir a todos o mesmo direito à terra, sem que para isso suas identidades (individuais / coletivas) venham a ser anuladas.

A visão apresentada acima corresponde ao conceito de heterotopias, que segundo Michel Foucault (1984), seriam uma compensação, um lugar possível, ideal e localizado no presente. Esta discussão será esmiuçada mais adiante.

Não há uma disputa por um cargo, a “hierarquia” é determinada conforme as qualidades e a forma de trabalhar de cada indivíduo, explorada em prol da sobrevivência do grupo. Prevalece o respeito indígena onde vale a palavra do sábio, do experiente, onde cada um deve ser ouvido e onde o diálogo permite que todos possam participar democraticamente da organização política de sua vida em grupo, onde se prega a paz e o respeito por tudo e por todos.

Assim sendo, no dia 1º de janeiro de 1994, data em que o México entraria para o NAFTA (North American Free Trade Agreement) ou TLC (Tratado de Livre Comércio), o EZLN, grupo majoritariamente indígena composto por guerrilheiros e camponeses, sendo todos armados e com seus principais representantes encapuzados ou usando máscaras, invade os municípios adjacentes a cidade de Chiapas bem como sua sede local, durante a madrugada. Com o objetivo de surpreender o governo (o que de fato ocorre) e desestabilizá-lo, os

zapatistas procuram chamar a atenção da sociedade para um problema que se arrasta há 500 anos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria (*I Declaração da Selva Lacandona*, 1994).

O trecho acima é a introdução da *I Declaração da Selva Lacandona*. Por meio desta, o mundo tomou conhecimento da radical oposição dos camponeses rebeldes mexicanos ao governo de Salinas de Gortari, então presidente. Apesar de o conflito restringir-se a Chiapas, o alcance atingia o globo e com isso começava a campanha em prol do zapatismo, da democracia, da justiça e da esperança.

A *Declaração*, que foi distribuída à nação mexicana, à imprensa internacional e àqueles que dispunham de alguma conexão com a rede de computadores, tornava popular os motivos pelos quais lutavam os zapatistas bem como popularizou a figura do Subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN, que juntamente com outros que compõem o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, é responsável por assinar a *IDS*, além de cartas e comunicados.

Ficara também esclarecido que Marcos não é o líder do movimento, pois o mesmo é dirigido pelas próprias comunidades indígenas de Chiapas. Desta maneira, o grupo de insurgentes define seus territórios de atuação, políticos e geográficos, traçando uma batalha sem fronteiras e redefinindo o espaço para uma discussão sobre política, poder e democracia.

O levante zapatista teve como principal objetivo dar um fim (“HOY DECIMOS ¡BASTA!”) aos abusos e a exploração cometida pelo governo do México, que com o pretexto de modernizar a sociedade mexicana e modernizar o Estado, promove a acentuação da pobreza, da miséria e da desigualdade graças a homogeneização proporcionada pelo neoliberalismo.

A partir daquela mesma data o governo respondeu ao ataque com militarização ostensiva, prisões, assassinatos e até bombardeios a algumas aldeias (comunidades) indígenas. Em consequência disso, militantes ligados aos direitos humanos, bem como a população mexicana a par desta situação, indignados com o tratamento dado aos zapatistas protestaram

em favor dos rebeldes exigindo medidas pacíficas da parte do governo e preocupação em resolver os problemas que levaram chiapanecos da selva Lacandona para a cidade.

Doze dias após o início da guerra, o governo cede as pressões vindas de vários lugares do mundo, das ONGs e outros núcleos de apoio aos direitos humanos, para que a ofensiva aos zapatistas finde e seja substituída por um tratamento pacífico. Desta maneira, o governo propõe um cessar-fogo de ambos os lados, para que assim tenham início as negociações por paz e pelos princípios propostos pelos rebeldes insurgentes. Manuel Camacho, escolhido para representar o governo num diálogo de paz “leu aos rebeldes um texto em *tzotzil*, também veiculado pela mídia em *tzeltal* e *chol*: pela primeira vez na História um dos principais membros do governo mexicano reconheceram idiomas indígenas” (CASTELLS, 2001, p.98).

Apesar de o governo aparentar seguir o caminho da paz através dos constantes diálogos, estes depois de algum tempo não são cumpridos e o governo procura desesperadamente descobrir a identidade dos líderes do movimento como também assassiná-los para dar fim ao conflito “o exército federal chegou a circundar a selva, avançando de modo ameaçador, desrespeitando os acordos de diálogo e provocando dificuldades para as comunidades indígenas, muitas das quais se viram obrigadas a deixar os povoados e se esconder” (DI FELICI & MUÑOZ, 1998, p.17). Mas a semente da esperança que move a luta dos chiapanecos já havia sido lançada.

Moraes (2006) acredita que a chave para o sucesso na empreitada zapatista está no apoio de muitas instituições que defendem os direitos humanos assim como em ONGs tanto mexicanas como internacionais, e que este apoio deve-se principalmente as estratégias de comunicação adotadas pelos zapatistas. Com o aperfeiçoamento tecnológico e com o desenvolvimento e a expansão do movimento o EZLN

passou a desenvolver uma conceituada equipe de assessores para as negociações do qual fazem parte muitos especialistas nas áreas agrárias, política, económicas, de saúde, sociais, especialistas universitários, dirigentes políticos e populares, líderes indígenas e muitos intelectuais mexicanos e de outros países (MORAES, 2006, p.18).

Neste caso, ironicamente, o produto de tanta desigualdade e que representa a atuação do neoliberalismo e de sua política de exclusão é usado em favor dos zapatistas para expandir sua luta: a internet.

Por meio da web os zapatistas ampliaram sua proposta além de terem estabelecido laços com outros grupos também interessados na causa, as mesmas alianças contribuíram para

tornar visível a principal arma dos zapatistas na sua luta contra o mau governo: a palavra. “No interior da simbologia mítica dos descendentes dos maias, a palavra pode assumir um valor profético, revelador de novos acontecimentos, criando uma nova perspectiva, uma nova visão da realidade e das coisas” (DI FELICI & MUÑOZ, 1998, p.22). Di Felice e Muñoz (1998) acentuam ainda outro caráter da revolução: embora haja a luta pelo reconhecimento da cultura e do povo indígena, nas suas diferentes composições, não há por parte dos zapatistas a tentativa de isolar cada grupo em sua autonomia, o que se busca é o reconhecimento multicultural, a “contaminação”.

Desta forma, concordam os pesquisadores a respeito do movimento, quando a proposta de governo é o “não-governo” pois o que se procura é descentralizar o poder, para que este possa espalhar-se pelas camadas multiculturais, reestruturando a sociedade cujo padrão governamental está baseado numa “concepção etnocêntrica com uma base ‘euro-iluminística’, criadora de sistemas sociais monolíticos” (DI FELICI & MUÑOZ, 1998, p.22). A ideia é descentralizar e redistribuir, sem que para isso o poder apenas migre de um pólo a outro, criando assim novas formas de segregação.

A Proposta de Sarah Abdel-Moneim em seu texto *O Ciborgue Zapatista* (2002) é formular novas leituras sobre os movimentos sociais no ciberespaço.

Para ela é muito importante salientar a abertura espacial que a inserção do movimento social na rede propõe, principalmente no que diz respeito a participação das mulheres, um grupo cada vez mais crescente e beligerante – é cada vez maior o número de mulheres que participam tanto dentro e fora das comunidades em “redes de apoio”, como alistadas ao exército rebelde.

O convívio mútuo no ciberespaço entre índios, mulheres e não-indígenas “pelo público na produção de textos multimídia de solidariedade transnacionais” (ABDEL-MONEIM, 2002, p.40)” permite que seus corpos se resignifiquem neste espaço, cujas consequências destas mudanças aliadas à novas e constantes informações não pare de se transformar, e agindo desta forma ampliem o espaço discursivo para além de Chiapas. A guerra do México é a guerra do mundo.

Sarah Abdel-Moneim (2002) fala também de uma “virtualização” do corpo, pois nesta leitura em que se analisam a presença do indivíduo neste conflito cibernético, o corpo e o espaço físico não existem. Abdel-Moneim (2002) vê como um problema neste corpo eletrônico o comprometimento da noção de comunidade, visto que o corpo “material” exerce uma importante função ao delimitar este conceito.

No entanto, mais a frente ela reconhece que esta leitura comunga com a ideologia zapatista de que todos aqueles que se unem em prol da causa zapatista constituem a grande comunidade enlaçada por um ideal comum: o bem comum pela paz, democracia e justiça. As mesmas demandas servem a toda e qualquer minoria que se identifica com o movimento zapatista, e que não precisa abrir mão de sua comunidade e SUS respectivos rituais e tradições quando se apresenta na sua condição física.

Zapatistas virtualizados são uma lembrança das condições materiais da vida humana. Corpos indígenas e/ou femininos no espaço discursivo do Chiapas eletrônico representam simbolicamente todos os grupos que são excluídos dos projetos globais neoliberais; são corpos que se recusam a desaparecer sob a Nova Ordem Mundial (ABDEL-MONEIM, 2002, p.52).

O ciborgue neozapatista⁵ está nesta nova configuração corporal que se apresenta com a emergência da tecnologia.

Manuel Castells (2010), em análise sobre a insurgência zapatista, destaca o trabalho de dois elementos foram importantíssimos na década de 90, num período em que a Internet ainda era um recurso caro e de difícil acesso: havia a *La Neta*, uma rede alternativa de comunicação que atuava no México e no estado de Chiapas. Havia também o uso contínuo dessas redes por grupos femininos, que conectados as outras mulheres nos EUA e a ONGs promoveram a divulgação do movimento zapatista, de suas cartas e de seus comunicados. De lá para cá esse apoio cresceu proporcionalmente ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. Assim o apoio aos zapatistas, a crítica ao governo e negligencia deste em proporcionar a paz, bem como a cobrança por medidas urgentes é constante.

Em consequência disso cresce o número de ataques às comunidades indígenas feitos pelo exército mexicano, que com o pretexto de manter a ordem, invade aldeias atacando homens, mulheres, crianças e idosos, prendendo arbitrariamente e torturando os supostos líderes rebeldes, promovendo o medo e o terror além de fazer com que seus habitantes tenham de migrar para outras regiões.

O número de militares presentes nos acessos as principais cidades de Chiapas também tem aumentado, juntamente com comboios e assentamentos. É o caso de *Guadalupe Tepeyac*, aldeia que se tornara nômade após a tomada do território pelo exército que para

⁵ Sara Abdel-Moneim utiliza o termo neozapatista para classificar este momento vivido pelo movimento como uma Segunda Revolução Mexicana.

defender “a soberania nacional” fizeram do território antes pertencente àquele grupo uma espécie de posto militar, o que obrigou seus habitantes a migrar para outros povoados.

Eduardo Cavalcanti (2001) em artigo que analisa a construção da rede zapatista e sua atuação no ciberespaço, não só reafirma o movimento como sendo a primeira guerrilha informatizada – como o dissera Castells (2001) – mas também declara ter sido o uso da Internet estratégico por também permitir que se burlassem as informações a respeito do movimento porque “tanto as emissoras de tevê (sic) mexicanas quanto os grandes jornais norte-americanos davam sua própria versão do movimento” (CAVALCANTI, 2001, p.2).

Na tentativa de garantir a paz e devolver a liberdade aos povos de Chiapas, a conexão estabelecida entre esses órgãos de apoio divulga rapidamente as também crescentes denúncias de abusos e cobranças por medidas pacíficas por parte do governo mexicano. Essa grande vigília sobre as autoridades dificulta, embora não impeça todas, as ações arbitrárias por parte do governo. Mantendo, da melhor maneira possível, o respeito aos acordos até então firmados.

Dessa forma, a palavra, assim como a importância da formação do exército zapatista, num primeiro momento, constitui também de uma estratégia de comunicação de uma revolução tribal que se projecta para o meio digital e revela ao mundo os motivos de sua luta pela multiculturalidade dos direitos humanos através de uma nova forma de acção política “sem lugar” e “em todo lugar”, transferindo os conflitos para o mundo dos fluxos electrónicos, ou seja, para o mesmo lugar da reprodução (da globalização hegemónica) do capital financeiro, o que sugere um inédito elemento de reflexão, entre os zapatistas e a relação identidades culturais comunicação - conflitos sociais (MORAES, 2006, p.30).

O movimento ainda não apresenta sinais de que irá se dissolver visto que o governo também não indica total obediência às propostas, no entanto, a insurgência mostrou que por meio da insistência é possível obter alguns frutos e que esses precisam ser mantidos e estendidos a toda a nação mexicana.

Di Felice & Muñoz (1998) também atribuem não somente a Internet a responsabilidade de promover o encontro e proporcionar o diálogo entre mundos até então distantes e distintos, como o são o indígena e o urbano, para eles fundamentais também foram os escritos do Subcomandante Marcos, que com sua “linguagem sincrética” e mistura de estilos literários criam um chamado único capaz de atingir toda a sociedade, mexicana ou não, em prol de um ideal que desperte em todos os mesmos sentimentos de indignação, luta, justiça e solidariedade, bem como o mesmo desejo de viver numa sociedade mais justa e democrática.

2.1 O cachimbo *parlante*⁶

Embora haja pouca confirmação da real identidade de Marcos, a lenda mais repetida que o cerca é a seguinte: um intelectual marxista urbano e militante, Marcos era procurado pelo Estado e não estava mais seguro nas cidades. Ele fugiu para as montanhas de Chiapas no Sudeste do México, cheios de certezas e retóricas revolucionárias para converter as pobres massas indígenas à sua causa da revolução proletária armada contra a burguesia. Disse que os trabalhadores do mundo deviam se unir, e os Maias apenas os olhavam. Disse que eles não eram trabalhadores e que, além disso, a terra não era uma propriedade, mas o coração de sua comunidade. Depois de haver fracassado com missionário marxista, Marcos mergulhou na cultura Maia. Quanto mais aprendia, menos sabia. Fora deste processo, um novo tipo de exército surgia, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que não era controlado por uma elite de comandantes de guerrilha, mas pelas próprias comunidades, através de conselhos clandestinos e assembleias abertas. Isso significa que ele não era um comandante berrando ordens, mas um subcomandante, um canal para a vontade dos conselhos. As primeiras palavras que pronunciou em sua nova identidade foram: “*Através de mim fala a vontade do Exército Zapatista de Libertação Nacional*”. Depois de subjugar a si mesmo, Marcos disse àqueles que o procuravam que ele não era o líder, e que seu passa-montanha preto era um espelho, refletindo cada uma de suas lutas; que um zapatista é qualquer pessoa, em qualquer lugar que lute contra a injustiça. “*Nós somos você*” ([grifos da autora] Klein, 2003: 274 *apud* MORAES, 2006, p. 31-32).

A sociedade tem então como porta-voz e ponte de acesso ao pensamento, bem como às declarações, cartas e comunicados indígenas o Subcomandante Insurgente Marcos. Sua origem e identidade são incertas e muito se especula a respeito disso. A origem de seu pseudônimo nos dá pistas de sua identidade: está num romance de Mario Benedetti, escritor e poeta uruguaio, denominado *El cumpleaños de Juan Ángel*, publicada primeiramente em 1972. A partir daí uma coisa se sabe: Marcos mostra ser um indivíduo culto. Em cartas e comunicados, faz referências a nomes da literatura como Shakespeare, Jorge Luís Borges e Gabriel García Marques.

Na opinião de Manuel Castells (2001) “Marcos é notadamente um intelectual de vasta cultura, que fala diversos idiomas, redige muito bem, conta com uma imaginação extraordinária, grande senso de humor e põe-se muito à vontade em seu relacionamento com a

⁶ Há um texto de Armando Bartra, na obra de ARELLANO & OLIVEIRA, que relata e explica a relação existente entre o Subcomandante Marcos, a figura do velho Antônio e o Movimento Zapatista (Cf. O cachimbo parlante. In: *Chiapas: construindo a esperança*. 2002; p.109). Outrossim, as fotos do Subcomandante Marcos revelam um homem sempre encapuzado que porta, além da arma, o cachimbo.

mídia” (CASTELLS, 2001, p.100-101). Para alguns críticos, seus escritos fazem do subcomandante um dos grandes escritores deste novo século. A ironia e a acidez com que escreve suas cartas e os comunicados revelam um indivíduo letrado, e que a partir da alta literatura concilia sabiamente o canônico com a tradição indígena, revelando e traduzindo aspectos culturais de Chiapas e arrecadando a simpatia do mundo pelo reconhecimento e pela defesa dos direitos dos índios e dos camponeses.

A maneira como demonstra conhecer a palavra e o valor que lhes atribui bem como a maneira como se expressa e utiliza seus argumentos fazem de Marcos uma figura que se encaixa na representação de intelectual definida por Edward W. Said (2005). Em seu discurso, os muitos aspectos que definem um intelectual desde o século XIX são relidos e revisitados, o próprio Said (2005) ressalta ser o engajamento uma constante em todas as definições.

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los) (SAID, 2005, p.25-26).

Para ele as ações dos intelectuais estão embasadas em uma causa universal: o senso de liberdade e justiça. Esses princípios não podem ser violados uma vez que são de direito de todo ser humano. O intelectual luta para manter esse direito assegurado cabendo a ele delatar qualquer atitude que fira esse direito, para que o erro possa ser combatido.

Ao dar-se como exemplo para as atitudes tomadas pelo intelectual, Said (2005) ressalta ainda que o que realmente está em jogo não é somente o modo como se expõe e se articulam os argumentos, mas também a importância de defendê-los por acreditar na verdade destes e da necessidade de persuadir outras pessoas sobre a sua maneira de pensar. Propagar a ideia, permitir que o outro tenha acesso e, conseqüentemente, as atitudes quanto ao senso de liberdade e justiça possam ser reproduzidas. Em defesa da postura adotada “o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar do tipo de barreiras” (SAID, 2005, p.27).

O termo barreira pode aqui ser entendido no sentido amplo, como qualquer forma de empecilho à transmissão de ideias ou atitudes. O advento da internet bem como a expansão do

uso de computadores conectados em rede é um exemplo claro de como algumas fronteiras entre os indivíduos tornaram-se tênues, detalhes que não interferem na troca de conteúdos.

No entanto, há outras barreiras mais difíceis de transcender, que são cada vez menos linguísticas ou territoriais. Nesses casos, a tarefa desempenhada pelo intelectual é mais complexa e, para Said (2005), necessária. “Não tenho nenhuma dúvida de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não tem representação” (SAID, 2005, p.35), essa postura diminuiria o abismo que existe entre grandes corporações e os que são considerados minorias e/ou subalternizados.

Dessa forma, o intelectual leva ao público a sua tarefa de se contrapor ao *status quo* e aos elementos (meios de comunicação, correntes de pensamento, formas de comportamento) que perpetuam a desigualdade e a injustiça, sugerindo rotas alternativas que não colidam com seus princípios nem permitam sua autopromoção, e ainda trazendo consigo a responsabilidade em promover a liberdade humana e proporcionar conhecimento, pois são esses os objetivos da atividade intelectual (Said, 2005).

Consoante Denis Benoît (2002), o intelectual utiliza de seu conhecimento específico, que ao mesmo tempo lhe garante a competência necessária para intervir em outras áreas de conhecimento, fazendo com que suas ideias interfiram em questões sócio-políticas. No entanto, este não o faz por meio da literatura, diferentemente do escritor engajado “que deseja fazer aparecer o seu engajamento na literatura mesmo; ou, dizendo de outra forma, deseja fazer de modo que a literatura, sem renunciar a nenhum de seus atributos, seja parte integrante do debate sócio-político” (BENOÎT, 2002, p.22).

O surgimento desse papel social entre o fim do século XIX e começo do século XX, foi um dos elementos que contribuíram para determinar o conceito de literatura engajada tal como se apresenta atualmente. Além do surgimento do intelectual, foram fatores determinantes: o aparecimento de um campo literário independente (a partir de 1850) e a Revolução Russa ocorrida em outubro de 1917 (BENOÎT, 2002).

Said (2005) complementa que os intelectuais se relacionam ou falam com uma linguagem comum a integrantes de uma mesma área, como se fossem indivíduos cercados numa área imaginária relacionando-se entre si. Estes indivíduos agora passam a se relacionar com outros também isolados, mas de áreas diferentes de modo que outros sujeitos que não fazem parte desse círculo fictício não podem compreender. O que “isola” os indivíduos são as suas especialidades em suas respectivas áreas.

A ação desses três elementos em conjunto “produziu, esquematicamente, dentro do campo literário, dois tipos de respostas. A primeira é aquela da *vanguarda*: ela consiste em

postular uma homologia estrutural entre ruptura e revolução política” ([grifo do autor] BENOÎT, 2002, p.24), tendo como principal preocupação preservar as especificidades da literatura e das artes; e a outra é o que se tem por literatura enquanto ensejo de luta em que “a posição do escritor engajado questiona a autonomia do campo literário tal qual ela tomou forma com a modernidade” (BENOÎT, 2002, p.24-25). Para Benoît (2002), a literatura como instrumento de mobilização política está sujeita a tornar-se um meio, pelo qual uma causa maior seja defendida, e que esteja além da literatura.

É importante considerar a relevância do contexto no qual o escritor produziu suas obras. A época das Luzes não reproduz nem de longe o espaço moderno e vice e versa. Benoît (2002) chama a isso de “espaço de possibilidades” cuja “definição do que é literatura engajada se singulariza no mesmo passo que o espaço das possibilidades no qual ela se inscreve” (BENOÎT, 2002, p.27).

Nesse meio literário, importa saber de que maneira se desenvolvem as relações entre a literatura e o meio social, quais suas conseqüências e de que forma o social enxerga a literatura, pois isto determina não somente o espaço a ela destinado, como delimita qual será o espaço ocupado pelo escritor nesta sociedade, “quer dizer, a função que a sociedade atribui a literatura e o papel que esta última admite aí representar” (BENOÎT, 2002, p.31).

Existe na atitude literária atrelada à política a ideia de que esta parte de uma escolha. Neste aspecto Benoît (2002) e Said (2005) convergem quando buscam justificar a ação de escrever do indivíduo-escritor-intelectual-engajado: há uma responsabilidade para com o social que pede ao sujeito que escreva em prol de uma causa, válida a um todo, e não que beneficie o mais poderoso e / ou arbitrário. Uma espécie de chamado, ao qual o intelectual atende de pronto, sujeitando-se além dos julgamentos, a toda e quaisquer conseqüências de seu ato. Não está em si a autenticidade de sua atitude, de sua denúncia, e sim no Outro (Benoît, 2002). E essa alteridade tem a moral como princípio.

(o escritor engajado) a pensa (a obra literária) atravessada por um projeto de natureza ética, que comporta uma certa visão do homem e do mundo, e ele concebe, a partir disso, a literatura como uma *iniciativa* que se anuncia e se define pelos fins que persegue no mundo. [...] Para ele, escrever volta a supor um ato público no qual ele empenha toda a sua *responsabilidade* ([grifo do autor] BENOÎT, 2002, p.35).

Seguindo o pensamento de Sartre, Benoît (2002) esclarece que se considerando que toda obra literária, independente de sua qualidade ou natureza, traz consigo o posicionamento de seu autor assim como sua visão de mundo, é possível afirmar que toda obra literária é

engajada. O que então caracteriza essa postura ideológica “é a recusa da passividade com relação a este inevitável envolvimento com o mundo” (BENOÎT, 2002, p.36). Que seria, segundo Sartre o concebe, como uma “tomada de posição refletida, consciência lúcida do escritor de pertencer ao mundo e vontade de mudá-lo” (BENOÎT, 2002, p.37-38).

Dessa consciência lúcida do escritor de estar no mundo vista por Sartre, procedem dois importantes aspectos: a consciência que esse escritor tem de sua historicidade e sua recusa em escrever para a posteridade. Segundo Benoît (2002), o escritor engajado trabalha para o presente, as mudanças que exigem e reclama são para o agora, e por isso não escreve para a posteridade.

Simone de Beauvoir que define ser o escritor engajado quando este pode ser localizado por inteiro em sua obra “vai mais longe: ela insiste no fato de que o escritor não se engaja somente inteiramente na realização da sua obra, mas que ele engaja aí a totalidade da sua pessoa, no sentido de que ele aí coloca o conjunto dos valores nos quais acredita e pelos quais ele se define” (BENOÎT, 2002, p.46).

Ao tomar tal atitude, colocar-se por inteiro em sua obra, o escritor se expõe, deixando ao resto que o julgue e o classifique de acordo com a interpretação de suas ideias. O que Benoît defende é que esta atitude determina o quão responsável é o escritor, bem como garante a sua liberdade, além de dar real sentido aos ideais pregados. Pois o escritor não será realmente, engajado se não puder assumir a responsabilidade por aquilo que luta.

Neste caso “escrever é uma obrigação ou um dever que se impõe à liberdade do escritor. E o texto engajado é mais do que a manifestação dessa liberdade; ele é a sua realização plena e, com isso, o escritor engajado está totalmente presente na escritura” (BENOÎT, 2002, p.48).

Para Gilles Deleuze “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. [...] A escrita é inseparável do devir: ao escrever estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir imperceptível” (DELEUZE, 1997, p.11). Sendo o homem uma forma de expressão dominante, para Deleuze (1997) esse devir-homem não existe, o que ocorre é que todas as outras formas de devir (como mulher, animal, molécula) compõem uma rota inversa.

Este devir está sempre num meio-termo, um entre-lugar, parte de um ser, do individual: “mulher entre as mulheres, ou animal no meio dos outros” (DELEUZE, 1997, p.11), cuja reflexão nasce da sua condição coletiva e dirige-se ao todo.

Da mesma maneira que o engajamento seria essa anulação de si em nome de uma responsabilidade para com o outro, possibilita também que o escritor engajado não deixe de aderir “a uma certa mitologia heróica do engajamento” (BENOÎT, 2002, p.50), sendo o valor da ação medido conforme o risco.

Como não pode deixar de ser, o engajamento e a escrita tornam a relação entre escritor, obra e contexto um emaranhado complexo, onde um elemento está imbricado no outro, gerando diferentes entre-lugares (Silviano Santiago), como ocorre ao conceito de paratopia (Maingueneau), que analisa o lugar ocupado pelo escritor no dentro e fora da obra literária. “Há uma duplicidade do engajamento que consiste nesse vai-e-vem entre a pessoa do escritor e a sua obra, entre avanço do autor e a utilização dos recursos e das seduções que oferece a literatura” (BENOÎT, 2002, p.50-51).

Quanto ao lugar do engajamento, conforme Derrida está “no cruzamento do *testemunho*, que constitui dele o ‘grau zero’ e de *ficção*, que é dela a modalidade a mais alta e possivelmente a mais autêntica” (BENOÎT, 2002, p.51).

Em seu livro *Literatura, história e política* (1989), Benjamin Abdala Júnior discorre sobre aproximações entre literaturas de língua portuguesa (brasileira, portuguesa e africana) no que tange a sua “ênfase social”, o resultado compreende uma análise do que é a “arte engajada”, decorrente de uma realidade textual em processo e que se alimenta e se debate “discursivamente das carências de uma situação histórica e alienada e de aspirações ideológicas de plenitude, que se atualizam no texto como materialização do devir” (ABDALA Jr., 1989, p.11). Esse “devir social” está a serviço da utopia, manifestada nas ideologias que permeiam esse forte posicionamento sobre o social, expresso na literatura. Aplica-se aqui a ideologia como “o modo de pensar (trabalhar) a realidade que determina a existência de certas configurações, certos esquemas de conformidade com a atividade do homem como [...] ser que se constrói, na inter-ação dialética com o objeto que constrói” (ABDALA Jr., 1989, p.31).

Nas *Declarações da Selva Lacandona* o reconhecimento da língua e das várias expressões ameríndias passa a constar como uma das reivindicações necessárias para o reconhecimento dos povos na sua totalidade:

Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se nació ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. [...]Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma [...].Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996).

Dominique Maingueneau (2001) define que dentre as várias funções exercidas por um escritor cuja produção é intensamente política acentua-se em se manifestar sobre as grandes aflições da sociedade, ser o porta-voz e tomar a frente do grupo com sua palavra, e talvez principalmente transcender quaisquer territórios ideológicos com sua escrita de forma que possa se determinar como “sentinela do Bem”. No entanto, equilibrar tais exigências torna-se o ponto chave de sua escrita.

Para Deleuze “embora remeta sempre a agentes singulares, a literatura é agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE, 1997, p.14-15). Assim “A única maneira de defender a língua é atacá-la... Cada escritor é obrigado a fabricar para si a sua língua” (DELEUZE, 1997, p.15).

Na concepção de Deleuze (1997), há ainda um último fim para o qual se destina a literatura: “pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida. Escrever por esse povo que falta... (‘por’ significa ‘em intenção de’ e não ‘em lugar de’)” (DELEUZE, 1997, p.15). Ou seja, um escritor, recorre à literatura, através de um delírio, para se fazer ouvir e por em evidência aquilo que a maioria dominante quer apagar. A língua é o instrumento que, por meio de um desvio, localiza esse delírio, que na verdade é o (único) meio de garantir a saúde do todo, e não somente do indivíduo.

No desenvolvimento dos “modos de articulação do imaginário político” são discutidos conceitos universais cuja ótica determinante para o posicionamento desse engajamento artístico-ideológico é variável, pois segue os critérios de cada sociedade. Considerando a história do México e de seus regimes governamentais ao longo dos anos, as *Declarações da Selva Lacandona*, assim como o Movimento Zapatista, apontam traços que definem – ou tentam definir – as identidades nacionais mexicanas.

Para tanto as personagens que articulam essa constante negociação identitário-política entre Chiapas, o governo mexicano e o resto do mundo administram antes de qualquer coisa, sua existência num entre lugar que garante seu papel como representante de uma nação em construção juntamente com seu devir literário, assegurando a uma personalidade cambiante e fronteiriça um papel permanente na História.

Mientras el gobierno repartía sobornos y mentía apoyos económicos para comprar lealtades y quebrar convicciones, los zapatistas hicimos de nuestro digno rechazo a las limosnas del poderoso un muro que nos protegió y más fuertes nos hizo.

Mientras el gobierno mostraba señuelos con riquezas corruptas e imponía el hambre para rendir y vencer, los zapatistas hicimos de nuestra hambre un alimento y de nuestra pobreza la riqueza del que se sabe digno y consecuente (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998).

Nos escritos zapatistas, há a presença de duas personagens importantes na construção da identidade indígena de Chiapas com também da identidade Marcos: Durito, um escaravelho que entende muito de economia e neoliberalismo, com quem Marcos tem longas discussões, e que apesar da aparente relação conturbada (pois Durito vive a pedir-lhe fumo e falar mal do *Sup* chamando-o de velhaco), são amigos e lutam pela mesma causa.

O outro “personagem” é o velho Antônio, responsável por introduzir Marcos na cultura maia, transmitindo ao subcomandante o sentimento índio de amor pela terra e pelo semelhante, lhe ensinado a história de Chiapas e da humanidade através de lendas, transformando o indivíduo que hoje se apresenta por Marcos, que também pode ser o “Delegado Zero”, com quem milhões se identificaram e se identificam na luta pelo respeito às diferenças, pela liberdade de exercê-las e pela paz para cada uma de nós.

Marcos é dado por milhões de seguidores que aprenderam a evitar líderes carismáticos com panacéias ideológicas ou soluções para o destino do mundo. Entre os zapatistas não há lealdade partidária: são membros de grupos que se orgulham de sua autonomia e ausência de hierarquia (MORAES, 2006, p.30-31).

Suas palavras contam com o apoio de vários intelectuais e escritores “que ressaltam o fato de Marcos – além de exímio porta-voz – também ser considerado um dos grandes escritores críticos da actualidade” (MORAES, 2006, p.35). Esse reconhecimento lhe dá a autoridade necessária que sustenta a ideia de ser a sua presença responsável pela literatura aplicada às *Declarações da Selva Lacandona*. Sobre a produção tanto das *Declarações* quanto de outros trabalhos como cartas e comunicados, Marcos declara ser a redação dos textos um de seus trabalhos e que, o comunicado, deriva de pelo menos dois caminhos:

Um é quando membros do Comitê, ou o coletivo do Comitê, vêem a necessidade de pronunciar-se sobre algo, de “dizer a sua palavra”.

Então se propõe e se discutem os pontos principais do que se vai dizer e, com essas indicações gerais, me ordenam que faça uma redação. Depois lhes apresentam o comunicado redigido, eles o revisam, tiram e agregam coisas e o aprovam ou rechaçam.

O outro caminho é que, chegada a informação de distintas partes ou frente a algum fato que o mereça, e vendo conveniência de nos manifestarmos a respeito, proponho ao Comitê que emitamos um comunicado, redijo e

apresento a proposta. Discute-se e se aprova ou rechaça. (DI FELICI & MUÑOZ, 1998, p.33).

Com a articulação mediática através principalmente da Internet a pressão exercida sobre o governo é imensa, quase todas a favor da causa zapatista, o que fizeram com que o governo mexicano cedesse às negociações exigidas pelo EZLN. O reconhecimento não se restringe a luta indígena e aos propósitos zapatistas, Marcos é eleito o maior representante da causa, torna-se símbolo de justiça e luta, realizando o enlace entre o cosmopolita e o campesino. É definitivamente um espaço novo cindido no ramo da produção literária.

Para Michel Foucault (1984) atravessamos uma época que “talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso” (FOUCAULT, 1984, p.1).

Em seu texto *De outros Espaços*, uma conferência de 1967 publicada somente em 1984, Foucault traça um trajeto de como o espaço tem sido visto desde o século XVII, a partir de Galileu, quando teve início um movimento que substituíra o sítio (a localização) pela extensão; sendo que atualmente, a extensão dá lugar à disposição. O sítio, por sua vez, “defini-se por relações de proximidade entre certos pontos e elementos” (FOUCAULT, 1984, p.2) classificado por Foucault como sendo desde o tráfico, um comboio, um café (lugar público) até mesmo o ser humano, como exemplo de lugar vivo, “A nossa época é tal que os sítios se tornam, para nós, uma forma de relação entre vários sítios” (FOUCAULT, 1984, p.2).

Na busca por categorizar o espaço em subdivisões que considera importantes, Foucault cria o termo “heterotopia”, em contraposição ao termo “utopia”. O conceito aparece primeiramente no prefácio de *As palavras e as coisas* (1966), trata-se da análise a partir de uma leitura de um texto de Jorge Luís Borges que durante muito tempo o inquietara (além de fazer rir, como ele mesmo declara no prefácio), pois a referida obra menciona “certa enciclopédia chinesa” que oferece uma divisão da ordem dos animais disposta segundo Foucault (1987) de tal forma, que desestrutura nossas ideias sobre “o Mesmo e o Outro”, concebidas até então:

As utopias consolam [...]; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico [...] situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula. As heterotopias inquietam [...]; estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de

gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases (FOUCAULT, 1987, p.8).

Segundo o filósofo a utopia apresenta a “sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário” (FOUCAULT, 1984, p.4), e sempre configurando espaços imaginários, fictícios. Em oposição a este conceito, as heterotopias são

algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugar está fora de todos os lugares, apesar de se poder apontar obviamente sua posição geográfica na realidade (FOUCAULT, 1984, p.4).

Em sua definição as heterotopias são tangíveis, localizadas/localizáveis em tempo e espaço presente. Um dos princípios das heterotopias definidos por Foucault (1984), que se vê relacionado diretamente com o propósito do Movimento Zapatista, é uma função específica ligada ao espaço que sobra e que se bifurca em dois sentidos: o primeiro diz respeito a criação de um espaço fictício que reflete os demais espaços reais, mostrando-os, no entanto, como mais ilusórios; o segundo refere-se a criação de um espaço “melhorado” e real, muito organizado, cuja perfeição aparente torna-se saliente diante de outros espaços desorganizados e mal elaborados, sendo este último exemplo de heterotopia uma compensação e não uma ilusão, como demonstra ser o primeiro.

Essa discussão será retomada mais adiante, no que diz respeito a leitura e análise da *Declarações da Selva Lacandona* relacionada ao conceito de Pós-utopia desenvolvido por Haroldo de Campos (1997).

A luta iniciada por Emiliano Zapata, que ainda espera uma solução ou desfecho positivo, mais justo desde 1910 é uma luta por espaço: o espaço físico, o direito à terra que desde muito tempo é negado ao povo do México; o espaço social: o reconhecimento do indígena, de sua palavra e de sua cultura, sem que para serem aceitos seja necessária uma homogeneização, mas sim respeito às diferenças, de maneira igualitária.

Semelhante preocupação com o “espaço” é esboçada por Dominique Maingueneau (2001). Para ele alguns aspectos também se entrelaçam quando se trata de construir a obra literária e de como essa construção reflete “fora” da obra, ou seja, é relevante a relação entre espaço e contexto.

Este contexto também abarca o escritor, contribuindo na constituição da obra como fonte ao mesmo tempo em que, depois de pronta, a obra passa a circular nessa realidade da

qual surgiu: “a pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. Essa localidade paradoxal, vamos chamá-la de **paratopia**” (MAINGUENEAU, 2001, p.28).

O termo paratopia, portanto localiza um entre-lugar no campo literário, ou um lugar existente, concreto, mas não exato, e ainda sim sujeito a permanecer como ponto indeterminado que abriga em si a obra literária, o escritor e o contexto.

Segundo Maingueneau (2001) a posição ocupada pelos escritores no campo literário é determinada conforme o modo como gerenciam sua inclusão e participação no mesmo. Para ele escritor / obra / contexto são elementos indissociáveis: não existe um indivíduo que leve uma vida banal e comum e um indivíduo-escritor que tenha uma maneira diferente do primeiro de perceber e analisar a realidade para então construir sua obra. A obra é na verdade fruto da análise/vivência do escritor no mundo.

Juan Carlos Chiappara (2006/07) em artigo que analisa os conceitos de heterotopia e paratopia e a relação entre estes, aponta em Maingueneau uma preocupação não somente com o espaço e as e as relações de sentido, mas principalmente com as condições da enunciação do texto literário, pois a paratopia é uma “proposta metodológica de acesso ao texto literário” (CHIAPPARA, 2006/07, p.6).

A paratopia, conforme Chiappara (2006/07) seria uma superposição de dois espaços, ou indicaria um surgimento de um terceiro, visto que aponta para um lugar que não é verdadeiro, contudo existe como subproduto da relação entre os termos que considera essenciais na composição da obra literária que são o escritor e o contexto, assim “o texto literário é o resultado de uma inscrição do autor na obra, que acontece nesse meio-termo e que resulta da articulação de seu posicionamento entre o campo literário e a sociedade” (CHIAPPARA, 2006/07, p.8).

Em se tratando do Subcomandante Marcos, essa fronteira paratópica indivíduo-coletivo aponta para uma negociação que atravessa o indivíduo cosmopolita, culto e o guerrilheiro que percorre a Selva de Lacandona, cujo estilo de vida inclui uma subsistência agrícola. Não há como não notar

[...] a ambiguidade da paratopia do escritor: ele é ao mesmo tempo o e impuro e a fonte de todo valor, o pária e o gênio, segundo a bivalência do *sacer* latino, maldito e sagrado. Na fronteira da sociedade organizada, o artista é aquele em que se misturam perigosamente as forças maléficas e benéficas (MAINGUENEAU, 2001, p.35).

Considerando a colocação de Maingueneau (2009) de que a palavra paratopia “pode ser reduzida a um paradoxo de ordem espacial” (MAINGUENEAU, 2009, p.110) pode-se estender essa colocação a condição humana, onde o corpo e o **ser** humanos ocupam um lugar espacial e social: “a paratopia de identidade – familiar, sexual, social – apresenta todas as figuras da dissidência e da marginalidade, literais ou metafóricas: meu grupo não é meu grupo” (MAINGUENEAU, 2009, p.110).

Nesta condição inclui-se não somente o Subcomandante Insurgente Marcos como os outros intelectuais que aderiram à causa dos indígenas chiapanecos destacando-se por serem as vozes que possibilitam o diálogo entre dois mundos distintos, mas que conforme a causa argumenta podem conviver paralelamente, desde que se respeitem mutuamente. A paratopia aqui é a identidade cindida, ou talvez cambiante, entre o indivíduo de formação cosmopolita e o portador das tradições indígenas, cuja produção manifesta sua maneira de perceber o mundo e com ele se relacionar.

Maingueneau (2009) acrescenta ainda as paratopias lingüísticas, que segundo ele são “cruciais em matéria de criação literária” (MAINGUENEAU, 2009, p.110). Ele dá como exemplo o caso dos judeus, uma nação cuja localização espacial se encontra comprometida em todo e qualquer aspecto, pois como cita Maingueneau: “a língua que falo não é minha língua” (MAINGUENEAU, 2009, p.110).

Essa paratopia lingüística quando aplicada à culturas pós-coloniais considerando a literatura de lugares como o Brasil, África e na América Latina a sua língua oficial não corresponde a língua dos povos nativos, assim sendo, a escrita (literária ou não) é paratópica.

Como é o caso das Declarações do EZLN, além de suas cartas e comunicados, visto que uma das causas da luta é o reconhecimento da cultura ou da nação indígena, juntamente com sua tradição e suas línguas, pois “Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco” (*IV Declaração da Selva Lacandona, 1996*) entre várias outras. Mas para alcançar outras fronteiras além do próprio território e se fazer ouvir e compreender o EZLN fala espanhol. A rebeldia fala espanhol. E não deixará de fazê-lo.

Entretanto, suas composições estão carregadas de depoimentos do Subcomandante Marcos (re)contando suas conversas com o velho Antônio, e de histórias que falam da origem do povo índio, de manutenção de suas tradições, dos espelhos que refletem suas alma e pensamento, de mitos que cercam de mistérios a floresta Lacandona e seu povo.

3 – POR UM CONCEITO DE UTOPIA E POESIA NAS *DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA*

Apesar de não se tratar de manifestos literários ligados a alguma escola ou movimento (da literatura), nem pertencerem ao legado de um único artista, as *Declarações da Selva Lacandona* são portadoras de uma linguagem literária peculiarmente poética, que traz consigo a aliança entre as tradições indígena mexicana e a canônica ocidental, além do incremento poético da literatura da América Latina, a qual o subcomandante Marcos se refere constantemente não somente nas declarações como nas cartas e comunicados do EZLN, criando uma ponte entre o “tradicionalmente erudito” e as raízes da cultura maia, levando sons e cores variados.

Há uma função que é inerente a toda configuração escrita que pertença a esse gênero: a função crítica, cuja ideologia o projeta para o futuro, fazendo do manifesto um gênero que ilustra muito bem o pensamento utópico, exercitando as principais funções da utopia, que conforme Ernst Bloch (1964) são criticar o presente e projetar perspectivas futuras.

3.1 Considerações sobre o conceito de Utopia

A crítica se dá no manifesto como uma profusão do pensamento utópico, inerente a este gênero textual. Assim como a identidade e a cultura, é imprescindível ao manifesto a utopia. A ideia geral que se tem de utopia é a de um lugar bom, mas inexistente ou inalcançável, uma espécie de ‘sonho impossível’ e essa ideia aproxima a utopia de seu lado ‘contemplativo’. Isso soa como uma consequência principal da utopia que é promover a crítica ao *status quo*. Mas há muito o pensamento utópico é responsável pela modernidade vivenciada pela humanidade: avanços químicos, biológicos, tecnológicos, por exemplo, só são hoje visíveis porque foram um dia possíveis na mente criativa de outro ser humano anterior a nós.

O termo utopia aparece primeiramente no livro homônimo de Thomas Morus, publicado em 1516. Profundo conhecedor da língua latina, Morus utilizou seu conhecimento para dar nome à obra fundindo o advérbio *ou* (não) ao substantivo *topos* (lugar). Há também

referências a origem do nome da obra como sendo um trocadilho com a palavra composta grega *eutopia* (lugar feliz, próspero).

A obra divide-se em duas partes sendo a primeira uma discussão se Raphael Hitlodeu, o viajante conhecedor da ilha de *Utopia*, situada no Novo Mundo, deveria ou não candidatar-se a conselheiro do rei, pois possui conhecimentos avançados sobre as leis além de aparentar ter um grande senso de justiça; a segunda, esta sim contém a descrição da ilha de Utopia, de seus costumes, seu povo, religião entre outras coisas.

O que importa saber é que a sociedade utopiana era perfeita, um exemplo de república democrática, conforme Raphael Hitlodeu. Em sua narrativa, Hitlodeu relata a Morus e seu amigo Peter Giles (responsável por apresentar “o cidadão e xerife da cidade de Londres” ao viajante) que vivera durante cinco anos na ilha, na cidade de Amaurot (que quer dizer “obscurecido” ou “obnubilado”), situada numa região central de Utopia, que possuía outras 53 cidades “e nelas todos falam a mesma língua, têm os mesmos hábitos e vivem sob as mesmas leis e instituições” (MORUS, 1999, p.74), e além disso o viajante explica em detalhes quão exemplar é a vida em *Utopia* e como os princípios que a regem são distantes dos que pertencem ao Velho Mundo.

Morus, que se tratava de um político respeitado, elaborou a obra em tom bastante irônico para denunciar seu desgosto com a Londres do século XIV e com os desmandos do rei Henrique VIII. A obra é uma crítica ao governo e a alguns pensamentos da época, apresentando como “saída” uma sociedade perfeita situada em algum lugar do oceano. Características da obra se atrelaram ao conceito com passar do tempo, significando utopia um lugar impossível, algo irrealizável.

Há algumas características de *Utopia* que a torna agradável, e que mesmo atualmente parece ainda um disparate, como a ausência da fome e da miséria e de dinheiro. Segundo Hitlodeu, para os utopianos o dinheiro é a causa da fome, da pobreza e da desigualdade, por isso não o usam, e dividem todos os bens, pois a propriedade comum é a base da igualdade nesta sociedade. Contudo, há também situações que parecem adversas a igualdade pregada em *Utopia*: sua hierarquia coloca as mulheres como submissas aos homens e de certa forma sobrecarregadas, pois dividem todos os deveres, mas nem todos os direitos; além disso, a ilha possui escravos, destinados a atividades como a caça, para que assim os utopianos não precisem matar animais e perder com isso a sensibilidade em lidar com outras vidas, sejam humanas ou animais.

Em entrevista (que também é um diálogo com Theodor Adorno), Ernst Bloch (1964) afirma que a partir do conceito de Morus a ideia de utopia passou por transformações,

deixando de significar um lugar indeterminado no espaço para significar algo no tempo, pensamento mais difundido já entre os séculos XVIII e XIX. Neste caso, a utopia está no futuro. Em sua fala, ele explica que muito do que se imaginou como utopia é hoje realidade: a televisão, a ida do homem ao espaço, etc., portanto, o *status* desses elementos não é somente de utopias concretizadas, mas atualmente, carregam consigo uma espécie de enfado, um tédio pelo objetivo já atingido.

Ocorre então uma depreciação do significado de utopia, cuja construção equivale a ter “um castelo nas nuvens” ou apenas constituir um “desejo” sem a menor possibilidade de realização (BLOCH, 1964). Para o filósofo alemão, a utopia era na verdade, um conceito mal interpretado e por isso não vivenciado em sua plenitude, visto apenas como quimera, no entanto o pensamento utópico não cessa e se manifesta de forma contínua como nos mostra a ficção científica, como exemplo dado pelo próprio Bloch (1964) de exercício da utopia.

Por muito tempo as utopias eram exclusivamente sociais – “dreams of a better life” (BLOCH, 1964, p.4). No que diz respeito a seus conteúdos, as utopias dependem das condições sociais, ou seja, seu conteúdo muda de acordo com a situação social na qual surge ou está inserida. Algumas vezes, Ernst Bloch (1964) se refere a utopia como uma meta, e para ele a meta estabelecida por Thomas Morus situava-se num “reino do sonho consciente” (realm of conscious dreaming), pois o xerife da cidade de Londres construía sua ilha com claros objetivos de exercer uma crítica a situação social da sociedade inglesa do século XVI.

Ernst Bloch (1964) postula que as utopias sociais têm suas proposições praticamente baseadas em dois elementos: a liberdade e a ordem. Na ficção não é difícil encontrar exemplos de sociedades utópicas cuja configuração desenha o exercício da liberdade e da ordem vinculado ao prazer e ao ócio (como algo positivo), como no caso da obra *Cocanha*, ou mesmo sociedades onde o trabalho é fonte de paz e tranquilidade, como em a *Utopia* de Thomas Morus.

Em outro polo, há a tentativa de instaurar uma ordem que deturpa a sociedade criando um cenário de medo, horror e muita destruição, comprometendo consequentemente a liberdade de seus indivíduos, como no romance *1984*, de George Orwell (pseudônimo de Eric Arthur Blair), ou no filme baseado em livro homônimo *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, cujo contexto de produção de ambas as obras é o período pós Segunda Guerra Mundial.

Atualmente é bem mais comum ver utopias que criam imagens onde cabe apenas a destruição do planeta, geralmente por meio de catástrofes naturais, ou nas quais a humanidade é vítima do avanço tecnológico por ela mesma proporcionado. Para Bloch (1964) é o contexto

social que determina a consciência utópica. Para ele o desejo de evitar a morte é recorrente no ser humano, e por isso homens e mulheres têm trabalhado nesta utopia há séculos.

Há duas áreas onde esse “medo da morte” aparece de maneira concentrada e frequente: na medicina e na religião. Em longos parágrafos Bloch (1964) discute quais ações e reações esse desejo de não morrer tem causado, como na medicina, por exemplo, que permitiu/permite a descoberta de curas para doenças até então incuráveis ou mesmo a eliminação da dor, para quem está enfermo.

Religiosamente, é a crença na morte e na ressurreição que possibilita ao indivíduo crer na vida e ter esperanças. Este medo também está baseado na rica experiência humana em ter um sentimento decorrente de metas não atingidas, o sentimento de frustração. A ideia de fim proporcionada pela morte ensina a planejar o futuro (BLOCH, 1964). Nas conclusões de Bloch (1964), seria uma catástrofe não morrer, pois o fim determina um limite e contribui para decidir o que se deve ou não querer para a vida, ensinando o ser humano a desejar melhor, pois não viverá para sempre a espera de algo. A utopia então se refere a algo que falta.

Tom Moylan (2003) declara que apesar de a utopia ser um conceito vivo em muitas culturas, através dos séculos, no Ocidente, a tradição judaico-cristã, o Iluminismo humanista e as formas de exploração da cultura pelo homem-branco-cristão-colonizador determinaram as formas de pensar e recalcar a utopia na sua representação escrita, enriquecendo seu conteúdo com pontos de vista diversificados e alternativos, porém limitando sua margem de apresentação:

Enquanto forma literária determinada, o texto utópico ocidental é delineado a partir de dois gêneros literários anteriores – a sátira e as narrativas de viagens, recombina-os como um novo veículo para a teoria política através da narrativa social (MOYLAN, 2003, p.124).

Ele lembra que a *Utopia* de Morus é a “primeira” construção utópica que se opõe às consequências nocivas do capitalismo vigente, configurada num romance, fruto de um homem branco, que exercia um poderoso cargo numa cidade emergente. As obras de ficção são geralmente a principal referência no que diz respeito à materialização da utopia na cultura, mas há ainda tratados filosóficos, sociedades alternativas, etc.

Para Moylan (2003), é na segunda metade do século XIX que ocorrem grandes transformações no pensamento utópico ocidental, que segundo o escritor, passa de sistemático a heurístico. Antes da dominação hegemônica do capital financeiro, as utopias eram propostas

a sociedades em formação, tratando de forma pedagógica e sistemática de um “como ser” na sociedade. Com o passar dos séculos a utopia assumiu um caráter mais obscuro, subversivo, sendo a distopia tema recorrente nas narrativas ocidentais.

Tom Moylan (2003) identifica essa distopia como característica do início do século XX sendo consequência das transformações sócio-econômicas surgidas a partir daquele período, pois

à medida que o aparato econômico, ideológico e psíquico do capitalismo fordista – bem como as estruturas do estado autoritário e imperialista – apoderou-se de bem mais vasta proporção da sociedade e do cotidiano, os mundos distópicos, que eram então piores do que o presente, ofereciam uma resposta utópica mais forçosamente estimulante, enquanto a esperança assumia a forma de sua própria negação (MOYLAN, 2003, p.125).

No fim da década de 60 e durante a década de 70 ocorre uma mudança nas chamadas “utopias críticas”. Presentes de maneira maciça nas produções de ficção científica, elas possuíam uma estrutura criativa cujo funcionamento de seus precursores utópicos e distópicos incorporavam “o estilo auto-reflexivo do pós-modernismo, oferecendo tanto uma crítica em relação à sociedade contemporânea, quanto um desafio aos limites da escrita utópica tradicional” (MOYLAN, 2003, p.125) fortalecendo e renovando as esperanças “em sintonia com os crescentes movimentos oposicionais socialista, feministas e ecológicos da época” (MOYLAN, 2003, p.125).

Outra mudança importante se inicia na década de 80 proporcionando novo direcionamento na escrita utópica:

a nova distopia crítica buscou inspiração na sensibilidade pós-moderna de seu precursor utópico imediato e ofereceu uma visão distópica das dimensões econômica e cultural da sociedade, mesmo ao reter a esperança, perceptível e suas páginas, sob a forma de enclaves e coalizões oposicionais que desafiavam a ordem dominante (MOYLAN, 2003, p.125-126).

As distopias, segundo Moylan (2003), vêm desenvolvendo novas significações ao conceito de esperança, renovando também as perspectivas individuais e coletivas (o autor se refere aos grupos atuais: trabalhistas, ambientais, direitos humanos) sobre as consequências do capitalismo, bem como seu posicionamento perante a luta e sua autocrítica.

A ordem atual “leva ao alargamento da lacuna entre ricos e pobres [...]; o capital tem sido cada vez mais gerenciado por corporações transnacionais, que vão além dos vínculos formais em direção aos estados nacionais” (MOYLAN, 2003, p.130). O discurso agora se

orienta pelas possibilidades de construção do espaço e sua relevância temporal e histórica. O pensamento utópico é o que permite essas reconfigurações de espaço/espacialidade, e ainda é frequente, nas artes, por exemplo, o pensamento pessimista como saída. Surge, no entanto, como possibilidade o uso do sistema contra ele mesmo, se utilizando dos recursos disponíveis, tal como o fazem os zapatistas com a internet e outras mídias.

Na visão de Zygmunt Bauman (2007) o ser humano sonha com um mundo melhor porque teme quando aposta no futuro, pois o futuro é incerto, garantindo apenas que não há garantia alguma.

Ele afirma que a utopia constitui um outro universo que difere de tudo o que conhecemos, e que conjectura uma realidade originada completamente da devoção e sabedoria humanas. Para o filósofo polonês essa compreensão do pensamento utópico só foi possível com a modernidade, pois “as utopias nasceram junto com a modernidade e só na atmosfera moderna puderam respirar” (BAUMAN, 2007, p.102). Assim, o pensamento confiante de que o mundo poderia ser ajustado de maneira mais adequada a saciar as necessidades humanas, independente de quais fossem, era a forma de pensamento necessária a realização dos desejos dos utopistas.

A internet enquanto um meio de aproximação de ideias fornece não só acesso a diferentes conceitos, mas permite “visualizações” de utopias, que vão do objeto em questão desta dissertação, as *Declarações da Selva Lacandona* e sua proposta democrática, social e de identidade, a verdadeiros mapas de lugares imaginários, com organização política, social e até econômica⁷.

Numa rápida busca pela internet Bauman (2007) concluiu que “os sites tem uma coisa em comum: todos oferecem serviços *individuais* a quem procura a satisfação *individual* e a fuga *individual* aos desconfortos sofridos *individualmente*” ([grifos do autor] BAUMAN, 2007, p.107). A seu ver, a ideia de progresso anteriormente ‘pregada’ quando se referia a utopia, antes vinculada a um “aperfeiçoamento compartilhado” atualmente vem sendo substituída, e cada vez mais, pela “sobrevivência individual”.

Diferentemente, o EZLN tem uma proposta coletiva. O sistema político que gere as comunidades está baseado na constante crítica a valorização do indivíduo despregado do coletivo, como se suas ações e pensamentos não interferissem no meio como um todo.

⁷ Cf. <http://web2.lettras.up.pt/eurotopia/> (Projeto organizado por professores de universidades de Portugal, que cria utopias interativas na web).

Assim, das decisões tomadas em benefício das pequenas comunidades aos comunicados e cartas que circulam pela rede mundial de computadores, jornais e periódicos, a ideia de coletivo apresenta-se, seja nas consultas por meio de assembleias ou nas assinaturas dos comunicados e declarações como sendo de um ‘comitê’. Cada proposta passa sempre pelo crivo de muitos, ou quando possível, de todos na comunidade a quem o assunto lhes interesse.

A realidade altera-se cada vez mais rápido e nesta busca desenfreada pelo progresso, que promove mudanças cada vez mais velozes, as pessoas tendem a se preocuparem em não ficar para trás numa espécie de corrida contra o tempo. Os indivíduos modernos então fazem o possível para acompanhar o desenvolvimento tecnológico de sua época, para serem aceitos como pessoas conectadas e bem informadas.

Bauman (2007) explica que essa necessidade de aquisição está baseada apenas em nossa economia orientada pelo consumo, que instiga os seres humanos a abandonar, a descartar constantemente para adquirirem outros bens sem se preocuparem com as consequências desse ato.

Ele compara nossa jornada a duas figuras interessantes, para quem a utopia ganha diferentes significados. Nesta jornada, uns são jardineiros e outros caçadores

Para os jardineiros, a utopia era o fim da estrada; para os caçadores, é a própria estrada. Os jardineiros visualizavam o fim da estrada como a justificativa e o triunfo final da utopia. Para os caçadores, o fim da estrada só pode ser o final da utopia vivida, a ignominiosa *derrota* [...]; a utopia dos caçadores não oferece um significado para a vida, seja ele autêntico ou fraudulento. Só ajuda a afugentar da mente as questões relativas ao significado da vida ([grifo do autor] BAUMAN, 2007, p.113).

Essa busca aliada ao medo perante as incertezas do futuro fazem com que a utopia venha sendo substituída pela fuga, interpretada como um jeito mais fácil de ‘resolver’ a insatisfação com o presente e solucionar as intempéries, fruto da crítica, e que pedem uma ação sendo esta impulsionada pelo pensamento utópico, ou seja, pelo desejo da mudança (Bauman, 2007).

3.2 Os (novos) caminhos da Utopia

Essa crítica que impulsiona o desejo de mudança é facilmente perceptível não só nas seis *Declarações da Selva Lacandona*, como também nas cartas e comunicados assinados pelo EZLN nestes quase 20 anos. No entanto, ao contrário do que se analisou até então sobre a utopia enquanto crítica e projeção futura, as mudanças, as concretizações, e o desejo zapatistas pedem certa urgência. A construção democrática que querem para sua nação não é para o futuro, e sim para o presente. Todos aqueles que agem na revolução querem estar vivos o suficiente para aproveitar as transformações pelas quais lutam.

Em seu ensaio *Poesia e Modernidade: da morte da arte à constelação. O poema pós-utópico*, discutindo a relevância do conceito de utopia às vanguardas do início do século XX, Haroldo de Campos (1997) constrói o termo pós-utopia, e afirma estarmos, a partir de então – o ensaio é de 1984 – vivendo nesta condição, ou seja, em tempos pós-utópicos.

Em seu ensaio de totalização, a vanguarda rasura provisoriamente a diferença, à busca da identidade utópica. Aliena a *singularidade* de cada poeta ao *mesmo* de uma poética perseguida em comum, para, numa etapa final, desalienar-se num ponto de otimização da história que o futuro estará reservando como culminação ou resgate de seu empenho desdiferenciador e progressivo. Vanguarda, enquanto movimento, é busca de uma nova linguagem comum, de uma nova *koiné*, da linguagem reconciliada, portanto, no horizonte de um mundo transformado ([grifos do autor] CAMPOS, 1997, p.266).

É a tradição da ruptura, característica comum às vanguardas das primeiras décadas do século XX, que Charles Baudelaire definiu como o desejo típico da sociedade moderna: a *novidade*: “sem perspectiva utópica, o movimento de vanguarda perde o seu sentido. Nessa acepção, a poesia viável do presente é uma poesia de pós-vanguarda, não porque seja pós-moderna ou antimoderna, mas porque é pós-utópica” (CAMPOS, 1997, p.268).

Enquanto Ernst Bloch desenvolveu seu *princípio-esperança*, que localiza a utopia no futuro, Campos acredita que este “sucede o *princípio-realidade*, fundamento ancorado no presente” ([grifos do autor] CAMPOS, 1997, p.268).

O que ocorre às *Declarações da Selva Lacandona* é que sua utopia não defende a existência de um outro Chiapas, em algum lugar do México, paradisíaco, melhorado e portanto exemplar; nem tão pouco sugerem que as mudanças se dêem num futuro indeterminado, mas ansiado pela maioria da nação, que mesmo sem saber se estará de pé, aguarda para ver o fruto de sua luta.

A mudança é para já. As comunidades alternativas, que sugerem um novo modelo político organizacional, já existem e **são** uma realidade no estado de Chiapas. São as

comunidades zapatistas coordenadas pela população com o auxílio das “Juntas de Buen Gobierno”. O reconhecimento dos direitos de todos que lá vivem, inclusive dos indígenas e de seu patrimônio cultural também.

Todas as decisões continuam sendo tomadas em assembleias às quais cabe eleger não só as autoridades locais como os representantes para o Conselho Municipal Autônomo. Nesta realidade, ocupar um cargo não significa ter acesso a privilégios, ao contrário, trata-se de aceitar um duplo trabalho com um elevado grau de desprendimento. Nenhum conselheiro ou líder comunitário recebe salário e a comunidade custeia apenas os seus deslocamentos quando estes ocorrem a seu serviço. Além disso, em alguns casos, as autoridades eleitas são ajudadas nos trabalhos da roça para que a sua labuta pela sobrevivência não impeça o atendimento das demandas vindas do exercício do seu mandato.

E tem mais uma coisa que é importante sublinhar. Nenhum cargo é garantido por um determinado período de tempo. Seus ocupantes podem ser destituídos a qualquer momento caso não cumpram as decisões coletivas (GENNARI, 2004, p.45).

No entanto, ainda são realidades alternativas, e que por não serem subordinadas ao governo oficial são constantemente fustigadas, bombardeadas, atacadas e vigiadas pelo exército do México e pelas autoridades governamentais.

Esse pensamento está refletido nos escritos zapatistas com um pedido que se faz para o agora. A poesia do “agora” como prefere denominar Campos (1997) é “uma poesia ‘do outro presente’ e da ‘historia plural’, que implica uma ‘crítica do futuro’ e de seus paraísos sistemáticos” (CAMPOS, 1997, p.269).

Apesar de se referir à relevância dessa poesia criada no agora, cujos anseios sejam suprir as necessidades imediatas, como elementos críticos indispensáveis a tradução, Haroldo de Campos (1997) vê nesta atividade uma militância estética e, portanto, crítica, permitindo não somente ao leitor entrar em contato com importantes obras, como garante ao escritor sua “bagagem” literária, rumo a um melhor desempenho artístico.

Por isso, a poesia pós-utópica do presente (que não necessita mais, para definir-se, de recorrer a uma ‘oposição dominante’, seja a um dado passado, seja a si mesma, conforme o requeria o conceito característico de modernidade em seu processo histórico-evolutivo de auto-afirmação) tem, como poesia da agoridade, um dispositivo crítico indispensável na operação tradutória (CAMPOS, 1997, p.269).

A tentativa de modernização do México, principalmente com a adesão deste ao NAFTA, deixa evidente que os únicos beneficiados serão os já ricos, ficando cada vez mais à

margem a população pobre, campesina e principalmente indígena, separados do novo modelo de sociedade civil pelo abismo da desigualdade sócio-econômica.

O movimento indígena ganhou com o zapatismo (ou neozapatismo) novos fôlego e visibilidade, mas permanecem com seus principais valores, e sua resistência que há séculos se arrasta, de governo em governo, esperando deste um posicionamento perante suas questões tanto territoriais quanto culturais.

Para Luis Villoro, filósofo e analista político que atuou nas mesas de negociação do EZLN com o governo em 1996, há muito tempo é urgente uma revisão do conceito de Nação para o país, graças ao novo movimento dos povos indígenas a necessidade desse conceito surge com mais força.

O foco desta nova Nação, segundo o filósofo mexicano, não é a homogeneização e o individualismo, mas sim a convivência mútua e o respeito entre os diferentes modos de vida, sem necessariamente propor a constituição de um Estado. Esta nova proposta política de base popular, cujo modelo são as comunidades e associações regionais, já a propuseram outras vezes Hidalgo e Morelos, ou mesmo Zapata, e outras vezes foram rechaçadas, pois não obedecem aos padrões modelares europeus ou norte-americanos que o governo mexicano ambiciona seguir.

Em 1998, ano da *V Declaração da Selva Lacandona* quando o EZLN quebra um longo período de silêncio, Villoro volta a discutir a necessidade desta nova ideia de nação, seguindo uma nova ética, esta por sua vez, seria a base do movimento zapatista, que desempenha um importante papel referencial ao movimento indígena, constituindo na sua essência ético-política uma nova configuração utópica para a sociedade. Nas palavras de Villoro

A nova proposta se manifesta, por exemplo, nos programas das comunidades indígenas mexicanas e fundamentalmente no EZLN. É uma proposta, a meu ver, fundamentalmente ética. É uma proposta de transformação da sociedade atual mediante princípios tais como ‘tudo para todos, nada para nós’ ou ‘mandar obedecendo’, que são princípios de ética política. (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.192).

Toda essa revolução começa com a crítica da utopia. Para o filósofo é preciso abandonar “este círculo da utopia que pretende realizar o mundo ideal”, que apenas gera violência e esmaga a maioria não dominante com injustiças, e acaba gerando por sua vez, mais utopias.

Sua teoria dialoga com a pós-utopia de Haroldo de Campos (1997), quando reconhece no movimento zapatista a insurgência de medidas imediatas, concretas (nas existentes comunidades indígenas) e concretizáveis (quando entendidas como aplicáveis ao resto da nação), se tornando uma alternativa para o presente. Villoro conclui que

A ética rompe com a situação existente; não se conforma com ela e propõe, assim como a utopia, uma série de fins e valores que não se realizam na sociedade atual. Nesse sentido a ética tende à ruptura. Mas diferentemente da utopia, a ética política tem de ser concreta, isto quer dizer que deve se adaptar, a cada momento, às relações de meios e fins que há em cada situação particular para realizar as ações políticas (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.192).

Essa ética que diz que “quem manda deve mandar obedecendo” é facilmente vista nas cartas, comunicados e nas declarações assinadas pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, do EZLN.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos. Mientras no sea así, no habrá nada para nosotros.[...]

No recibiremos nada del supremo gobierno. Aunque aumenten nuestro dolor y nuestra pena; aunque la muerte siga con nosotros en mesa, tierra y lecho; aunque veamos que otros se venden a la mano que los oprime; aunque todo duela; aunque la pena llore hasta en las piedras. No aceptaremos nada. Resistiremos. No recibiremos nada del gobierno. Resistiremos hasta que el que mande, mande obedeciendo (*II Declaración de La Selva Lacandona*, 1994).

A postura política atual das comunidades se resume a poucas palavras: o trabalho comunal. A chave para o desenvolvimento proposto pelos indígenas está na entrega e na divisão de direitos e responsabilidades por todos: desde que a proposta para todo e qualquer empreendimento é lançada à comunidade, em assembleias se decide o que deve ser feito em prol de todos, ou da maioria.

É o trabalho coletivo, que beneficia as comunidades complementando sua renda e transforma individualmente cada integrante do grupo; a terra mantida e cuidada por todos, provedora do alimento, e geradora de vida, é tida como o ente mãe que assegura a identidade coletiva.

Para aceitar as alternativas propostas pelo EZLN, que tem em sua liderança, representantes das comunidades indígenas em sua maioria, o primeiro projeto utópico que precisa ser cuidadosamente analisado diante das severas discussões que sobre ele incidem é a

ideia de Nação (o que constitui a sociedade mexicana?), muito embora os diálogos sejam travados e se estendem para além do México.

3.3 Utopia e Identidade

Em contrapartida, os discursos de Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2000) apontam para uma identificação, além da identidade, que definiria melhor este sentimento de pertença a uma nação, ou no caso dos zapatistas, a um grupo étnico.

Bauman (2005) afirma que “quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer ‘natural’ predeterminada e inegociável” ([grifos do autor] BAUMAN, 2005, p.30), a identificação se torna urgente a indivíduos que precisam reconhecer-se como parte de um coletivo. As âncoras sociais as quais o filósofo polonês se refere são o Estado, a família, a escola; contudo a presença do zapatismo não tem por propósito substituir ou anular a existência dessas instituições, mas afirmar-se como um todo dentro desse grupo maior, sem que sua subjetividade ou a de seus membros seja alterada ou que sua atitude altere as demais, os não zapatistas.

A postura dos zapatistas em reafirmarem constantemente sua identidade mexicana, e principalmente indígena, seria reflexo de uma crise na subjetividade gerada com o processo de globalização. Um grupo que luta pela não assimilação da cultura do ‘outro’, a partir do qual sou capaz de identificar ‘quem eu sou’, ou melhor, ‘quem eu não sou’ (BAUMAN, 2005).

A entrada do México no NAFTA só viria reforçar o já apagado estado em que se encontravam as diversas comunidades rurais, descendentes dos maias em sua grande maioria, e que para além disso compartilhavam a miséria, a fome e o desprezo do Estado para com os seus, embora a desculpa para o acordo fosse a suposta modernização do México e a entrada do país num nível avançado de modernização econômica. A luta em afirmar a própria identidade reside basicamente em negar anular-se.

O fortalecimento das identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros de grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas (HALL, 2000, p.85).

A reafirmação de ‘raízes’ culturais e o retorno à ortodoxia tem sido, desde há muito tempo, uma das mais poderosas fontes de contra-identificação em muitas regiões pós-coloniais e do Terceiro Mundo (HALL, 2000, p.95).

Em oposição a essa homogeneização promovida pela globalização, há duas razões que explicam o que é por Bauman (2005) denominado como uma “ressurgência do nacionalismo” – fato semelhante a que Hall (2000) denomina como “a reafirmação de raízes” –: a primeira delas é uma tentativa de se assegurar enquanto indivíduo/grupo pertencente a um Estado-nação; e a outra é uma revisão da relação entre nação e Estado, visto que os Estados ofertam bem menos do que podem garantir pela lealdade de seus cidadãos.

Muito se discute ainda sobre os conceitos de nação e Estado e a relevância destes na construção da subjetividade individual do sujeito pós-moderno. Para Hall (2000)

Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a nação, os sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades ([grifo do autor] HALL, 2000, p.50-51).

A identidade nacional é alimentada por narrativas construídas sob aspectos da cultura nacional. Essas “narrativas da nação” contam e recontam a história do povo, com seus símbolos, rituais, suas perdas e seus ganhos, além disso fazem parte da literatura canonizada, estão na cultura popular, perpetuadas pelas várias mídias como a história oficial (HALL, 2000).

Stuart Hall (2000) afirma ainda que essas histórias acentuam as origens do povo, e que apesar dos percalços da história, esses aspectos originais podem ser encontrados ainda vivos na nação contemporânea. Há além disso, a “tradição inventada” que se constitui das práticas comportamentais e toda a ritualística que delimita o que existiu no passado, e quais valores e normas, por meio da repetição, são perpetuados até a contemporaneidade. Como se diz na *Primeira DSL*: “somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad”.

O ideário de mito fundacional fornece uma narrativa que situa a nação num ponto original, dando as características de seu povo, todavia não fornece uma localização temporal precisa, fundindo o passado real a um passado simbólico, precedente à colonização (HALL, 2000).

Essa memória cheia de misticismo, que alia-se diretamente a história, é o que Jacy Seixas (2004) vem denominar de memória involuntária, cuja lembrança constitui um quebra-cabeça cheio de lacunas, que cabe à memória voluntária preencher muitas vezes.

Talvez seja o mito nacional a ideia mais forte quando um grupo deseja afirmar sua identidade diante da história. Em países pós-coloniais como o Brasil, por exemplo, quando se desejou construir uma nação livre e autenticamente brasileira, se recorreu várias vezes na literatura à nossa origem ameríndia e às lendas que cercavam nossa cultura popular. Os romances, os poemas eram cercados de descrições físicas e psicológicas de personagens que representassem o povo brasileiro original e, portanto, uma identidade própria.

Essa ideia de povo original é também outra característica que Hall (2000) institui como combustível à identidade da nação, mesmo quando esse povo, independente de ser a maioria, não seja aquele que exerce o poder. Levada ao extremo, essa crença no *povo puro* pode levar nações ao colapso, como foi o caso da Alemanha durante o período nazista, onde a crença na reconstrução de uma comunidade original gerou, além de uma alienação em massa, a morte de milhares de pessoas consideradas não-puras.

A imagem do índio, no caso do México e do Brasil, por exemplo, como ser ignorante é consequência comum decorrente do período colonial, quando o colonizador, julgando-se superior classifica o nativo como “selvagem e bárbaro”, pela falta de contato com as outras nações tidas como civilizadas. Na busca por uma identidade, já no período pós-colonial, a imagem do nativo (neste caso do índio) é associada a algo genuíno, natural e, portanto, fundador da nação. A consequência de opinião tão extrema constitui outro erro (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002).

No México, o Etnicismo foi a perspectiva adotada pelo Estado, acentuada principalmente nos anos 70, responsável por justificar em que se baseia a identidade nacional. Para os etnicistas a comunidade indígena constituía

‘um lugar genuíno, real, mexicano e mais profundo que o resto... do México’. Interpretada por esse maniqueísmo exacerbado, a comunidade terminou sendo o âmbito do autêntico, do harmonioso etc., em contraposição a um mundo oposto (o ‘ocidental’), considerado em bloco como o âmbito das trevas. Tudo isso configurou uma espécie de etnocentrismo invertido (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.162).

No México, a grande querela da identidade nacional (bem como da ideologia que este conceito traz consigo), e que interfere nos diálogos entre os zapatistas e a sociedade, é protagonizada pelos integracionistas e autonomistas. Os integracionistas são a favor do

indigenismo. Os autonomistas veem nessa corrente de pensamento uma falha grave da constituição política do Estado mexicano.

Com o levante indígena de Chiapas, a heterogeneidade étnica volta a ser debatida enquanto problemática nacional. Centram-se discussões em torno do indigenismo, aqui entendido como “a política dos outros (dos supostos depositários da razão, da civilização e dos instrumentos do progresso), fundada na posição de poder que lhes outorga o Estado” (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.157), ou seja, a solução de problemas sociais proposta por não índios que consideram indígena todo e qualquer grupo étnico heterogêneo.

Para os integracionistas, a autonomia, seria uma nova proposta que caminha para um erro antigo: o isolamento social das comunidades indígenas.

Contudo, tanto os índios que promovem a ideia da autonomia como os intelectuais e acadêmicos que apoiam o movimento zapatista comungam da mesma opinião: não há como promover uma reforma na sociedade em favor da heterogenia étnico racial se o ponto de partida for a ideologia indigenista, pois somente um cancelamento desta é capaz de possibilitar a reorganização política do Estado.

Os promotores da autonomia jamais sustentaram que a comunidade deva manter-se estática e alheia às mudanças. Os povos estão lutando para fortalecer sua coesão étnica e conquistar sua autodeterminação, e, ao mesmo tempo, para atualizar suas relações internas em vista do novo vínculo democrático e justo com a sociedade global que contrai todo regime de autonomia” (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.163).

A luta é pelo reconhecimento das comunidades heterogêneas. O conceito de nação, neste caso, se opõe a ideia de Estado-nação atual, que se baseia na tradição liberal, que defende a homogeneidade, e que prega serem seus cidadãos iguais entre si, subtraindo suas diferenças sociais, étnicas e culturais. , “Una nueva sociedad plural, tolerante, incluyente, democrática, justa y libre solo es posible, hoy, em uma *patria nueva*” ([grifo nosso] 4ª *Declaração da Selva Lacadona*, 1996).

Um Estado plural, para o qual a autonomia é uma peça fundamental, é a proposta zapatista. Para os que defendem a formação do Estado plural, forjar a pátria “é construir um espaço de diálogo e uma colaboração entre povos com identidades culturais diferentes” (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002, p.175). Esse respeito mútuo é, segundo as leituras de Luís Villoro, um “padrão civilizatório das culturas indígenas”, pois acima da valorização individual está o trabalho sempre em benefício de todos.

Valores como estes não são comumente vistos no comportamento das sociedades modernas ocidentais, e observá-los em Chiapas é a oportunidade que temos, de renovar nossos conceitos sobre ética coletiva, trabalho, solidariedade, e obviamente desenvolvimento humano e progresso. Neste novo Estado, o futuro dos povos indígenas quer as antigas virtudes que corroboram o trabalho comum aliadas ao novo aparato político, social e tecnológico que a vida moderna permite (ARELLANO & OLIVEIRA, 2002).

Ao contrário do que pede o Estado-nação homogeneizador, os argumentos históricos que compõem as diferenças individuais e/ou coletivas dos sujeitos tanto permanecem para afirmação desta identidade nova, como são solicitadas na elaboração de propostas para as condições futuras. O futuro só pode ser planejado quando o passado é (re)visto sob as perspectivas e a crítica do presente.

3.4 História, memória e simbolismo nas *Declarações da Selva Lacandona*

A *Primeira Declaração da Selva Lacandona* (1994) resume em seus primeiros parágrafos um histórico de opressão, começando com a colonização, passando pelo histórico ano de 1968, até chegar ao levante zapatista. Naquele ano, no México, houve o assassinato de estudantes em praça pública (Plaza de las Tres Culturas) durante uma manifestação pacífica, e que ficou conhecido como massacre de *Tlatelolco*. A década de 60 compreende o período embrionário das forças beligerantes do EZLN.

Pierre Ansart (2004) desenvolve a ideia de que as relações entre afeto e política, mais especificamente entre indivíduos, sua afetividade e as relações sociais e políticas que estabelecem tem sua problemática na Memória dos ressentimentos, no próprio conceito de Ressentimento e na História.

Para traçar um breve perfil do conceito de ressentimento, ele busca nas ideias de Nietzsche, Robert K. Merton, Freud, Scheler e outros pensadores que considera importantes, suas visões sobre os sentimentos de ódio, ciúme, inferioridade e impotência, que segundo Ansart (2004) compõem o Ressentimento, e conclui que apesar de apresentarem muitos aspectos divergentes as ideias cruzam nos seguintes pontos: 1) sua origem está no declínio das sociedades no ocidente; 2) o ressentimento vem de cima para baixo e 3) é necessário ao desenvolvimento dos grupos sociais bem como a formação individual.

O ressentimento é construído na dialética do desenvolvimento das sociedades com a história. Considerando que as sociedades sempre se dividiram entre dominantes e dominados é imprescindível que o ódio de um grupo para o outro **sempre** existiu. E nos vários regimes governamentais que existiram e existem, ora o ódio é camuflado e ocultado, ora é tornado visível, mas é sempre exaltado como forma de controlar um grupo a partir do sentimento partilhado irmanamente (ANSART, 2004).

Quando coletivo, o ressentimento permite uma espécie de solidariedade tanto de indivíduos para indivíduos e/ou grupos, para quem a ação de rebelar-se contra o “provocador” do ressentimento tenha nessa união sua justificativa.

Para um grupo, a ideologia política, designando claramente os alvos do ódio e do desprezo, pode fornecer aos membros do coletivo um reforço da autoestima e da segurança interior. Esta dinâmica geral é encontrada nos grandes grupos, como se vê nas múltiplas formas de nacionalismo [...] nas comunidades religiosas, nas seitas e em toda coletividade que se encontra em rivalidade com outras (ANSART, 2004, p.24-25).

Ansart (2004) salienta que grupos fomentados pelo ressentimento ao extremo desenvolveram atitudes também extremadas, e cita como exemplo o fascismo e o nazismo. Também aponta como característica para esta manifestação de ódio os regimes absolutistas ou autoritários, que instigam um ódio desmedido aos demais grupos, porém repreendem severamente manifestações de ódio internas. Em oposição, caracteriza os regimes democráticos como capazes de “ouvir” o discurso dos ressentidos e permitir, de maneira legal, através de discussões que os ódios sejam superados.

Contudo, o autor deixa claro que o ódio não desaparece. Como toda ação que provoca uma reação, não é possível solapar os sentimentos que provenham de uma atitude odiosa. O que ocorre, muitas vezes, é a transformação deste sentimento em outro, ou a reconfiguração do próprio ódio, para que passe despercebido: “talvez seja urgente manifestar uma vigilância maior em relação às ameaças provocadas pelos encorajamentos atuais a novos ressentimentos e sua legitimação pelo Estado” (ANSART, 2004, p.34), como a guerra ao terrorismo, por exemplo.

Jacy Alves de Seixas (2004) afirma que a memória visa uma reconstrução do passado. Toda ela é

uma reconstrução engajada do passado [...] e desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstroem sua identidade, inserindo-se

assim nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento (SEIXAS, 2004, p.42).

A história até hoje é e foi contada, na sua quase totalidade, pela parte que dominava política e economicamente. A exemplo disso, Maurice Halbwaches (1990) cita como a história dos antigos povos está atrelada à Igreja, como as primeiras notas de civilização estão relacionadas à Europa e como a história da América Latina até um pouco depois do século XIX está atrelada ao continente europeu, sendo que ao fim do século XIX é possível perceber uma espécie de segregação, assim como é possível perceber também, no início do século XX, a existência de registros crescentes de outras civilizações antigas com sistemas sociais, culturais e econômicos próprios.

A memória de caráter voluntário foi, na concepção de Jacy Seixas (2004), apropriada pela história por sua capacidade de aplicar o passado ao presente sem a modificação deste, construindo o real e permitindo a emersão de “experiências marginais ou historicamente traumáticas, localizadas fora das fronteiras ou na periferia da história oficial ou dominante” (SEIXAS, 2004, p.43), dando assim visibilidade a outras subjetividades.

Esta construção da realidade proposta pela memória caracteriza um elo entre passado e presente no espaço-tempo, visando sempre um futuro, indicando novas incidências da realização histórica, os *lugares* de memória, cujas ações sobrevêm nas condutas individuais e de grupos, substituindo a utopia (SEIXAS, 2004).

o sonhar coletivo e individual sem o qual não há ação possível, o lançar-se coletivamente em direção a um futuro representado como ‘melhor’ investir-se-iam não mais nas utopias históricas, mas valer-se-iam da memória para projetar-se e atar passado e futuro” (SEIXAS, 2004, p.55).

Seria uma afirmação de que este futuro negativo e nebuloso (distópico) não oferece nenhuma garantia. As perspectivas parecem melhores quando se observa o futuro a partir de um passado valorizado pela memória, inserido ainda no presente, para a continuidade da história.

Nestes momentos de crise histórica, uma outra relação profícua surge da revalorização do passado pela memória, que é a que esta estabelece com o mito, peça chave na compreensão de valores e perfis de identidade que se instituem ao longo da história e “que tem informado contemporaneamente as ações de reconhecimento social e político” (SEIXAS, 2004, p.55). Assim é possível afirmar que ocorre ao mito de Zapata, aspecto que será discutido mais adiante.

O movimento neozapatista, desde seu nome, é baseado na figura de Emiliano Zapata, homem pobre, camponês, que incitara a população no início do século XX a rebelar-se contra a postura dos governantes de sua época. Numa outro ponto, mas seguindo o mesmo caminho rebelde, estavam Villa e Vicente Guerrero, figuras importantes na Revolução Mexicana. Com ele não havia só as propostas por melhores condições de vida e direitos igualitários, mas sobressaía em seu discurso a exaltação ao povo camponês, à descendência índia e às raízes profundas regadas com sangue e suor de muitos mexicanos.

Zapata transmitia mensagens de esperança, de progresso, de melhorias, mas sem abrir mão das tradições e dos constituintes culturais que afirmavam a identidade mexicana. Ele era um porta-voz do e para o povo.

O papel atribuído ao velho Antonio, e também desempenhado pelo Subcomandante Marcos, assemelha-se a uma das funções dos antigos poetas gregos que consistia em ‘cantar’ as histórias de seu povo, mesclando fatos, do imaginário e do simbolismo, a fim de que elas fossem guardadas na memória popular.

Preparando a todos para um novo amanhecer, o velho Antônio procurou ensinar a Marcos e aos demais através de suas histórias a valorizarem a própria cultura, a liberdade e o respeito às diferenças, sendo um intermediário entre o mundo terreno e os deuses primeiros, e aqueles outros sete que nada sabiam, mas muito aprenderam. Halbwaches (1990) defende que esse trabalho em prol do grupo é o que garante a memória e a identidade, tanto individual como coletiva.

Em algumas sociedades africanas ou indígenas, por exemplo, onde a oralidade ainda vale tanto ou mais que a escrita, a memória, a história, os valores do grupo são passados dos mais velhos aos mais novos. A figura do velho, do idoso, é a representação maior da sabedoria. É com ele, o velho sábio, que estão a história do povo e de seu mundo. O velho Antonio é a ponte entre os vários portais de conhecimento, o elo entre o povo, a tradição e o EZLN. Suas histórias mediam a apreensão de verdades que clareiam o caminhar dos zapatistas.

Na História, a transição da tradição oral para a predominância da escrita se deu de forma gradativa. A partir do surgimento da imprensa, com o desenvolvimento do maquinário e, muito posteriormente, o tecnológico, as formas de se manter toda e qualquer informação registrada não pararam de se desenvolver até então. Busca-se cada vez mais compactar um maior número de informação possível em lugares cada vez menores e que, além disso, possam ser transmitidos de maneira cada vez mais rápida. Tem-se agora o registro escrito, e com isso, novo meio de preservar a memória.

Ainda assim, a presença do velho Antônio e de sua narrativa oral foi fundamental na introdução do Subcomandante Marcos no universo maia. Suas histórias, ou melhor, as histórias do povo chiapaneco, a origem dos homens de milho, o respeito e o sentimento de amor pela terra e pela causa indígena em Chiapas estavam guardados com um homem velho, sábio, que preservava crenças e costumes, e com eles, a identidade de um povo que estava sendo esquecido.

Maurice Halbwaches (1990) caracteriza a memória como coletiva, mesmo quando se trata da individual, pois para ele, cada ser constrói sua memória e sua história a partir da convivência com outros indivíduos, nunca sozinho. Além disso, esse reconhecimento precisa ser mútuo, ou seja, devem existir vários pontos em comum entre a memória individual e as outras memórias do grupo, e todas devem concordar em muitos destes pontos para que haja validade de depoimentos e lembranças.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Quanto à memória individual, “um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHES, 1990, p.54).

Pode-se dizer que não é somente a memória, mas identidade também tem seu caráter social afirmado. As histórias contadas pelo velho Antonio, recontadas por Marcos e em parte, pelas DSL, percorrem o mundo em vários idiomas, mas as línguas náhuatl, chinanteco, pame, chichimeca... E tantas outras, permanecem nas comunidades chiapanecas, tão vivas quanto as ruínas ainda de pé, que pertenceram aos impérios maia e asteca. O uso de outros idiomas é apenas estratégico. Muitos campesinos aprenderam o espanhol para participarem do levante zapatista em 1994. Mas a identidade indígena não foi e não pretende ser substituída. Ou a memória também o será.

É importante salientar a importância da língua espanhola e o que as transformações históricas imprimiram ao longo dos anos na formação literária, por exemplo, das sociedades pós-coloniais.

Nas colônias da coroa espanhola a subserviência a monarquia foi substituída, com a independência, a subserviência aos grandes agricultores e àqueles que exerciam poderio militar. Permaneciam a escravidão, o feudalismo e a vassalagem. Ou seja, a independência de fato nunca ocorrera, apenas o cetro mudara de mão (Paz, 2009). “Nós não vivemos a nossa história: nós a sofremos como uma catástrofe ou como um castigo. Nossos heróis são aqueles que nos defendem do tirano local ou, como Juárez e Sandino, do poder estrangeiro. Não fomos sujeitos, mas objetos da história” (PAZ, 2009, 150).

Ocorre nas artes, e na literatura um reflexo dessa subalternização. O que Paz (2009) vem denominar como surgimento da literatura hispano-americana, genuíno em sua condição pós-colonial, é perceptível a partir do momento em que, no termo por ele utilizado, se nota um “desenraizamento” da Metrópole. A língua, herança e marca da imposição colonial secular, é o instrumento para uma literatura menor (Deleuze & Guattari, 1975), quando as minorias utilizam, se apropriam da linguagem das majorias para falar a sua versão sobre a história, sobre si e sobre suas culturas. O modernismo é o período que melhor apresenta esta transformação, visto que o Romantismo abarca um projeto ainda inconcluso desta independência (Paz, 2009).

Octavio Paz (2009) define a literatura latino-americana como sendo marcada pelo presente. O passado é algo construído, no entanto “no México o passado é algo que não podemos abandonar e a que tampouco podemos regressar: uma tensão entre um passado estranho e um presente não menos estranho” (PAZ, 2009, 147).

Vimos que ya no pudieron mantener callados a nuestros muertos, muertos hablaron los muertos nuestros, muertos acusaron, muertos gritaron, muertos se vivieron de nuevo. Ya no morirán jamás los muertos nuestros. Estos muertos nuestros siempre nuestros y siempre de los todos que se luchan (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998).

A respeito da América latina, Paz (2009) define-a em uma sentença: “Unidade não é uniformidade”. Conforme Paz (2009), unida em sua língua, herança da Espanha, a América Latina se fragmenta em culturas e estilos literários, cujas fronteiras independem da geografia, da política ou da etnia para ser delimitadas. No entanto, nada impede que estas atravessem fronteiras e venham identificar-se ou mesmo comungar com outros movimentos da arte, de territórios vizinhos ou distantes, contanto que sejam diferentes.

Essa literatura que reside na latino-américa é definida pelo crítico mexicano como uma resposta a construção que fomos enquanto projeto fundacional para a Europa. Uma resposta a uma “utopia” mal elaborada. Um exemplo claro disso é a visão perpetuada do índio como um elemento da natureza local (Paz, 2009). “A literatura indianista, em suas duas vertentes, a ornamental e a didática, a arqueológica e a apostólica, fracassou duplamente: como criação artística e como prédica social” (PAZ, 2009, p. 129).

Mesmo não sendo este o propósito primeiro, ou o principal, mas é visível que as *Declarações da Selva Lacandona* são dotadas de uma poesia que não permite serem restritas a tratados políticos somente. Na mesma medida, seu conteúdo político não faz com que suas ideias sejam concretizáveis somente no México. A formação cosmopolita do Subcomandante

Marcos irmanada a cultura apreendida durante o período de “incubação” precedente ao levante zapatista, fazem das declarações o exercício da antropofagia proposto por Oswald de Andrade. Atitude esta que não se limita ao fazer poético ou a militância política: convergem em estratégia ideológica.

No caso da América Latina, de maneira geral, a literatura pós-colonial busca a sua origem, o passado e sua tradição. Segundo Paz (2009), isto se deve ao ato de ser a AL uma invenção europeia, uma construção, neste caso uma utopia, entenda-se aqui como uma quimera, já que a nova terra não possuía os vícios do velho mundo.

A partir desta perspectiva se entende que a utopia contra a qual as *Declarações* se erguem tem sua melhor representação no *indigenismo*, cuja perspectiva adotada tanto na literatura quanto na gestão de políticas públicas retrata o índio como um ser ingênuo, ignorante e puro, neste caso, como um produto genuinamente nacional.

Considerando que a história é constituída pelo relato dos vencedores e não dos vencidos, até bem pouco tempo, esses relatos permitiam uma leitura unilateral dos fatos, ou seja, o que se lia não era *a* nossa história, mas esta era *sobre* nós. Portanto sem passado, mas com presente. Neste presente está o indígena, o negro, a mulher e a representação que o homem-branco-cristão tem de cada um deles. A literatura, em raríssimos momentos, obteve resultados a partir da perspectiva dos subalternizados quando o tema fora eles mesmos.

A língua seria uma espécie de ‘cola’ que liga todas essas diferenças, formando uma gravura a partir de recortes, que não se misturam, embora só constituam a imagem (da América Latina) quando juntas.

Assim a poesia não constitui um resgate e sim a busca pela origem, pela palavra primeira e original. Paz (2009) argumenta que em se tratando do México, existe uma tensão constante entre passado e presente, o primeiro por ser inexistente oferece um embasamento falso, que neste caso, compromete o segundo conceito, fazendo com que a literatura mexicana esteja sempre ‘pisando em ovos’.

É a memória (também) um instrumento de luta política. Nestes casos é “essa memória voluntária construída como estratégia de luta política, afirmação positiva de identidade pelos que se veem excluídos dos direitos à cidadania” (BRESCIANI & NAXARA, 2004, p.9).

Recentemente, desde meados do século XX, tanto em Chiapas como em outras partes do globo, grupos minoritários passaram a ter a oportunidade de contar a *sua* versão da história, e deste modo incluírem-se na História da humanidade. Pois, comumente, nos relatos

que constituem a história oficial predomina a memória do opressor, do ‘vencedor’, do lado dominante, que decide sobre quem e o que deve ou não ser lembrado pelo povo.

Assim como os parágrafos iniciais da *Primeira Declaração da Selva Lacandona* resumem a opressão vivida pelos povos do México, as demais recapitulam episódios marcantes na história do Movimento Zapatista. Este “lembrar” a história é necessário para que não se esqueça a partir de quais pontos se fará o futuro: “La memoria es la raíz de la sabiduría” (Historia del uno y los todos, 1998).

Héau-lambert & Rajchenberg (1996) em artigo, consideram a recorrência à história como um dos recursos frequentes da luta zapatista nas *Declarações*. Essa medida, numa espécie de revisão dos fatos constitui, enquanto estratégia, o traçado de um caminho que percorra e interligue “movimientos y personajes de un pasado más o menos remoto” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

Somos producto de 500 años de luchas (*I Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigencias (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

Vamos a buscar, desde La Realidad hasta Tijuana, a quien quiera organizarse, luchar, construir acaso la última esperanza de que esta Nación, que lleva andando al menos desde el tiempo en que un águila se posó sobre un nopal para devorar una serpiente, no muera (*VI Declaração da Selva Lacandona*, 2005)

As imagens evocadas, e aí não somente pelas *Declarações*, mas em outros discursos como comunicados, cartas e tratados, são bastante frequentes nas narrativas mexicanas (seus heróis, a independência, a Reforma). A partir destes, o EZLN reafirma sua posição na história como pertencente “*los de abajo* de la historia mexicana”, reforçando a identificação entre sua luta e a luta histórica encabeçada por Emiliano Zapata e Pancho Villa e mantida por décadas por outros camponeses, reescrevendo os fatos pela perspectiva “de los que pelean y pierden” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

Desta maneira o EZLN traça o passado não oficial, com eventos apagados da história (como alguns momentos em que foi possível a vitória popular pela democracia raramente exercida em sua plenitude), porém sempre estiveram na memória coletiva. Assim resignificam as lutas e a resistência armada, por exemplo, além de transmitirem por meio desta “revisita” a possibilidade de uma mudança efetiva nos rumos da História, como outras poucas vezes ocorrera (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias [...]son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo (1ª DSL, 1994)

En diciembre de 1993 dijimos ¡BASTA! El primero de enero de 1994 llamamos a los poderes Legislativo y Judicial a asumir su responsabilidad constitucional para que impidieran la política genocida que el poder Ejecutivo Federal impone a nuestro pueblo [...]

Los poderes de la Unión ignoraron nuestra justa demanda y permitieron la masacre. Pero sólo duró 12 días esta pesadilla (*II Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

El 21 de agosto vino a terminar con las ilusiones de un cambio inmediato por la vía pacífica (*III Declaração da Selva Lacandona*, 1995)

el gobierno atacó a los indígenas para hacerlos que se echan para atrás en la lucha, como el 22 de diciembre de 1997, fecha en la que el Zedillo mandó matar a 45 hombres, mujeres, ancianos y niños en el poblado de Chiapas que se llama ACTEAL (*VI Declaração da Selva Lacandona*, 2005).

A originalidade do movimento está na apropriação histórica oficializada ou não, mas sempre feita de forma crítica (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996), permitindo àqueles que tenham acesso aos discursos do EZLN compará-los a história oficial e extrair suas próprias conclusões.

Héau-lambert & Rajchenberg (1996) destacam outros aspectos que também são utilizados pelo EZLN, e tratados nas DSL, enquanto estratégia político ideológica de luta como a conversão de experiências históricas em símbolos, como ocorre a Convenção Nacional Democrática, aos Acordos de San Andrés e a criação das muitas *Aguascalientes*. A origem desta última está na história quando democraticamente o lugar escolhido para “Soberana Convención Revolucionaria que tuvo lugar entre octubre y noviembre de 1914” fora o município de Aguascalientes. A partir de 1994 o termo passou a designar desta mesma forma outros pontos de ações e encontros do EZLN.

A Soberana Convenção Revolucionária “Fue el momento más democrático de la revolución mexicana y, tal vez por ello mismo, el más olvidado por los historiadores” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

el día de hoy, se inauguran cinco nuevos *Aguascalientes*: uno en la comunidad de La Garrucha, otro en Oventic, uno más en Morelia, otro en La Realidad, y el último y primero en el corazón de todos los hombres y mujeres honestos que hay en el mundo (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconocerá a la Convención Democrática Nacional como representante auténtico de los intereses del pueblo de México en su tránsito a la democracia (*II Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

Y pues ya los malos gobiernos tuvieron que hacer acuerdos con el EZLN y esos acuerdos se llaman “Acuerdos de San Andrés” porque “San Andrés” se llama el municipio donde se firmaron esos acuerdos (*VI Declaração da Selva Lacandona*, 2005).

Talvez o simbolismo mais agudo do movimento esteja na imagem de Emiliano Zapata como herói do povo. A sua figura imponente montando um cavalo (símbolo da revolução), trajando uma vestimenta típica, armado e com o peito coberto de cartucheiras ecoa no imaginário popular, cavalgando pelas montanhas ou entre as plantações, seja como lembrança ou esperança.

...y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros... (*I Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano (*II Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

Hoy, con el corazón de Emiliano Zapata y habiendo escuchado la voz de nuestros hermanos todos, llamamos al pueblo de México a participar en una nueva etapa de la lucha por la liberación nacional y la construcción de una patria nueva [...]

No nos rendimos. Zapata vive y, a pesar de todo, la lucha sigue (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996).

Emiliano Zapata morre, ou melhor, é assassinado pelo governo, num gesto de traição, o que fomenta a rebelião que se seguiu a sua morte, pois ele tornou-se “el símbolo de quien no capitula en la defensa de los principios y valores que sustentan la rebeldía” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996). No entanto a morte biológica do herói popular não abala a crença em seus ideais e em muitos casos em seu retorno, crença essa que garante a existência do mito.

Essa postura dos indígenas de luta pela terra caracteriza não somente o movimento zapatista como indígena, como representa no imaginário popular o México rebelde. A face indígena é sinônima de resistência, e alimenta o sentimento comunitário de luta e responsabilidade sobre território que ocupam e lhes pertence (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

Essa luta persiste há mais de cinco séculos, mas a imagem do indígena não é mais a mesma, “no existe una exaltación del indígena *puro*, sino que el referente es el indígena rebelde, que resiste y pelea” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996) e que munido de argumentos que resistam ao tempo, sustentando suas tradições e sua cultura e identidade.

Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático (*I Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

La tierra no tiene reposo y camina en nuestros corazones (*III Declaração da Selva Lacandona*, 1995)

Hablando en su corazón indio, la Patria sigue digna y con memoria [...] Una fuerza política que se llama Zapatista porque nace con la esperanza y el corazón indígena que, junto al EZLN, volvieron a bajar de las montañas mexicanas (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

Junto y detrás de los pueblos indios del país estuvieron y están los zapatistas (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998)

Un nuevo paso adelante en la lucha indígena sólo es posible si el indígena se junta con obreros, campesinos, estudiantes, maestros, empleados... o sea los trabajadores de la ciudad y el campo (*VI Declaração da Selva Lacandona*, 2005)

Além disso, os valores entendidos como democráticos pelas comunidades de Chiapas contrastam com a ideia de sociedade democrática neoliberal adotada pelo governo. A gestão adotada nas comunidades independentes, por exemplo, presididas pelo EZLN, cuja hierarquia não designa tratamentos especiais ou salários estratosféricos a seus representantes, apenas responsabilidades e auxílio em trabalhos agrários para que o grupo possa ser mais bem assistido. A política adotada pelo EZLN e suas comunidades é “hacer que quien mande lo haga obedeciendo”, pois “es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya” (*2ª Declaração da Selva Lacandona*).

Todas as decisões passam por uma assembleia, quando todos os membros daquela comunidade tem direito a voto e opinião, atitude essa que demanda tempo e pede cautela a cada decisão proposta e tomada. “Este caminar político escalonado contrasta con el *buen uso* del tiempo moderno “time is money”, donde se acostumbra delegar el poder para ahorrar tiempo” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996), e esta tem sido atitude do EZLN até então, tanto a população do México, a seu governo de Estado e as entidades mundiais que apoiam ou simplesmente acompanham a jornada zapatista.

O trabalho, cuja regência está estruturada principalmente na tradição coletiva, é determinado pelo acordo estabelecido através do diálogo com a maioria e o resultado é acatado por todos. Desta forma estão garantidas a coesão, a estabilidade e a certeza de que a resistência e a rebeldia indígena permanecem unidas (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

A partir das demandas presentes o passado é reconstituído de forma seletiva, ou seja, de maneira que este não seja repetido, mas atualizado quando recobrado. Esta reconstrução que liga os tempos num só elemento é o instrumento forjador da identidade que, portanto, permite a continuidade histórica da sociedade, através de símbolos, imagens, conhecimentos e comportamentos assimilados por um grupo e que instituem uma tradição, ou melhor, a própria tradição (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

Esse diálogo entre a tradição e o presente coletivo está representado também na figura dos mortos. Sua presença está no passado e no presente. Seus conselhos são leis e seus pedidos são ordens. São a sabedoria e por isso lhes é dado respeito e sua palavra é inquestionável.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos

Así hablo su palabra del corazón de nuestros muertos de siempre. Vimos nosotros que es buena su palabra de nuestros muertos, vimos que hay verdad y dignidad en su consejo (*II Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

Nuestra palabra, nuestro canto y nuestro grito, es para que ya no mueran más los muertos. Para que vivan luchamos, para que vivan cantamos (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

Vimos que ya no pudieron mantener callados a nuestros muertos, muertos hablaron los muertos nuestros, muertos acusaron, muertos gritaron, muertos se vivieron de nuevo (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998)

Nas *Declarações* bem como em outros comunicados, é bastante comum a referência ao tempo cíclico, onde a morte é uma fase, uma etapa apresentada mais como algo simbólico, do que material. De certa forma, a filosofia maia-zapatista prega que “nada morre” e sim “se renova”.

A palavra é uma arma e um direito utilizada e exercida por todos nas comunidades dirigidas pelas “Juntas de Buen Gobierno” zapatistas.

A palavra é a imagem e o instrumento de maior representatividade, não somente das *Declarações*, mas sim da luta zapatista. A palavra sempre olvidada, para permanecer foi cantada, passou a ser gritada, constituída em flor, aliou-se ao fogo, foi por um tempo

silenciada, e voltou a ser falada. Mas é sempre a palavra. É ela o instrumento perene que atravessa, não digo somente as declarações, mas toda a luta zapatista. E é ainda essa mesma palavra transformada em arma, que se refaz a cada minuto através de muitos eu a propagam pelo mundo.

Há momentos em que o discurso revolucionário toma parte e manifesta-se em enormes parágrafos, de longos períodos, acelerando o batimento das sentenças, que sem deixar de fazer uso de metáforas, relatam as atrocidades, a resistência e o caminho traçado pelas forças beligerantes zapatistas ao longo do período que antecedeu alguma das *Declarações*.

É perceptível, contudo, que o discurso das *DSL* vai além da proposta política revolucionária, pois além do simbolismo que as preenche, seu conteúdo “apela a la poesía y al chiste, al juego de palabras y a la metáfora” (HÉAU-LAMBERT & RAJCHENBERG, 1996).

La tierra no tiene reposo y camina en nuestros corazones (*III Declaração da Selva Lacandona*, 1995)

No morirá la flor de la palabra [...]

En silencio se siembra la palabra. Para que florezca a gritos se calla (*IV Declaração da Selva Lacandona*, 1996)

Que bien que nos acordamos cuando hace años también se iluminaba el continente y una luz se llamaba Che Guevara, como antes se llamó Bolívar, porque a veces los pueblos agarran un nombre para decir que agarran una bandera (*VI Declaração da Selva Lacandona*, 2005).

O ritmo, mais do que uma sequência de palavras que pode de alguma forma ser restrito a medidas, tem como principais atributos um sentido e uma imagem. No entanto, todos os elementos supracitados são necessários à sua definição e compreensão. Assim, é possível compreender como há poemas sem ritmo, e prosas indubitavelmente poéticas (PAZ, 2009).

No es nuestra la casa del dolor y la miseria. Así nos la ha pintado el que nos roba y engaña.

No es nuestra la tierra de la muerte y la angustia.

No es nuestro el camino de la guerra.

No es nuestra la traición ni tiene cabida en nuestro paso el olvido.

No son nuestros el suelo vacío y el hueco cielo.

Nuestra es la casa de la luz y la alegría. Así la nacimos, así la luchamos, así la creceremos.

Nuestra es la tierra de la vida y la esperanza.

Nuestro el camino de la paz que se siembra con dignidad y se cosecha con justicia y libertad (*V Declaração da Selva Lacandona*, 1998).

Paz (2009) é taxativo ao dizer que há povos sem prosa, mas não sem poesia. Enquanto que a poesia seria a maneira natural dos homens se expressarem, portanto inerentes à sua condição e existência, a prosa é medida “pelo domínio do pensamento sobre as palavras”, é o lugar aonde “o ritmo e seu incessante ir e vir cedem lugar à marcha do pensamento” (PAZ, 2009, p.12). Ora prosa, ora poesia. É certo que ambas confluem e se alternam nas composições do EZLN.

“Hermanos mexicanos:
 Nuestra lucha continúa. Sigue ondeando la bandera zapatista en las montañas del Sureste mexicano y hoy decimos: ¡No nos rendiremos!
 De cara a la montaña hablamos con nuestros muertos para que en su palabra viniera el buen camino por el que debe andar nuestro rostro amordazado.
 Sonaron los tambores y en la voz de la tierra habló nuestro dolor y nuestra historia habló nuestro dolor y nuestra historia habló” (*II Declaração da Selva Lacandona*, 1994)

Esse enlace entre prosa e verso, Paz (2009) define como um aspecto característico mais presente nas obras literárias a partir do movimento modernista que “inicia-se por volta de 1885 e se extingue, na América, durante os anos da Primeira Guerra Mundial” (PAZ, 2009, p.32).

Gilberto Mendonça Teles (2009) responsabiliza o início do século XX, o Modernismo e os modernistas por instituírem um gênero literário que não era “nem poesia, nem ficção e nem crítica”, além disso, era capaz de mesclar linguagem e metalinguagem utilizando da linguagem poética, cuja finalidade encerrava-se na crítica da arte e da literatura.

Absolutamente crítica, incisivamente poética ou mesclando ambas as características, a linguagem é apresentada em manifestos dadaístas, futuristas, cubistas sob formas variadas, cujo resultado está em propor a ideologia de um novo paradigma estético literário e através deste uma renovação no quadro de ideias artísticas.

Neste sentido as *Declarações* constituem verdadeiros manifestos literários, ou que atendem muito bem às demandas literárias, tanto em seu aspecto estético correspondendo ao jogo da linguagem entre outros, como quando sabiamente enlaçam a literatura à sua condição de produção, incitando a partir de sua leitura, novos (ou antigos) questionamentos sobre as fronteiras do que consideramos Literatura, a partir dos elementos que a compõem.

A crítica continua sendo a aliada do pensamento utópico na concretização do desejo de mudança, viabilizando as condições necessárias ao avanço ou ao progresso, mesmo quando

cria imagens negativas e prega a destruição como única saída e fonte de recomeço. Sem ela não há utopia, nem futuros possíveis ou presentes mutáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há textos que são literários mesmo sem a intenção de sê-lo. E que isto constitui um ciclo que constantemente se renova, pois os critérios que validam umas obras e desprestigiam outras são determinados pelo lugar e seu prestígio cultural global, pela época que abarca o contexto (histórico, social econômico) no qual a obra é produzida e, obviamente, pelo juízo de valor daqueles que literalmente fazem o mercado literário.

Neste âmbito as *Declarações da Selva Lacandona* têm na literatura um viés que também baseia o senso crítico de suas propostas. Manifestos literários sem a intenção de sê-lo inicialmente questionam os parâmetros literários atuais e sugerem, por fim, de maneira prática, um novo foco não somente ao mercado literário como aos paradigmas que o constituem.

Seguindo parte das finalidades propostas por Mariátegui como inerentes a uma obra literária, as *Declarações* geram a inquietação, a dúvida sobre qual posicionamento adotar sobre conceitos (políticos e literários) aceitos pelo senso comum e, não questionados desta maneira até então. E mesmo quando as forças beligerantes do EZLN mantiveram-se em silêncio e causaram nova inquietação, sugerindo mais uma vez que as posturas até então tomadas precisavam de uma revisão.

Os textos do EZLN são uma parcela também dos rumos possíveis da literatura, nem determinantes nem determinados, mas sempre passíveis de negociação, por uma definição e por uma função. E se apresentam como exemplo das possibilidades tanto de configurações mercadológicas, como também mídia e veículo, ou seja, um exemplo dos trajetos viáveis dentro das transformações atuais.

Assim, as *Declarações* mexicanas correspondem à faceta de uma renovação. Como braços de um movimento social ideológico apontam uma utopia, nesse caso sem precedentes na história da qual fazem parte e sugerem uma mudança num aqui e agora que deverá, daqui a algum tempo, ser “vencida e modificada”. Essa modificação é possível graças ao sentimento de “devir” que acompanha a produção escrita literária como ensejo de luta política.

Esse diálogo entre as artes e a política ganhou novos contornos com as vanguardas do início do século XX. Tendo em comum a ruptura como direcionamento das ações, os *ismos* deixaram a tradição do rompimento como legado. A mudança de contexto social e a visão de seus fundadores sobre suas realidades é que determina os rumos do que será considerado culturalmente importante.

Nesta luta contra a devastação do neoliberalismo e das atuais configurações do sistema capitalista o ritmo, o humor e o folclore são instrumentos que, através da palavra, argumentam com os “poderosos”, com o “mau governo” na tentativa de frear a pobreza, a miséria e o esquecimento que abocanham as comunidades indígenas em Chiapas.

Os zapatistas já demonstraram com sua insistência que é possível uma mudança, ainda que a passos muito lentos. Vendo que o governo insiste em não alterar sua postura nas negociações, o que importa é não desistir. De modo que alternam em sua luta o uso de sua palavra e do seu silêncio.

Por ser imprescindível o uso da internet enquanto veículo propagador de ideias, constitui-se desta forma um interessante paradoxo, pois sendo a rede mundial de computadores o maior exemplo do poder capitalista, é esta mesma rede responsável por manter conectados em tempo real indivíduos que se identificam e lutam por um espaço de convivência que foge dos padrões atuais de consumo prescritos a nossa sociedade.

Além disso, é pela rede mundial de computadores que se dá um diálogo entre a modernidade tecnológica e as tradições indígenas mexicanas, dentro e fora do estado do México, fazendo com que a luta zapatista se dê também de forma ostensiva no ciberespaço.

Dentre estes novos espaços propostos e que com isso permitem a inserção de novos valores, está o do Subcomandante Marcos e as configurações sobre o papel do escritor que utiliza da literatura e da poesia como ensejo de militância, e que nas configurações atuais como guerrilheiro na luta (não mais) armada, intelectual, representante do trabalho coletivo e transmissor das tradições em um grupo, ele redesenha um caminho para o papel do escritor e das demandas atuais para a produção literária.

Essa produção só é possível através da crítica. A conta gotas, mas perene. Nas seis *Declarações da Selva Lacandona* são essenciais, pois embasam as propostas do EZLN para reformular conceitos tais como o de Nação, de utopia, e identidade, que pedem urgente adaptação às necessidades contemporâneas, tanto individuais como coletivas. A crítica se concretiza no diálogo entre passado e presente, postura essa enfatizada pelo EZLN e reforçada pelo Subcomandante Marcos, como imprescindível para uma luta onde todos estejam conscientes de exercer direitos e deveres de modo pleno quanto na constituição de um futuro digno e justo, baseado no respeito às diferenças.

Estes argumentos instalam então as *Declarações* numa utopia tangível. O presente é o tempo e o lugar para a realização dessa crítica (Haroldo de Campos, 1997). Essa emergência é o diferencial utópico nestes manifestos, pois o ideal já se realiza nas pequenas comunidades coordenadas pelo EZLN e por seus habitantes, ou seja, a *práxis* existe. O que buscam é a

expansão desse quadro em que o poder é exercido de maneira mais justa e igualitária entre os povos.

Se as vanguardas mexicanas ainda estão por apresentar-se na sua totalidade ou que este seja um novo ciclo, assistimos ao andamento de uma nova *práxis*. A poesia sempre esteve a serviço da ideologia humana, instaurando uma área de conflito geradora de novas realidades, cuja construção é pajeada pelo tempo. Com a *práxis* já instaurada, mas com consequências ainda indeterminadas, as *Declarações da Selva Lacandona* engendram uma velha ideologia mexicana a serviço da nova poesia.

REFERÊNCIAS

- ABDALA Jr. Benjamin. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática, 1989.
- ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. *O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético*. Revista de Estudos Feministas. Macalaster College: 2002.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indignações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ARELLANO, Alejandro Buenrostro y & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e terra, 2002;
- BAUDELAIRE, Charles. *Flores do mal: o amor segundo Baudelaire*. 2 ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- _____. *Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna*. COELHO, Teixeira (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. A utopia na era da incerteza. In: *Tempos Líquidos*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BENOÎT, Denis. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Tradução: Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- BONNICI, Thomas. Aspectos da teoria pós-colonial. In: *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.
- CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e terra, 2002.

CAVALCANTI, Eduardo. *Tudo o que é sólido se desfaz no ciberespaço: a guerrilha digital dos zapatistas*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001
Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP10CAVALCANTI.PDF>
Acessado em: 13/10/2011

CAMPOS, Haroldo de. Poesia e Modernidade: da morte da arte à constelação. O poema pós-tópico. In: *O arco-íris branco*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

CEIA, Carlos. *Dicionário de termos literários*. Disponível em
http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=455&Itemid=2
Acessado em 20/09/2011

CHIAPPARA, Juan Pablo. *Michel Foucault: ficção, real e representação: A produção de sentidos sociais: desdobramentos teóricos contemporâneos*. Dossiê Foucault. N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/19.pdf>
Acessado em: 30/09/2011

Declarações da Selva Lacandona. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>
Acessado em: 02/09/2011.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka para uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e Clínica*. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DI FELICE, Massimo & MUÑOZ, Cristobal. *A revolução Invencível: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional, cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo, 1998.

FOUCAULT, Michel. *De Outros Espaços*. Conferência proferida por Michel Foucault no *Cercle d'Étude Architecturales* em 14 de março de 1987 (publicada igualmente em *Architecture, Movement, Continuité* em maio de 1984) Disponível em: <http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/outros.prn.pdf>. Acessado em: 11/01/2012.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GENNARI. EZLN: Passos de uma rebeldia. In: *Revista Pegada*. Nº 5. Vol 1 e 2. 2004.
Acessada em: 21/11/2011 Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/114>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: http://www.4shared.com/get/nlr8FZjZ/maurice_halbwachs_-_a_memria_c.html Acessado em: 26/04/2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *O contexto da obra literária*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Arte, Revolução e Decadência. In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. Páginas 507-509.

_____. Existe um Pensamento Hispano-Americano? In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. Páginas 540-542.

_____. Nativismo e Indigenismo na Literatura Americana. In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008. Páginas 636-638.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Porto Alegre: L&PM, 2009.

MORAES, Felipe Machado. *A Palavra Zapatista: uma revolução mediática como estratégia de comunicação e emancipação social*. Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica do Programa de Doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Nº 2, Universidade de Coimbra, 2007. 2006. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/editorial.php> Acessado em: 21/11/2011.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOYLAN, Tom. Utopia e pós-modernidade: seis teses. In: *Literatura e utopia* – Revista do PPGLL. (Org.) CAVALCANTI, Ildney. UFAL/CHLA, n.32, jul/dez.2003.

NASCIMENTO, Evandro. *Traduzindo Haroldo*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.19, 2011. Páginas 25-42. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/revista/2011/19/119/download> Acessado em: 30/03/2012

PAZ, Octavio. *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Tradução de Moacir Werneck de Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Signos em rotação*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 2009.

RAJCHEMBERG, Enrique S. & HÉAU-LAMBERT, Catherine. *Historia y simbolismo en el movimiento Zapatista*. 1996. Acessado em: xx/05/2012. Disponível em <http://www.ezln.org/revistachiapas/No12/ch12.html>.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Notas de pesquisa sobre o estudo das vanguardas no Brasil*. Revista do Instituto de Artes da UERJ *Concinnitas*, nº 2 p. 108 a 139, jan./jun. 1999 Disponível em: www.concinnitas.uerj.br/resumos1/joao.pdf. Acessado em: 21/09/2011.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indignações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. 19 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VERNIER, France. *Cidade e Modernidade nas “Flores do Mal” de Baudelaire*. 2004. Disponível em: www.cap.eca.usp.br/ars10/modernidade_flores_do_mal.pdf. Acessado em: 26/10/2010.

ZIPES, Jack; MECKLENBURG, Frank. Something's missing: a discussion between Ernst Bloch and Theodor W. Adorno on the contradictions of utopian longing (1964). In: *The utopian function of art and literature*. Cambridge, Mass. / London: MIT, 1993.

Sites de Referência

<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>

<http://zeztainternacional.ezln.org.mx/>

<http://ezln.org.mx/>

Filmes

UM LUGAR Chamado Chiapas. Direção: Nettie Wild, Manfred Becker. Fotografia: Kirk Tougas. Produção: A Canada Wild. Áudio original: inglês, espanhol e tzotzil. Documentário. 1 DVD (93 min.) 35mm. Color.

THE BATTLE of Mexico City. Direção: Joe DeMaio. Produção: Rage Against The Machine. Participam: Zack De La Rocha, Tom Morello, Brad Wilk, Tim Bob Commerford, Rage Against The Machine, Noam Chomsky. País(es) de Origem: EUA. Áudio Original: inglês. Legendas: Inglês e espanhol. Sony, c.2002. 1 DVD (68 min.) Fullscreen, color.

ZAPATISTA. Direção: Benjamin Eichert, Rick Rowley. Produção: Big Noise films. Áudio original: inglês e espanhol. Documentário. 1999 (55 min).

ANEXOS

1ª Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:
Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

«La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.»

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

**INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES
DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL**

*Comandancia General del EZLN
Año de 1993*

Segunda Declaración de la Selva Lacandona

Ejército Zapatista de Liberación Nacional México.

10 de junio de 1994

Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

"... no son únicamente los que portan espadas que chorrean sangre y despiden rayos fugaces de gloria militar, los escogidos a designar el personal del gobierno de un pueblo que quiere democratizarse; ese derecho lo tienen también los ciudadanos que han luchado en la prensa y en la tribuna, que están identificados con los ideales de la Revolución y han combatido al despotismo que barrena nuestras leyes; porque no es sólo disparando proyectiles en los campos de batalla como se barren las tiranías; también lanzando ideas de redención, frases de libertad y anatemas terribles contra los verdugos del pueblo, se derrumban dictaduras, se derrumban imperios (...) y si los hechos históricos nos demuestran que la demolición de toda tiranía, que el derrumbamiento de todo mal gobierno es obra conjunta de la idea con la espada, es un absurdo, es una aberración, es un despotismo inaudito querer segregar a los elementos sanos que tienen el derecho de elegir al Gobierno, porque la soberanía de un pueblo la constituyen todos los elementos sanos que tienen conciencia plena, que son conscientes de sus derechos, ya sean civiles o armados accidentalmente, pero que aman la libertad y la justicia y laboran por el bien de la Patria."

Emiliano Zapata en voz de Paulino Martínez, delegado zapatista a la Soberana Convención Revolucionaria, Aguascalientes, Ags., México, 27 de octubre de 1914.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en pie de guerra contra el mal gobierno desde el 1 de Enero de 1994, se dirige a ustedes para dar a conocer su pensamiento:

I

Hermanos mexicanos:

En diciembre de 1993 dijimos ¡BASTA! El primero de enero de 1994 llamamos a los poderes Legislativo y Judicial a asumir su responsabilidad constitucional para que impidieran la política genocida que el poder Ejecutivo Federal impone a nuestro pueblo, y fundamentamos nuestro derecho constitucional al aplicar el artículo 39° de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos:

"La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno."

A este llamado se respondió con la política del exterminio y la mentira. Los poderes de la Unión ignoraron nuestra justa demanda y permitieron la masacre. Pero sólo duró 12 días esta pesadilla, pues otra fuerza superior a cualquier poder político o militar se impuso a las partes en conflicto. La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar; todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude es el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo existe para los corruptos poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.

Eso todos los mexicanos honestos y de buena fe, la Sociedad Civil, lo han comprendido, sólo se oponen aquellos que han basado su éxito en el robo al erario público, los que protegen, prostituyendo a la justicia, a los traficantes y asesinos, a los que recurren al asesinato político y al fraude electoral para imponerse.

Sólo esos fósiles políticos planean de nuevo dar marcha atrás a la historia de México y borrar de la conciencia nacional el grito que hizo suyo todo el país desde el primero de enero del 94: ¡YA BASTA!

Pero no lo permitiremos. Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. Si esta legislatura y los magistrados no tuvieron dignidad. Otras vendrán que si entiendan que deben servir a su pueblo y no a un individuo, nuestro llamado trasciende mas allá de un sexenio o una elección presidencial en puerta. Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA para decirle:

Primero. Hemos cumplido sin falta el llevar las acciones bélicas dentro de los convenios sobre la guerra establecidos a nivel mundial: ello nos ha permitido el reconocimiento tácito de nacionales y extranjeros como fuerza beligerante. Seguiremos cumpliendo con dichos convenios.

Segundo. Ordenamos a nuestras fuerzas regulares e irregulares en todo el territorio nacional y en el extranjero la PRÓRROGA UNILATERAL DEL CESE AL FUEGO OFENSIVO. Mantendremos el respeto al cese al fuego para permitir a la sociedad civil que se organice en las formas que considere pertinentes para lograr el tránsito a la democracia en nuestro país.

Tercero. Condenamos la amenaza que sobre la Sociedad Civil se cierne al militarizar el país, con personal y modernos equipos represivos, en vísperas de la jornada para elecciones federales. No hay duda de que el gobierno salinista pretende imponerse por la cultura del fraude. NO LO PERMITIREMOS.

Cuarto. Proponemos a todos los partidos políticos independientes el que reconozcan ahora el estado de intimidación y de privación de los derechos políticos que ha sufrido nuestro pueblo los últimos 65 años y que se pronuncien por asumir un gobierno de transición política hacia la democracia.

Quinto. Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos.

Sexto. Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el tránsito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa de la guerra.

Séptimo. Llamamos a los elementos honestos de la sociedad civil a un Diálogo Nacional por la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos los mexicanos.

Por eso decimos:

II

Hermanos:

Después de iniciada la guerra, en enero de 1994, el grito organizado del pueblo mexicano detuvo el enfrentamiento y se llamó al diálogo entre las partes contendientes. A las justas demandas del EZLN, el gobierno federal respondió con una serie de ofrecimientos que no tocaban el punto esencial del problema: la falta de justicia, de libertad y de democracia en las tierras mexicanas.

El límite del cumplimiento de los ofrecimientos del gobierno federal a las demandas del EZLN es el que se marca asimismo el sistema político del partido en el poder. Este sistema es el que ha hecho posible que en el campo mexicano subsista y se sobreponga al poder constitucional otro poder cuyas raíces posibilitan el mantenimiento del partido en el poder. Es este sistema de complicidad el que hace posible la existencia y beligerancia de cacicazgos, el poder omnipotente de los ganaderos y comerciantes y la penetración del narcotráfico... El solo ofrecimiento de los llamados Compromisos para una Paz Digna en Chiapas provocó gran revuelo y un abierto desafío de estos sectores. El sistema político unipartidista trata de maniobrar en este reducido horizonte que su existencia como tal le impone: no puede dejar de tocar a estos sectores sin atentar contra sí mismo, y no puede dejar las cosas como antes sin que aumente la beligerancia de los campesinos e indígenas. En suma: el cumplimiento de los compromisos implica, necesariamente, la muerte del sistema de partido de Estado. Por suicidio o por fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México.

El EZLN ha entendido que el problema de la pobreza mexicana no es sólo la falta de recursos. Más allá, su aportación fundamental es entender y plantear que cualquier esfuerzo, en algún sentido o en todos, sólo pospondrá el problema si estos esfuerzos no se dan dentro de un nuevo marco de relaciones políticas nacionales, regionales y locales: un marco de democracia, libertad y justicia. El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí.

Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo.

No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán "vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país.

La actual legislación mexicana es demasiado estrecha para estas nuevas relaciones políticas entre gobernantes y gobernados. Es necesaria una Convención Nacional Democrática de la que emane un Gobierno Provisional o de Transición, sea mediante la renuncia del Ejecutivo federal o mediante la vía electoral.

Convención Nacional Democrática y Gobierno de Transición deben desembocar en una nueva Carta Magna en cuyo marco se convoque a nuevas elecciones. El dolor que este proceso significará para el país será siempre menor al daño que produzca una guerra civil. La profecía del sureste vale para todo el país, podemos aprender ya de lo ocurrido y hacer menos doloroso el parto del nuevo México.

El EZLN tiene una concepción de sistema y de rumbo para el país. La madurez política del EZLN, su mayoría de edad como representante del sentir de una parte de la Nación, está en que no quiere imponerle al país esta concepción. El EZLN reclama lo que para sí mismo es evidente: la mayoría de edad de México y el derecho de decidir, libre y democráticamente, el rumbo que habrá de seguir. De esta antesala histórica saldrá no sólo un México más justo y mejor, también saldrá un mexicano nuevo. A esto apostamos la vida, a heredar a los mexicanos de pasado mañana un país en el que no sea una vergüenza vivir...

El EZLN, en un ejercicio democrático sin precedentes dentro de una organización armada, consultó a sus componentes sobre la firma o no de la propuesta de acuerdos de paz del gobierno federal. Viendo que el tema central de democracia, libertad y justicia para todos no había sido resuelto, las bases del EZLN, indígenas en su mayoría, decidieron rechazar la firma de la propuesta gubernamental.

En condiciones de cerco y presionados por distintos lugares que amenazaban con el exterminio si no se firmaba la paz, los zapatistas reafirmamos nuestra decisión de conseguir una paz con justicia y dignidad y en ello empeñar la vida y la muerte. En nosotros encuentra, otra vez, lugar la historia de lucha digna de nuestros antepasados. El grito de dignidad del

insurgente Vicente Guerrero, "Vivir por la Patria o Morir por la Libertad", vuelve a sonar en nuestras gargantas. No podemos aceptar una paz indigna.

Nuestro camino de fuego se abrió ante la imposibilidad de luchar pacíficamente por derechos elementales del ser humano. El más valioso de ellos es el derecho a decidir, con libertad y democracia, la forma de gobierno. Ahora la posibilidad de tránsito pacífico a la democracia y a la libertad se enfrenta a una nueva prueba: el proceso electoral de agosto de 1994. Hay quienes apuestan al periodo poselectoral predicando la apatía y el desengaño desde la inmovilidad. Pretenden usufructuar la sangre de los caídos en todos los frentes de combate, violentos y pacíficos, en la ciudad y en el campo. Fundan su proyecto político en el conflicto posterior a las elecciones y esperan, sin nada hacer, a que la desmovilización política abra otra vez la gigantesca puerta de la guerra. Ellos salvarán, dicen, al país.

Otros apuestan desde ahora a que el conflicto armado se reinicie antes de las elecciones y la ingobernabilidad sea aprovechada por ellos para perpetuarse en el poder. Como ayer hicieron usurpando la voluntad popular con el fraude electoral, hoy y mañana, con el río revuelto de una guerra civil preelectoral, pretenden alargar la agonía de una dictadura que, enmascarada en el partido de Estado, dura ya décadas. Algunos más, apocalípticos estériles, razonan ya que la guerra es inevitable y se sientan a esperar para ver pasar el cadáver de su enemigo... o de su amigo. El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano.

Todos estos ladrones de la esperanza suponen que detrás de nuestras armas hay ambición y protagonismo, que esto conducirá nuestro andar en el futuro. Se equivocan. Detrás de nuestras armas de fuego hay otras armas, las de la razón. Y a ambas las anima la esperanza. No dejaremos que nos la roben.

La esperanza con gatillo tuvo su lugar en el inicio del año. Es ahora preciso que espere. Es preciso que la esperanza que anda en las grandes movilizaciones vuelva al lugar protagónico que le corresponde por derecho y razón. La bandera está ahora en manos de los que tienen nombre y rostro, de gentes buenas y honestas que caminan rutas que no son la nuestra, pero cuya meta es la misma que anhelan nuestros pasos. Nuestro saludo y nuestra esperanza de que lleven esa bandera adonde debe de estar. Nosotros estaremos esperando, de pie y con dignidad. Si esa bandera cae, nosotros sabremos levantarla de nuevo...

Que la esperanza se organice, que camine ahora en los valles y ciudades como ayer en las montañas. Peleen con sus armas, no se preocupen de nosotros. Sabremos resistir hasta lo último. Sabremos esperar... y sabremos volver si se cierran de nuevo todas las puertas para que la dignidad camine.

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos:

Los llamamos a un diálogo nacional con el tema de Democracia, Libertad y Justicia. Para esto lanzamos la presente:

Convocatoria para la Convención Nacional Democrática

Nosotros, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en lucha por lograr la democracia, la libertad y la justicia que nuestra patria merece, y considerando:

Primero. Que el supremo gobierno ha usurpado también la legalidad que nos heredaron los héroes de la Revolución Mexicana.

Segundo. Que la Carta Magna que nos rige no es ya más la voluntad popular de los mexicanos.

Tercero. Que la salida del usurpador del Ejecutivo federal no basta y es necesaria una nueva ley para nuestra patria nueva, la que habrá de nacer de las luchas de todos los mexicanos honestos.

Cuarto. Que son necesarias todas las formas de lucha para lograr el tránsito a la democracia en México.

Llamamos a la realización de una Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.

El objetivo fundamental de la Convención Nacional Democrática es organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular.

La soberana convención revolucionaria será nacional en tanto su composición y representación deberá incluir a todos los estados de la Federación, plural en el sentido en que las fuerzas patriotas podrán estar representadas, y democrática en la toma de decisiones, recurriendo a la consulta nacional.

La convención estará presidida, libre y voluntariamente, por civiles, personalidades públicas de reconocido prestigio, sin importar su filiación política, raza, credo religioso, sexo o edad.

La convención se formará a través de comités locales, regionales y estatales en ejidos, colonias, escuelas y fábricas por civiles. Estos comités de la convención se encargarán de recabar las propuestas populares para la nueva ley constitucional y las demandas a cumplir por el nuevo gobierno que emane de ésta.

La convención debe exigir la realización de elecciones libres y democráticas y luchar, sin descanso, por el respeto a la voluntad popular.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconocerá a la Convención Democrática Nacional como representante auténtico de los intereses del pueblo de México en su tránsito a la democracia.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional se encuentra ya en todo el territorio nacional y está ya en posibilidad de ofrecerse al pueblo de México como Ejército garante del cumplimiento de la voluntad popular.

Para la primera reunión de la Convención Nacional Democrática, el EZLN ofrece como sede un poblado zapatista y todos los recursos con que cuenta.

La fecha y lugar de la primera sesión de la Convención Nacional Democrática será dada a conocer en su oportunidad.

III

Hermanos mexicanos:

Nuestra lucha continúa. Sigue ondeando la bandera zapatista en las montañas del Sureste mexicano y hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

De cara a la montaña hablamos con nuestros muertos para que en su palabra viniera el buen camino por el que debe andar nuestro rostro amordazado.

Sonaron los tambores y en la voz de la tierra habló nuestro dolor y nuestra historia habló nuestro dolor y nuestra historia habló.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos. Mientras no sea así, no habrá nada para nosotros.

Hablen la palabra de los otros mexicanos, encuentren del corazón el oído de aquellos por los que luchamos. Invítenlos a caminar los pasos dignos de los que no tienen rostro. Llamen a todos a resistir que nadie reciba nada de los que mandan mandando. Hagan del no venderse una bandera común para los más. Pidan que no sólo llegue palabra de aliento para nuestro dolor. Pidan que lo compartan, pidan que con ustedes resistan, que rechacen todas las limosnas que del poderoso vienen. Que las gentes buenas todas de estas tierras organicen hoy la dignidad que resiste y no se vende, que mañana esa dignidad se organice para exigir que la palabra que anda en el corazón de los mayoritarios tenga verdad y saludo de los que gobiernan, que se imponga el buen camino de que el que mande, mande obedeciendo.

¡No se rindan! ¡Resistan! No falten al honor de la palabra verdadera. Con dignidad resistan en las tierras de los hombres y mujeres verdaderos, que las montañas cobijen el dolor de los hombres de maíz. ¡No se rindan! ¡Resistan! ¡No se vendan! ¡Resistan!

Así hablo su palabra del corazón de nuestros muertos de siempre. Vimos nosotros que es buena su palabra de nuestros muertos, vimos que hay verdad y dignidad en su consejo. Por eso llamamos a todos nuestros hermanos indígenas mexicanos a que resistan con nosotros. Llamamos a los campesinos todos a que resistan con nosotros, a los obreros, a los empleados, a los colonos, a las amas de casa, a los estudiantes, a los maestros, a los que hacen del pensamiento y la palabra su vida. A todos los que dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos. Nada aceptaremos que venga del corazón podrido del mal gobierno, ni una moneda sola ni un medicamento ni una piedra ni un grano de alimento ni una migaja de las limosnas que ofrece a cambio de nuestro digno caminar.

No recibiremos nada del supremo gobierno. Aunque aumenten nuestro dolor y nuestra pena; aunque la muerte siga con nosotros en mesa, tierra y lecho; aunque veamos que otros se venden a la mano que los oprime; aunque todo duela; aunque la pena lllore hasta en las piedras. No aceptaremos nada. Resistiremos. No recibiremos nada del gobierno. Resistiremos hasta que el que mande, mande obedeciendo.

Hermanos: No se vendan. Resistan con nosotros. No se rindan. Resistan con nosotros. Repitan con nosotros, hermanos, la palabra de "¡No nos rendimos! ¡Resistimos!" Que se escuche no sólo en las montañas del Sureste mexicano, que se escuche en el norte y en las penínsulas, que en ambas costas se escuche, que en el centro se oiga, que en valles y montañas se vuelva grito, que resuene en la ciudad y en el campo. Unan su voz hermanos, griten con nosotros, hagan suya nuestra voz:

¡No nos rendimos! ¡Resistimos!

Que la dignidad rompa el cerco con el que las manos sucias del mal gobierno nos asfixian. Todos estamos cercados, no dejan que la democracia, la libertad y la justicia entren a tierras mexicanas. Hermanos: todos estamos cercados, ¡No nos rindamos! ¡Resistamos! ¡Seamos dignos! ¡No nos vendamos!

¿De qué le servirán al poderoso sus riquezas si no puede comprar lo más valioso en estas tierras? ¿Si la dignidad de los mexicanos todos no tiene precio, para qué el poder del poderoso?

¡La dignidad no se rinde!
 ¡La dignidad resiste!
 ¡Democracia!
 ¡Libertad!
 ¡Justicia!

Desde las montañas del Sureste mexicano.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General

del Ejército Zapatista de Liberación Nacional

México. Junio de 1994.

Tercera Declaración de la Selva Lacandona

A un año del alzamiento zapatista, hoy decimos:

¡La patria vive! ¡Y es nuestra! Hemos sido desgraciados, es verdad; la suerte nos ha sido adversa muchas veces, pero la causa de México, que es a causa del derecho y de la justicia, no ha sucumbido, no ha muerto y no morirá porque existen aún mexicanos esforzados, en cuyos corazones late el fuego santo del patriotismo y, en cualquier punto de la república en que existan empuñando las armas y el pabellón nacional, allí como aquí, existirá viva y enérgica la protesta del derecho contra la fuerza.

Compréndalo bien el hombre incauto que ha aceptado la triste misión de ser el instrumento para esclavizar a un pueblo libre: su trono vacilante no descansa sobre la voluntad libre de la Nación, sino sobre la sangre y los cadáveres de millares de mexicanos que ha sacrificado sin razón y sólo porque defendían su libertad y sus derechos.

Mexicanos: los que tenéis la desgracia de vivir bajo el dominio de la usurpación, no os resignéis a soportar el yugo de oprobio que pesa sobre vosotros. No os alucinéis con las pérfidas insinuaciones de los partidarios de los hechos consumados, porque ellos son y han sido siempre los partidarios del despotismo. La existencia del poder arbitrario es una violación permanente del derecho y de la justicia, que ni el tiempo, ni las armas pueden justificar jamás y que es preciso destruir para honor de México y de la humanidad.

«Manifiesto: en pie y resueltos como el primer día»,
Benito Juárez, enero de 1995, Chihuahua.

Al pueblo de México:
A los pueblos y gobiernos del mundo:
Hermanos:

El día 1o. de enero de 1994 dimos a conocer la *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. El día 10 de junio de 1994 lanzamos la *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*. A la una y a la otra las animó el afán de lucha por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos.

En la primera llamamos al pueblo mexicano a alzarse en armas en contra del mal gobierno, principal obstáculo para el tránsito a la democracia en nuestro país. En la segunda llamamos a los mexicanos a un esfuerzo civil y pacífico, a través de la Convención Nacional Democrática, para lograr los cambios profundos que la Nación demanda.

Mientras el supremo gobierno mostraba su falsedad y su soberbia, nosotros, entre uno y otro manifiesto, nos esforzamos por mostrar al pueblo de México nuestro sustento social, la justeza de nuestras demandas y la dignidad que anima nuestra lucha. Nuestras armas callaron entonces y se hicieron a un lado para que la lucha legal mostrara sus posibilidades... y sus limitaciones. A partir de la *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*, el EZLN intentó, por todos los medios, evitar el reinicio de las hostilidades y buscó una salida política, digna y justa, para resolver las demandas plasmadas en los 11 puntos de nuestro programa de lucha:

vivienda, tierra, trabajo, alimentación, salud, educación, justicia, independencia, libertad, democracia y paz.

El proceso preelectoral de agosto de 1994 trajo la esperanza, en amplios sectores del país, de que el tránsito a la democracia era posible por la vía electoral. Sabiendo que las elecciones no son, en las condiciones actuales, el camino del cambio democrático, el EZLN mandó obedeciendo al hacerse a un lado para dar oportunidad de lucha a las fuerzas políticas legales de oposición. El EZLN empeñó su palabra y su esfuerzo, entonces, en la búsqueda del tránsito pacífico a la democracia. A través de la Convención Nacional Democrática, el EZLN llamó a un esfuerzo civil a pacífico que, sin oponerse a la lucha electoral, no se agotara en ella y buscara nuevas formas de lucha que incluyeran a más sectores democráticos en México y se enlazara con movimientos democratizadores en otras partes del mundo. El 21 de agosto vino a terminar con las ilusiones de un cambio inmediato por la vía pacífica. Un proceso electoral viciado, inmoral, inequitativo e ilegítimo culminó en una nueva burla a la buena voluntad de los ciudadanos. El sistema de partido de Estado reafirmó su vocación antidemocrática e impuso, en todas partes y a todos los niveles, su voluntad soberbia. Frente a una votación sin precedentes, el sistema político mexicano optó por la imposición y cortó, así, las esperanzas en la vía electoral. Informes de la Convención Nacional Democrática, Alianza Cívica y la Comisión de la Verdad sacaron a la luz lo que ocultaban, con vergonzosa complicidad, los grandes medios de comunicación: un fraude gigantesco. La multitud de irregularidades, la inequidad, la corrupción, el chantaje, la intimidación, el hurto y la falsificación, fueron el marco en el que se dieron las elecciones más sucias de la historia de México. Los altos porcentajes de abstencionismo en las elecciones locales en los estados de Veracruz, Tlaxcala y Tabasco demuestran que el escepticismo civil volverá a reinar en México. Pero, no conforme con esto, el sistema de partido de Estado volvió a repetir el fraude de agosto imponiendo gobernadores, presidentes municipales y congresos locales. Como a finales del siglo XIX, cuando los traidores hicieron «elecciones» para avalar la intervención francesa, hoy se dice que la Nación saluda con beneplácito la continuación de la imposición y el autoritarismo. El proceso electoral de agosto de 1994 es un crimen de Estado. Como criminales deben ser juzgados los responsables de esa burla.

Por otro lado el gradualismo y la claudicación aparecen en las filas de la oposición que acepta el ver diluido un gran fraude en multitud de pequeñas «irregularidades». Vuelve a aparecer la gran disyuntiva en la lucha democratizadora en México: la prolongación de una agonía por la apuesta a un tránsito «sin dolor» o el tiro de gracia cuyo destello ilumine el camino de la democracia.

El caso chiapaneco sólo es una de las consecuencias de este sistema político. Haciendo caso omiso de los anhelos del pueblo de Chiapas, el gobierno repitió la dosis de imposición y prepotencia.

Enfrentado a una amplia movilización de repudio, el sistema de partido de Estado optó por repetir hasta la saciedad la mentira de su triunfo y exacerbó las confrontaciones. La polarización presente en el escenario del sureste mexicano es responsabilidad del gobierno y demuestra su incapacidad para resolver, con profundidad, los problemas políticos y sociales de México. Mediante la corrupción y la represión tratan de resolver un problema que sólo tiene solución reconociendo el triunfo legítimo de la voluntad popular chiapaneca. El EZLN se mantuvo, hasta entonces, al margen de las movilizaciones populares, a pesar de que éstas enfrentaron una gran campaña de desprestigio y de represión indiscriminada.

Esperando señales de voluntad gubernamental para una solución política, justa y digna, al conflicto, el EZLN vio, impotente, como los mejores hijos de la dignidad chiapaneca eran asesinados, encarcelados y amenazados, vio como sus hermanos indígenas en Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Chihuahua, y Veracruz eran reprimidos y recibían burlas como respuestas a sus demandas de solución a sus condiciones de vida.

En todo este período, el EZLN resistió no sólo el cerco militar y las amenazas e intimidaciones de las fuerzas federales, también resistió una campaña de calumnias y mentiras. Como en los primeros días del año de 1994, se nos acusó de recibir apoyo militar y financiamiento extranjero, se nos trató de obligar a deponer nuestras banderas a cambio de dinero y puestos gubernamentales, se trató de quitar legitimidad a nuestra lucha diluyendo la problemática nacional en el marco local indígena.

Mientras tanto, el supremo gobierno preparaba la solución militar a la rebeldía indígena chiapaneca y la Nación se sumía en la desesperanza y el fastidio. Engañando con una supuesta voluntad de diálogo que sólo escondía el deseo de liquidar al movimiento zapatista por asfixia, el mal gobierno dejaba pasar el tiempo y la muerte en las comunidades indígenas de todo el país.

Mientras tanto, el Partido Revolucionario Institucional, brazo político del crimen organizado y el narcotráfico, continuaba su fase de descomposición más aguda al recurrir al asesinato como método de solución de sus pugnas internas. Incapaz de un diálogo civilizado a su interior, el PRI ensangrentaba el suelo nacional. La vergüenza de ver usurpados los colores nacionales en el escudo del PRI sigue para todos los mexicanos.

Viendo que el gobierno y el país volvían a cubrir con el olvido y el desinterés a los habitantes originales de estas tierras, viendo que el cinismo y la desidia volvían a apoderarse de los sentimientos de la Nación y que, además de sus derechos a las condiciones mínimas de vida digna, se negaba a los pueblos indios el derecho a gobernar y gobernarse según su razón y voluntad, viendo que se volvía inútil la muerte de los muertos nuestros, viendo que no nos dejaban otro camino, el EZLN se arriesgó a romper el cerco militar que lo contenía y marchó en auxilio de otros hermanos indígenas que, agotadas las vías pacíficas, se sumían en la desesperación y la miseria. Buscando a toda costa el evitar ensangrentar el suelo mexicano con sangre hermana, el EZLN se vio obligado a llamar la atención nuevamente de la Nación sobre las graves condiciones de vida indígena mexicana, especialmente de aquellos que se suponían que ya habían recibido el apoyo gubernamental y, sin embargo, siguen arrastrando la miseria que heredan, año con año, desde hace más de 5 siglos. Con la ofensiva de diciembre de 1994, el EZLN buscó mostrar, a México y al mundo, su orgullosa esencia indígena y lo irresoluble de la situación social local si no se acompaña de cambios profundos en las relaciones políticas, económicas y sociales en todo el país.

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización.

Hoy lo repetimos: NUESTRA LUCHA ES NACIONAL.

Se nos ha criticado que los zapatistas pedimos mucho, que debemos conformarnos con las limosnas que nos ofreció el mal gobierno. Aquel que está dispuesto a morir por una causa justa y legítima, tiene derecho a pedirlo todo. Los zapatistas estamos dispuestos a ofrendar lo único que tenemos, la vida, para exigir democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos.

Hoy reafirmamos: ¡PARA TODOS TODO, NADA PARA NOSOTROS!

Al finalizar el año de 1994 explotó la farsa económica con que el salinismo había engañado a la Nación y a la comunidad internacional. La patria del dinero llamó a su seno a los grandes señores del poder y la soberbia, y ellos no dudaron en traicionar el suelo y el cielo en el que lucraban con la sangre mexicana. La crisis económica despertó a los mexicanos del dulce y embrutecedor sueño del ingreso al primer mundo. La pesadilla de desempleo, carestía y miseria será ahora más aguda para la mayoría de los mexicanos.

Este año que termina, 1994, acabó de mostrar el verdadero rostro del sistema brutal que nos domina. El programa político, económico, social y represivo del neoliberalismo ha demostrado su ineficacia, su falsedad y la cruel injusticia que es su esencia. El neoliberalismo como doctrina y realidad debe ser arrojado, ya, al basurero de la historia nacional.

HERMANOS:

Hoy, en medio de esta crisis, es necesaria la acción decidida de todos los mexicanos honestos para lograr un cambio real y profundo en los destinos de la Nación.

Hoy, después de haber llamado primero a las armas y posteriormente a la lucha civil y pacífica, llamamos al pueblo de México a luchar **POR TODOS LOS MEDIOS, EN TODOS LOS NIVELES Y EN TODAS PARTES**, por la democracia, la libertad y la justicia, a través de esta...

TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA

en la que llamamos a todas las fuerzas sociales y políticas del país, a todos los mexicanos honestos, a todos aquellos que luchan por la democratización de la vida nacional, a la formación de un **MOVIMIENTO PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL** incluyendo a la Convención Nacional Democrática y a **TODAS** las fuerzas que, sin distinción de credo religioso, raza o ideología política, están en contra del sistema de partido de Estado. Este *Movimiento para la Liberación Nacional* luchará de común acuerdo, por todos los medios y en todos los niveles, por la instauración de un gobierno de transición, un nuevo constituyente, una nueva carta magna y la destrucción del sistema de partido de Estado. Llamamos a la Convención Nacional Democrática y al ciudadano Cuahtémoc Cárdenas Solórzano a encabezar este Movimiento para la Liberación Nacional, como frente amplio de oposición.

LLAMAMOS A LOS OBREROS DE LA REPÚBLICA, A LOS TRABAJADORES DEL CAMPO Y DE LA CIUDAD, A LOS COLONOS, A LOS MAESTROS Y ESTUDIANTES DE MÉXICO, A LAS MUJERES MEXICANAS, A LOS JÓVENES DE TODO EL PAÍS, A LOS ARTISTAS E INTELLECTUALES HONESTOS, A LOS RELIGIOSOS CONSECUENTES, A LOS MILITANTES DE BASE DE LAS DIFERENTES ORGANIZACIONES POLÍTICAS a que, en su medio y por las formas de lucha que consideren posibles y necesarias, luchen por el fin del sistema de partido de Estado

incorporándose a la *CONVENCIÓN NACIONAL DEMOCRÁTICA* si no tienen partido, y al *Movimiento para la Liberación Nacional* si militan en alguna de las fuerzas políticas de oposición.

Por lo tanto, en cumplimiento con el espíritu de esta TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, declaramos que:

Primero. Se le retira al gobierno federal la custodia de la Patria.

La Bandera de México, la ley suprema de la Nación, el Himno Mexicano y el Escudo Nacional estarán ahora bajo el cuidado de las fuerzas de la resistencia hasta que la legalidad, la legitimidad y la soberanía sean restauradas en todo el territorio nacional.

Segundo. Se declara válida la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos original, expedida el 5 de febrero de 1917, incorporando a ella Las Leyes Revolucionarias de 1993 y los Estatutos de Autonomía incluyente para las regiones indígenas, y se decreta el apego a ella hasta que se instaure el nuevo constituyente y se expida una nueva carta magna.

Tercero. Se llama a la lucha por el reconocimiento como «gobierno de transición a la democracia» al que se doten por sí mismas las distintas comunidades, organizaciones sociales y políticas, manteniendo el pacto federal acordado en la constitución de 1917, y se incluyan, sin importar credo religioso, clase social, ideología política, raza o sexo, en el *Movimiento para la Liberación Nacional*.

El EZLN apoyará a la población civil en la tarea de restaurar la legalidad, el orden, la legitimidad y la soberanía nacionales, y en la lucha por la formación e instauración de un gobierno nacional de transición a la democracia con las siguientes características:

1. Que liquide al sistema de partido de Estado y separe realmente al gobierno del PRI.
2. Que reforme la ley electoral en términos que garanticen: limpieza, credibilidad, equidad, participación ciudadana no partidaria y no gubernamental, reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales, y que convoque a nuevas elecciones generales en la federación.
3. Que convoque a un constituyente para la creación de una nueva constitución.
4. Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía.
5. Que vuelva a orientar el programa económico nacional, haciendo a un lado el disimulo y la mentira, y favoreciendo a los sectores más desposeídos del país, los obreros y campesinos, que son los principales productores de la riqueza que otros se apropian.

HERMANOS:

La paz vendrá de la mano de la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos. No puede nuestro paso encontrar la paz justa que nuestros muertos reclaman si es a costa de nuestra dignidad mexicana. La tierra no tiene reposo y camina en nuestros corazones. La burla a nuestros muertos pide luchar para lavar su pena. Resistiremos. El oprobio y la soberbia serán derrotados.

Como con Benito Juárez frente a la intervención francesa, la Patria marcha ahora de lado de las fuerzas patriotas, contra las fuerzas antidemocráticas y autoritarias. Hoy decimos:

¡La Patria vive! ¡Y es nuestra!

¡Democracia!

¡Libertad!

¡Justicia!

Desde las montañas del Sureste Mexicano
CCRI-CG del EZLN

México, Enero de 1995

Cuarta Declaración de la Selva Lacandona

Hoy decimos:

¡Aquí estamos!

¡Somos la dignidad rebelde, el corazón olvidado de la patria!

1o. de enero de 1996.

"Todos aquellos pueblos, todos esos que trabajan la tierra, a los que nosotros invitamos que se reúnan a nuestro lado y nosotros daremos la vida a una sola lucha, para que nosotros andemos con ayuda de vosotros.

Que sigamos luchando y no descansemos y propiedad nuestra será la tierra, propiedad de gentes, la que fue de nuestros abuelitos, y que dedos de patas de piedra que machacan nos ha arrebatado, a la sombra de aquellos que han pasado, que mucho mandan: que nosotros juntos pongamos en alto, con la mano en sitio elevado y con la fuerza de nuestro corazón, ese hermoso que se toma para ser visto, se dice estandarte de nuestra dignidad y nuestra libertad de nosotros trabajadores de la tierra; que sigamos luchando y vencamos a aquellos que de nuevo se han encumbrado, de los que ayudan a los que han quitado tierra a otros, de los que para sí gran dinero hacen con el trabajo de los que son como nosotros, y de aquellos burladores en las haciendas, ése es nuestro deber de honra, si nosotros queremos que nos llamen hombres de buena vida, y bien en verdad buenos habitantes del pueblo.

Ahora pues, de algún modo, más que nunca, se necesita que todos andemos unidos, con todo nuestro corazón, y con todo nuestro empeño, en ese gran trabajo de la unificación maravillosa, bien verdadera, de aquellos que empezaron la lucha, que guardan en su corazón puros esos principios y no pierden la fe de la vida buena.

Nosotros rogamos a aquel a cuya mano se acerque este manifiesto que lo haga pasar a todos los hombres de esos pueblos.

"Reforma, Libertad, Justicia y Ley.

El General en Jefe del Ejército Libertador del Sur

Emiliano Zapata.

(Manifiesto zapatista en náhuatl).

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

No morirá la flor de la palabra. Podrá morir el rostro oculto de quien la nombra hoy, pero la palabra que vino desde el fondo de la historia y de la tierra ya no podrá ser arrancada por la soberbia del poder.

Nosotros nacimos de la noche. En ella vivimos. Moriremos en ella. Pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día, para

quienes es regalo la muerte, para quienes está prohibida la vida. Para todos la luz. Para todos todo. Para nosotros el dolor y la angustia, para nosotros la alegre rebeldía, para nosotros el futuro negado, para nosotros la dignidad insurrecta. Para nosotros nada.

Nuestra lucha es por hacernos escuchar, y el mal gobierno grita soberbia y tapa con cañones sus oídos.

Nuestra lucha es por el hambre, y el mal gobierno regala plomo y papel a los estómagos de nuestros hijos.

Nuestra lucha es por un techo digno, y el mal gobierno destruye nuestra casa y nuestra historia.

Nuestra lucha es por el saber, y el mal gobierno reparte ignorancia y desprecio.

Nuestra lucha es por la tierra, y el mal gobierno ofrece cementerios.

Nuestra lucha es por un trabajo justo y digno, y el mal gobierno compra y vende cuerpos y vergenzas.

Nuestra lucha es por la vida, y el mal gobierno oferta muerte como futuro.

Nuestra lucha es por el respeto a nuestro derecho a gobernar y gobernarnos, y el mal gobierno impone a los más la ley de los menos.

Nuestra lucha es por la libertad para el pensamiento y el caminar, y el mal gobierno pone cárceles y tumbas.

Nuestra lucha es por la justicia, y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos.

Nuestra lucha es por la historia, y el mal gobierno propone olvido.

Nuestra lucha es por la Patria, y el mal gobierno sueña con la bandera y la lengua extranjeras.

Nuestra lucha es por la paz, y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción.

Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independencia, democracia, libertad, justicia y paz. Estas fueron nuestras banderas en la madrugada de 1994. Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigencias.

Nuestra sangre y la palabra nuestra encendieron un fuego pequeñito en la montaña y lo caminamos rumbo a la casa del poder y del dinero. Hermanos y hermanas de otras razas y otras lenguas, de otro color y mismo corazón, protegieron nuestra luz y en ella bebieron sus respectivos fuegos.

Vino el poderoso a apagarnos con su fuerte soplido, pero nuestra luz se creció en otras luces. Sueña el rico con apagar la luz primera. Es inútil, hay ya muchas luces y todas son primeras.

Quiere el soberbio apagar una rebeldía que su ignorancia ubica en el amanecer de 1994. Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se nació ahora. Antes habló

con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia. Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco, totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocintleco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahíta, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú. Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos.

Por trabajar nos matan, por vivir nos matan. No hay lugar para nosotros en el mundo del poder. Por luchar nos matarán, pero así nos haremos un mundo donde nos quepamos todos y todos nos vivamos sin muerte en la palabra. Nos quieren quitar la tierra para que ya no tenga suelo nuestro paso. Nos quieren quitar la historia para que en el olvido se muera nuestra palabra. No nos quieren indios. Muertos nos quieren.

Para el poderoso nuestro silencio fue su deseo. Callando nos moríamos, sin palabra no existíamos. Luchamos para hablar contra el olvido, contra la muerte, por la memoria y por la vida. Luchamos por el miedo a morir la muerte del olvido.

Hablando en su corazón indio, la Patria sigue digna y con memoria.

I

Hermanos:

El día 1o. de enero de 1995, después de romper el cerco militar con el que el mal gobierno pretendía sumirnos en el olvido y rendirnos, llamamos a las distintas fuerzas y ciudadanos a construir un amplio frente opositor que uniera las voluntades democráticas en contra del sistema de partido de Estado: el Movimiento para la Liberación Nacional. Aunque al inicio este esfuerzo de unidad opositora encontró no pocos problemas, siguió adelante en los pensamientos de los hombres y mujeres que no se conforman con ver su Patria entregada a las decisiones del poder y el dinero extranjeros. El amplio frente opositor, después de seguir una ruta llena de dificultades, incomprensiones y retrocesos, está por concretar sus primeros planteamientos y acuerdos de acción conjunta. El largo proceso de maduración de este esfuerzo organizativo habrá de hacerse pleno en el año que inicia. Nosotros los zapatistas saludamos el nacimiento del Movimiento para la Liberación Nacional y deseamos que entre quienes formen parte de él exista siempre el afán de unidad y el respeto a las diferencias.

Iniciado el diálogo con el supremo gobierno, el compromiso del EZLN en la búsqueda de una solución política a la guerra iniciada en 1994 se vio traicionado. Fingiendo voluntad de diálogo, el mal gobierno optó cobardemente por la solución militar y, con argumentos torpes y estúpidos, desató una gran persecución policiaca y militar que tenía como objetivo supremo el asesinato de la dirigencia del EZLN. Las fuerzas armadas rebeldes del EZLN resistieron con serenidad el golpe de decenas de miles de soldados que, con asesoría extranjera y toda la moderna maquinaria de muerte que poseen, pretendió ahogar el grito de dignidad que salía desde las montañas del Sureste Mexicano. Un repliegue ordenado permitió a las fuerzas zapatistas conservar su poder militar, su autoridad moral, su fuerza política y la razón histórica que es su principal arma en contra del crimen hecho gobierno. Las grandes movilizaciones de la sociedad civil nacional e internacional pararon la ofensiva traidora y

obligaron al gobierno a insistir en la vía del diálogo y la negociación. Decenas de civiles inocentes fueron tomados presos por el mal gobierno y todavía permanecen en las cárceles en calidad de rehenes de los terroristas que nos gobiernan. Las fuerzas federales no tuvieron más victoria militar que la destrucción de una biblioteca, un salón de actos culturales, una pista de baile y el saqueo de las pocas pertenencias de los indígenas de la selva Lacandona. El intento de asesinato fue cubierto por la mentira gubernamental con la mascarada de la "recuperación de la soberanía nacional".

Olvidando el artículo 39 de la Constitución que juró cumplir el 1o. de diciembre de 1994, el supremo gobierno redujo al Ejército Federal Mexicano a la categoría de ejército de ocupación, le asignó la tarea de salvaguarda del crimen organizado hecho gobierno, y quiso enfrentarlo a sus hermanos mexicanos.

Mientras tanto, la verdadera pérdida de la soberanía nacional se concretaba en los pactos secretos y públicos del gabinete económico con los dueños de los dineros y los gobiernos extranjeros. Hoy, mientras decenas de miles de soldados federales agreden y hostigan a un pueblo armado de fusiles de palo y palabra digna, los altos gobernantes terminan de vender las riquezas de la gran nación mexicana y acaban de destruir lo poco que aún queda en pie.

Apenas iniciado el diálogo al que lo obligó la sociedad civil nacional e internacional, la delegación gubernamental tuvo oportunidad de mostrar claramente sus verdaderas intenciones en la negociación de la paz. Los neo-conquistadores de los indígenas que encabezan el equipo negociador del gobierno se distinguen por una actitud prepotente, soberbia, racista y humillante que llevó de fracaso en fracaso las distintas reuniones del Diálogo de San Andrés. Apostando al cansancio y al desgaste de los zapatistas, la delegación gubernamental puso todo su empeño en conseguir la ruptura del diálogo, confiada en que tendría así argumentos para recurrir a la fuerza y así conseguir lo que por razón le era imposible.

Viendo que el gobierno rehuía un enfoque serio del conflicto nacional que representaba la guerra, el EZLN tomó una iniciativa de paz que destrabara el diálogo y la negociación. Llamando a la sociedad civil a un diálogo nacional e internacional en la búsqueda de una paz nueva, el EZLN convocó a la Consulta por la Paz y la Democracia para escuchar el pensamiento nacional e internacional sobre sus demandas y su futuro.

Con la entusiasta participación de los miembros de la Convención Nacional Democrática, la entrega desinteresada de miles de ciudadanos sin organización pero con deseos democráticos, la movilización de los comités de solidaridad internacionales y los grupos de jóvenes, y la irreprochable ayuda de los hermanos y hermanas de Alianza Cívica Nacional, durante los meses de agosto y septiembre de 1995 se llevó a cabo un ejercicio ciudadano que no tiene precedente en la historia mundial: una sociedad civil y pacífica dialogando con un grupo armado y clandestino. Más de un millón 300 mil diálogos se realizaron para hacer verdad este encuentro de voluntades democráticas. Como resultado de esta consulta, la legitimidad de las demandas zapatistas fue ratificada, se dio un nuevo impulso al amplio frente opositor que se encontraba estancado y se expresó claramente el deseo de ver a los zapatistas participando en la vida política civil del país. La gran participación de la sociedad civil internacional llamó la atención sobre la necesidad de construir los espacios de encuentro entre las voluntades de cambio democrático que existen en los distintos países. El EZLN tomó con seriedad los resultados de este diálogo nacional e internacional e inició los trabajos políticos y organizativos para caminar de acuerdo con esas señales.

Tres nuevas iniciativas fueron lanzadas por los zapatistas como respuesta al éxito de la Consulta por la Paz y la Democracia. Una iniciativa para el ámbito internacional llamó a realizar un encuentro intercontinental en contra del neoliberalismo. Dos iniciativas son de carácter nacional: la formación de comités civiles de diálogo como base de discusión de los principales problemas nacionales y germen de una nueva fuerza política no partidaria; y la construcción de nuevos *Aguascalientes* como lugares de encuentro entre la sociedad civil y el zapatismo.

Tres meses después de estas tres iniciativas está por concretarse la convocatoria para el encuentro intercontinental por la humanidad y contra el neoliberalismo, más de 200 comités civiles de diálogo se han formado en toda la República Mexicana y, el día de hoy, se inauguran cinco nuevos *Aguascalientes*: uno en la comunidad de La Garrucha, otro en Oventic, uno más en Morelia, otro en La Realidad, y el último y primero en el corazón de todos los hombres y mujeres honestos que hay en el mundo.

En medio de amenazas y penurias, las comunidades indígenas zapatistas y la sociedad civil lograron levantar estos centros de resistencia civil y pacífica que serán lugar de resguardo de la cultura mexicana y mundial.

El Nuevo Diálogo Nacional tuvo una primera prueba con motivo de la mesa 1 del Diálogo de San Andrés. Mientras el gobierno descubría su ignorancia respecto de los habitantes originales de estas tierras, los asesores e invitados del EZLN echaron a andar un diálogo tan rico y nuevo que rebasó inmediatamente la estrechez de la mesa de San Andrés y se ubicó en su verdadero lugar: la nación. Los indígenas mexicanos, los siempre obligados a escuchar, a obedecer, a aceptar, a resignarse, tomaron la palabra y hablaron la sabiduría que anda en sus pasos. La imagen del indio ignorante, pusilánime y ridículo, la imagen que el poder había decretado para consumo nacional, se hizo pedazos y el orgullo y la dignidad indígenas volvieron a la historia para tomar el lugar que les corresponde: el de ciudadanos completos y cabales.

Independientemente de lo que resulte de la primera negociación de acuerdos en San Andrés, el diálogo iniciado por las distintas etnias y sus representantes seguirá adelante ahora en el Foro Nacional Indígena, y tendrá su ritmo y los alcances que los propios indígenas acuerden y decidan. En el escenario político nacional el redescubrimiento de la criminalidad salinista volvió a sacudir el sistema de partido de Estado. Los apologistas de las contrarreformas salinistas sufrieron amnesia y ahora son los más entusiastas perseguidores de aquel bajo cuya sombra se enriquecieron. El Partido Acción Nacional, el más fiel aliado de Carlos Salinas de Gortari, empezó a mostrar sus posibilidades reales de relevar al Partido Revolucionario Institucional en la cumbre del poder político y a enseñar su vocación represiva, intolerante y reaccionaria. Quienes ven con esperanza el ascenso del neopanismo olvidan que el relevo de una dictadura no significa democracia, y aplauden la nueva inquisición que, con careta democrática, habrá de sancionar con golpes y moralina los últimos estertores de un país que fue asombro mundial y hoy es referencia de crónicas policíacas y escándalos. Las constantes en el ejercicio de gobierno fueron la represión y la impunidad; las masacres de indígenas en Guerrero, Oaxaca y la Huasteca ratifican la política gubernamental frente a los indígenas; el autoritarismo en la UNAM frente al movimiento de los CCH demuestra la ruta de corrupción que va de la academia a la política; la detención de dirigentes de El Barzón es una muestra más de la traición como método de diálogo; las bestialidades del regente Espinosa ensayan el fascismo callejero en la ciudad de México; las reformas a la Ley del Seguro Social reiteran la democratización de la miseria y el apoyo a la banca privatizada asegura la vocación de unidad

entre poder y dinero; los crímenes políticos son irresolubles porque provienen de quien dice perseguirlos; la crisis económica hace más insultante la corrupción en las esferas gubernamentales. Gobierno y crimen, hoy, son sinónimos y equivalentes.

Mientras la verdadera oposición se afana en encontrar el centro en una nación moribunda, amplias capas de la población refuerzan su escepticismo frente a los partidos políticos y buscan, sin encontrarla todavía, una opción de quehacer político nuevo, una organización política de nuevo tipo.

Como una estrella, la heroica y digna resistencia de las comunidades indígenas zapatistas iluminó el año de 1995 y escribió una hermosa lección en la historia mexicana. En Tepoztlán, en los trabajadores de Sutura-100, en El Barzón, por mencionar algunos lugares y movimientos, la resistencia popular encontró dignos representantes.

En resumen, el año de 1995 se caracterizó por la definición de dos proyectos de nación completamente distintos y contradictorios.

Por un lado el proyecto de país que tiene el poder, un proyecto que implica la destrucción total de la nación mexicana; la negación de su historia; la entrega de su soberanía; la traición y el crimen como valores supremos; la hipocresía y el engaño como método de gobierno; la desestabilización y la inseguridad como programa nacional, y la represión y la intolerancia como plan de desarrollo. Este proyecto encuentra en el PRI su cara criminal y en el PAN su mascarada democrática. Por el otro lado, el proyecto de la transición a la democracia, no una transición pactada con el poder que simule un cambio para que todo siga igual, sino la transición a la democracia como el proyecto de reconstrucción del país; la defensa de la soberanía nacional; la justicia y la esperanza como anhelos; la verdad y el mandar obedeciendo como guía de jefatura; la estabilidad y la seguridad que dan la democracia y la libertad; el diálogo, la tolerancia y la inclusión como nueva forma de hacer política.

Este proyecto está por hacerse y corresponderá, no a una fuerza política hegemónica o a la genialidad de un individuo, sino a un amplio movimiento opositor que recoja los sentimientos de la nación. Estamos en medio de una gran guerra que ha sacudido al México de finales del siglo XX. La guerra entre quienes pretenden la perpetuación de un régimen social, cultural y político que equivale al delito de traición a la patria, y los que luchan por un cambio democrático, libre y justo. La guerra zapatista es sólo una parte de esa gran guerra que es la lucha entre la memoria que aspira a futuro y el olvido con vocación extranjera.

Una nueva sociedad plural, tolerante, incluyente, democrática, justa y libre sólo es posible, hoy, en una patria nueva. No será el poder el constructor. El poder hoy es sólo el agente de ventas de los escombros de un país destruido por los verdaderos subversivos y desestabilizadores: los gobernantes.

Los proyectos de oposición independiente tenemos una carencia que, hoy, se hace más decisiva: nos oponemos a un proyecto de país que implica su destrucción, pero carecemos de una propuesta de nueva nación, una propuesta de reconstrucción. Parte, y no el todo ni su vanguardia, ha sido y es el EZLN en el esfuerzo por la transición a la democracia. A pesar de las persecuciones y amenazas, por encima de los engaños y las mentiras, legítimo y consecuente, el EZLN sigue adelante en su lucha por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos.

Hoy, la lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México es un lucha por la liberación nacional.

II

Hoy, con el corazón de Emiliano Zapata y habiendo escuchado la voz de nuestros hermanos todos, llamamos al pueblo de México a participar en una nueva etapa de la lucha por la liberación nacional y la construcción de una patria nueva, a través de esta...

Cuarta Declaración de la Selva Lacandona

en la que llamamos a todos los hombres y mujeres honestos a participar en la nueva fuerza política nacional que hoy nace: el

Frente Zapatista de Liberación Nacional

organización civil y pacífica, independiente y democrática, mexicana y nacional, que lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México. El Frente Zapatista de Liberación Nacional nace hoy e invitamos para que participen en él a los obreros de la República, a los trabajadores del campo y de la ciudad, a los indígenas, a los colonos, a los maestros y estudiantes, a las mujeres mexicanas, a los jóvenes de todo el país, a los artistas e intelectuales honestos, a los religiosos consecuentes, a todos los ciudadanos mexicanos que queremos no el poder sino la democracia, la libertad y la justicia para nosotros y nuestros hijos.

Invitamos a la sociedad civil nacional, a los sin partido, al movimiento social y ciudadano, a todos los mexicanos a construir una nueva fuerza política. Una nueva fuerza política que sea nacional. Una nueva fuerza política con base en el EZLN.

Una nueva fuerza política que forme parte de un amplio movimiento opositor, el Movimiento para la Liberación Nacional, como lugar de acción política ciudadana donde confluyen otras fuerzas políticas de oposición independiente, espacio de encuentro de voluntades y coordinador de acciones unitarias.

Una fuerza política cuyos integrantes no desempeñen ni aspiren a desempeñar cargos de elección popular o puestos gubernamentales en cualquiera de sus niveles. Una fuerza política que no aspire a la toma del poder. Una fuerza que no sea un partido político.

Una fuerza política que pueda organizar las demandas y propuestas de los ciudadanos para que el que mande, mande obedeciendo. Una fuerza política que pueda organizar la solución de los problemas colectivos aún sin la intervención de los partidos políticos y del gobierno. No necesitamos pedir permiso para ser libres. La función de gobierno es prerrogativa de la sociedad y es su derecho ejercer esa función. Una fuerza política que luche en contra de la concentración de la riqueza en pocas manos y en contra de la centralización del poder. Una fuerza política cuyos integrantes no tengan más privilegio que la satisfacción del deber cumplido.

Una fuerza política con organización local, estatal y regional que crezca desde la base, desde su sustento social. Una fuerza política nacida de los comités civiles de diálogo.

Una fuerza política que se llama Frente porque trata de incorporar esfuerzos organizativos no partidistas, tiene muchos niveles de participación y muchas formas de lucha.

Una fuerza política que se llama Zapatista porque nace con la esperanza y el corazón indígena que, junto al EZLN, volvieron a bajar de las montañas mexicanas.

Una fuerza política que se llama De Liberación Nacional porque su lucha es por la libertad de todos los mexicanos y en todo el país.

Una fuerza política con un programa de lucha de 13 puntos, los de la *Primera Declaración de la Selva Lacandona* enriquecidos a lo largo de dos años de insurgencia. Una fuerza política que luche contra el sistema de partido de Estado. Una fuerza política que luche por la democracia en todo y no sólo en lo electoral. Una fuerza política que luche por un nuevo constituyente y una nueva Constitución. Una fuerza política que luche porque en todas partes haya justicia, libertad y democracia. Una fuerza política que no luche por la toma del poder político sino por la democracia de que el que mande, mande obedeciendo.

Llamamos a todos los hombres y mujeres de México, a los indígenas y a los no indígenas, a todas las razas que forman la nación; a quienes estén de acuerdo en luchar por techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, información, cultura, independencia, democracia, justicia, libertad y paz; a quienes entienden que el sistema de partido de Estado es el principal obstáculo para el tránsito a la democracia en México; a quienes saben que democracia no quiere decir alternancia del poder sino gobierno del pueblo, para el pueblo y por el pueblo; a quienes estén de acuerdo con que se haga una nueva Carta Magna que incorpore las principales demandas del pueblo mexicano y las garantías de que se cumpla el artículo 39 mediante las figuras de plebiscito y referéndum; a quienes no aspiran o pretenden ejercer cargos públicos o puestos de elección popular; a quienes tienen el corazón, la voluntad y el pensamiento en el lado izquierdo del pecho; a quienes quieren dejar de ser espectadores y están dispuestos a no tener ni pago ni privilegio alguno como no sea el participar en la reconstrucción nacional; a quienes quieren construir algo nuevo y bueno, para que formen el Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Aquellos ciudadanos sin partido, aquellas organizaciones sociales y políticas, aquellos comités civiles de diálogo, movimientos y grupos, todos los que no aspiren a la toma del poder y que suscriban esta *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona* se comprometen a participar en el diálogo para acordar la estructura orgánica, el plan de acción y la declaración de principios del Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Con la unidad organizada de los zapatistas civiles y los combatientes zapatistas en el Frente Zapatista de Liberación Nacional, la lucha iniciada el 1o. de enero de 1994 entrará en una nueva etapa. El EZLN no desaparece, pero su esfuerzo más importante irá por la lucha política. En su tiempo y condiciones, el EZLN participará directamente en la formación del Frente Zapatista de Liberación Nacional.

Hoy, 1o. de enero de 1996, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional firma esta *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona*. Invitamos al pueblo de México a que lo suscriba.

III

Hermanos:

Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas.

En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanezcan todos.

Hablamos la unidad incluso cuando callamos. Bajito y lloviendo nos hablamos las palabras que encuentran la unidad que nos abraza en la historia y para desechar el olvido que nos enfrenta y destruye.

Nuestra palabra, nuestro canto y nuestro grito, es para que ya no mueran más los muertos. Para que vivan luchamos, para que vivan cantamos.

Vive la palabra. Vive el Ya basta! Vive la noche que se hace mañana. Vive nuestro digno caminar junto a los todos que lloran. Para destruir el reloj de muerte del poderoso luchamos. Para un nuevo tiempo de vida luchamos.

La flor de la palabra no muere, aunque en silencio caminen nuestros pasos. En silencio se siembra la palabra. Para que florezca a gritos se calla. La palabra se hace soldado para no morir en el olvido. Para vivir se muere la palabra, sembrada para siempre en el vientre del mundo. Naciendo y viviendo nos morimos. Siempre viviremos. Al olvido sólo regresarán quienes rinden su historia.

Aquí estamos. No nos rendimos. Zapata vive y, a pesar de todo, la lucha sigue.

Desde las montañas del Sureste Mexicano.

*Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del
Ejército Zapatista de Liberación Nacional.*

México, enero de 1996.

V DECLARACION DE LA SELVA LACANDONA

Hoy decimos: ¡Aquí estamos! ¡Resistimos!

*"Nosotros somos los vengadores de la muerte.
Nuestra estirpe no se extinguirá mientras
haya luz en el lucero de la mañana"*

Popol Vuh

Hermanos y hermanas.

No es nuestra la casa del dolor y la miseria. Así nos la ha pintado el que nos roba y engaña.
No es nuestra la tierra de la muerte y la angustia.
No es nuestro el camino de la guerra.
No es nuestra la traición ni tiene cabida en nuestro paso el olvido.
No son nuestros el suelo vacío y el hueco cielo.

Nuestra es la casa de la luz y la alegría. Así la nacimos, así la luchamos, así la creceremos.
Nuestra es la tierra de la vida y la esperanza.
Nuestro el camino de la paz que se siembra con dignidad y se cosecha con justicia y libertad.

I. La resistencia y el silencio

Hermanos y hermanas.

Nosotros entendemos que la lucha por el lugar que merecemos y necesitamos en la gran Nación mexicana, es sólo una parte de la gran lucha de todos por la democracia, la libertad y la justicia, pero es parte fundamental y necesaria. Una y otra vez, desde el inicio de nuestro alzamiento el 1 de enero de 1994, hemos llamado a todo el pueblo de México a luchar juntos y por todos los medios, por los derechos que nos niegan los poderosos. Una y otra vez, desde que nos vimos y hablamos con todos ustedes, hemos insistido en el diálogo y el encuentro como camino para andarnos. Desde hace más de cuatro años nunca la guerra ha venido de nuestro lado. Desde entonces siempre la guerra ha venido en la boca y los pasos de los supremos gobiernos. De ahí han venido las mentiras, las muertes, las miserias.

Consecuentes con el camino que ustedes nos pidieron andar, dialogamos con el poderoso y llegamos a acuerdos que significarían el inicio de la paz en nuestras tierras, la justicia a los indígenas de México y la esperanza a todos los hombres y mujeres honestos del país.

Estos acuerdos, los Acuerdos de San Andrés, no fueron producto de la voluntad única de nosotros, ni nacieron solos. A San Andrés llegaron representantes de todos los pueblos indios de México, ahí estuvo su voz representada y planteadas sus demandas. Estuvo brillando su lucha que es lección y camino, habló su palabra y su corazón definió.

No estuvieron solos los zapatistas en San Andrés y sus acuerdos. Junto y detrás de los pueblos indios del país estuvieron y están los zapatistas. Como ahora, entonces sólo fuimos parte pequeña de la gran historia con rostro, palabra y corazón del *náhuatl*, *paipai*, *kiliwa*, *cúcapa*, *cochimi*, *kumiai*, *yuma*, *seri*, *chontal*, *chinanteco*, *pame*, *chichimeca*, *otomí*, *mazahua*, *matlazinca*, *ocuilteco*, *zapoteco*, *solteco*, *chatino*, *papabuco*, *mixteco*, *cuicateco*, *triqui*, *amuzgo*, *mazateco*, *chocho*, *izcateco*, *huave*, *tlapaneco*, *totonaca*, *tepehua*, *popoluca*, *mixe*,

zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocintleco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahita, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú.

Como entonces, hoy seguimos caminando junto a todos los pueblos indios en la lucha por el reconocimiento de sus derechos. No como vanguardia ni dirección, sólo como parte.

Nosotros cumplimos nuestra palabra de buscar la solución pacífica.

Pero el supremo gobierno faltó a su palabra e incumplió el primer acuerdo fundamental al que habíamos llegado: el reconocimiento de los derechos indígenas.

A la paz que ofrecíamos, el gobierno opuso la guerra de su empeñamiento.

Desde entonces, la guerra en contra nuestra y de todos los pueblos indios ha seguido.

Desde entonces, las mentiras han crecido.

Desde entonces se ha engañado al país y al mundo enteros simulando la paz y haciendo la guerra contra todos los indígenas.

Desde entonces se ha tratado de olvidar el incumplimiento de la palabra gubernamental y se ha querido ocultar la traición que gobierna las tierras mexicanas.

II. Contra la guerra, no otra guerra sino la misma resistencia digna y silenciosa

Mientras el gobierno descubría a México y al mundo su voluntad de muerte y destrucción, los zapatistas no respondimos con violencia ni entramos a la siniestra competencia para ver quién causaba más muertes y dolores a la otra parte.

Mientras el gobierno amontonaba palabras huecas y se apresuraba a discutir con un rival que se le escabullía continuamente, los zapatistas hicimos del silencio un arma de lucha que no conocía y contra la que nada pudo hacer, y contra nuestro silencio se estrellaron una y otra vez las punzantes mentiras, las balas, las bombas, los golpes. Así como después de los combates de enero de 94 descubrimos en la palabra un arma, ahora lo hicimos con el silencio. Mientras el gobierno ofreció a todos la amenaza, la muerte y la destrucción, nosotros pudimos aprendernos y enseñarnos y enseñar otra forma de lucha, y que, con la razón, la verdad y la historia, se puede pelear y ganar... callando.

Mientras el gobierno repartía sobornos y mentía apoyos económicos para comprar lealtades y quebrar convicciones, los zapatistas hicimos de nuestro digno rechazo a las limosnas del poderoso un muro que nos protegió y más fuertes nos hizo.

Mientras el gobierno mostraba señuelos con riquezas corruptas e imponía el hambre para rendir y vencer, los zapatistas hicimos de nuestra hambre un alimento y de nuestra pobreza la riqueza del que se sabe digno y consecuente.

Silencio, dignidad y resistencia fueron nuestras fortalezas y nuestras mejores armas. Con ellas combatimos y derrotamos a un enemigo poderoso pero falto de razón y justicia en su causa. De nuestra experiencia y de la larga y luminosa historia de lucha indígena que nos heredaron

nuestros antepasados, los habitantes primeros de estas tierras, retomamos estas armas y convertimos en soldados nuestros silencios, la dignidad en luz, y en muralla nuestra resistencia.

No obstante que, en el tiempo que duró este nuestro estar callado, nos mantuvimos sin participar directamente en los principales problemas nacionales con nuestra posición y propuestas; aunque el silencio nuestro le permitió al poderoso nacer y crecer rumores y mentiras sobre divisiones y rupturas internas en los zapatistas, y trató de vestirnos con el traje de la intolerancia, la intransigencia, la debilidad y la claudicación; pese a que algunos se desanimaron por la falta de nuestra palabra y que otros aprovecharon su ausencia para simular ser voceros nuestros, a pesar de estos dolores y también por ellos, grandes fueron los pasos que adelante nos anduvimos y vimos.

Vimos que ya no pudieron mantener callados a nuestros muertos, muertos hablaron los muertos nuestros, muertos acusaron, muertos gritaron, muertos se vivieron de nuevo. Ya no morirán jamás los muertos nuestros. Estos muertos nuestros siempre nuestros y siempre de los todos que se luchan.

Vimos a decenas de los nuestros enfrentarse con manos y uñas contra miles de armas modernas, los vimos caer presos, los vimos levantarse dignos y dignos resistir. Vimos a miembros de la sociedad civil caer presos por estar cerca de los indígenas y por creer que la paz tiene que ver con el arte, la educación y el respeto. Les vimos, ya moreno su corazón de lucha y ya hermanos nuestros los vimos.

Vimos a la guerra venir de arriba con su estruendo y vimos que pensaron que responderíamos y ellos harían el absurdo de convertir nuestras respuestas en argumentos para aumentar su crimen. Y trajo la guerra el gobierno y no obtuvo respuesta alguna, pero su crimen siguió. Nuestro silencio desnudó al poderoso y lo mostró tal y como es: una bestia criminal. Vimos que nuestro silencio evitó que la muerte y la destrucción crecieran. Así se desenmascararon los asesinos que se esconden tras los ropajes de lo que ellos llaman el "estado de derecho". Arrancado el velo tras el que se escondían, aparecieron los tibios y pusilánimes, los que juegan con la muerte por ganancias, los que ven en la sangre ajena una escalera, los que matan porque al matador aplauden y solapan. Y el que gobierna se despojó de su último e hipócrita ropaje. "La guerra no es contra los indígenas", dijo mientras perseguía, encarcelaba y asesinaba indígenas. Su propia y personal guerra lo acusó de asesino mientras nuestro silencio lo acusaba.

Vimos al poderoso gobierno irritarse al no encontrar ni rival ni rendición, lo vimos entonces volverse contra otros y golpear a los que no tienen el mismo camino que nosotros pero levantan idénticas banderas: líderes indígenas honestos, organizaciones sociales independientes, mediadores, organismos no gubernamentales consecuentes, observadores internacionales, ciudadanos cualquiera que quieren la paz. Vimos a todos estos hermanos y hermanas ser golpeados y los vimos no rendirse. Vimos al gobierno pegar a todos y, queriendo fuerzas restar, sumar enemigos lo vimos.

Vimos también que el gobierno no es uno ni es unánime la vocación de muerte que su jefe luce. Vimos que dentro tiene gente que quiere la paz, que la entiende, que necesaria la ve, que la mira imprescindible. Callados nosotros, vimos que otras voces dentro de la máquina de guerra hablaron para decir no a su camino.

Vimos al poderoso desconocer su propia palabra y mandar a los legisladores una propuesta de ley que no resuelve las demandas de los más primeros de estas tierras, que la paz aleja, y que defrauda las esperanzas de una solución justa que acabe con la guerra. Lo vimos sentarse a la mesa del dinero y ahí anunciar su traición y buscar el apoyo que los de abajo le niegan. Del dinero recibió el poderoso aplausos, oro, y la orden de acabar con los que hablan montañas. "Que mueran los que tengan que morir, miles si es necesario, pero que se acabe ese problema", así habló el dinero al oído del que dice que gobierna. Vimos que esa propuesta incumplía con lo ya reconocido, con nuestro derecho a gobernar y a gobernarnos como parte de esta Nación.

Vimos que esa propuesta nos quiere romper en pedazos, nos quiere quitar nuestra historia, nos quiere borrar la memoria, y olvida la voluntad de todos los pueblos indios que se hizo colectiva en San Andrés. Vimos que esa propuesta trae la división y la ruptura de la mano, destruye puentes y borra esperanzas.

Vimos que a nuestro silencio se sumó la voluntad de gentes y personas buenas que, en los partidos políticos, levantaron voz y fuerza organizada en contra de la mentira, y así parar se pudo la injusticia y la simulación que se pretendían como ley constitucional de derechos indios y no era mas que ley para la guerra.

Vimos que, callando, mejor podíamos escuchar voces y vientos de abajo, y no sólo la ruda voz de la guerra de arriba.

Vimos que callando nosotros, el gobierno sepultó la legitimidad que dan la voluntad de paz y la razón como ruta y paso. El hueco de nuestra palabra ausente señaló la vacía y estéril palabra del que mandando manda, y se convencieron otros que no nos escuchaban y que con desconfianza nos miraban. Así, en muchos se afirmó la necesidad de la paz con la justicia y la dignidad como apellidos.

Vimos a esos todos que son los otros como nosotros, buscarse y buscar otras formas para que la paz volviera al terreno de las posibles esperanzas, construir y lanzar iniciativas los vimos, los vimos crecerse. Los vimos llegar hasta nuestras comunidades con ayuda haciéndonos saber que no estamos solos. Los vimos protestar marchando, firmando cartas, desplegados, pintando, cantando, escribiendo, llegando hasta nosotros. Los vimos también proponer diálogo con ellos, el verdadero, no el que se simula por la voluntad del poderoso. Vimos también que algunos fueron descalificados por la intolerancia de quienes más tolerantes ser debieran.

Vimos a otros que antes no vimos. Vimos que la lucha por la paz sumó ella, y no nosotros, a gentes nuevas y buenas, hombres y mujeres que, pudiendo optar por el cinismo y la apatía, eligieron el compromiso y la movilización.

A todos en silencio vimos, en silencio saludamos nosotros a los que buscaron y abrieron puertas, y en silencio les construimos esta respuesta.

Vimos a hombres y mujeres nacidos en otros suelos sumarse a la lucha por la paz. Vimos a unos desde sus propios países tender el largo puente del "no están solos", los vimos movilizarse y repetir el "¡Ya basta!", primero los vimos imaginar y realizar reclamos de justicia, marchar como quien canta, escribir como quien grita, hablar como quien marcha. Vimos todos esos destellos rebotar en los cielos y llegar a nuestras tierras con todos los

nombres con los que José se nombra, con los rostros de los todos que en todos los mundos lugar para todos quieren.

Vimos a otros cruzar el largo puente y, desde sus suelos, llegar hasta los nuestros después de saltar fronteras y océanos, para observar y condenar la guerra. Los vimos llegar hasta nosotros para hacernos saber que no estamos solos. Los vimos ser perseguidos y hostigados como nosotros. Los vimos ser golpeados como nosotros. Los vimos ser calumniados como nosotros lo somos. Los vimos resistir como nosotros. Los vimos quedarse aunque los fueran. Los vimos en sus suelos hablando lo que miraron sus ojos y mostrar lo que escucharon sus oídos. Seguir luchando los vimos.

Vimos que callando, más fuerte habló la resistencia de nuestros pueblos en contra del engaño y la violencia.

Vimos que en silencio también nos hablamos como lo que realmente somos no como el que trae la guerra, sino como el que busca la paz, no como el que su voluntad impone, sino como el que un lugar donde quepan todos anhela, no como el que está solo y simula muchedumbre a su lado, sino como el que es todos aun en la silenciosa soledad del que resiste.

Vimos que nuestro silencio fue escudo y espada que hirió y desgastó al que la guerra quiere y guerra impone. Vimos que nuestro silencio hizo resbalar una y otra vez a un poder que simula paz y buen gobierno, y que su poderosa máquina de muerte una y otra vez se estrelló contra el silencioso muro de nuestra resistencia. Vimos que en cada nuevo ataque menos ganaba y más perdía. Vimos que no peleando peleábamos.

Y vimos que la voluntad de paz también callando se afirma, se muestra y convence.

III.- San Andrés: una ley nacional para todos los indígenas y una ley para la paz.

Una ley indígena nacional debe responder a las esperanzas de los pueblos indios de todo el país. En San Andrés estuvieron representados los indígenas de México y no sólo los zapatistas. Los acuerdos firmados lo son con todos los pueblos indios, y no sólo con los zapatistas. Para nosotros, y para millones de indígenas y no indígenas mexicanos, una ley que no cumpla con San Andrés es sólo una simulación, es una puerta a la guerra y un precedente para rebeliones indígenas que, en el futuro, vendrán a cobrar la factura que la historia presenta regularmente a las mentiras.

Una reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. Ninguna legislación que pretenda encoger a los pueblos indios al limitar sus derechos a las comunidades, promoviendo así la fragmentación y la dispersión que hagan posible su aniquilamiento, podrá asegurar la paz y la inclusión en la Nación de los más primeros de los mexicanos. Cualquier reforma que pretenda romper los lazos de solidaridad históricos y culturales que hay entre los indígenas, está condenada al fracaso y es, simplemente, una injusticia y una negación histórica.

Aunque no incorpora todos los Acuerdos de San Andrés (una prueba más de que no fuimos intransigentes, aceptamos la labor de la coadyuvancia y la respetamos), la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación es una propuesta de ley que nace del proceso de negociación y, por tanto, está en el espíritu de darle continuidad y razón de ser al diálogo, es una base firme que puede abrir la solución pacífica del conflicto, se convierte en una importante ayuda para anular la guerra y preceder a la paz. La llamada "ley Cocopa" se elabora sobre la base de lo que produjeron los pueblos indios desde abajo, reconoce un problema y sienta las bases para solucionarlo, refleja otra forma de hacer política, la que aspira a hacerse democrática, responde a una demanda nacional de paz, une a sectores sociales y permite seguir adelante en la agenda de los grandes problemas nacionales. Por eso hoy ratificamos que apoyamos la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación y demandamos que se eleve a rango constitucional.

IV.- El diálogo y la negociación, posibles si son verdaderos.

Sobre el diálogo y la negociación decimos que tienen tres grandes enemigos que deben ser derrotados para poder constituirse en camino viable, eficaz y creíble. Estos enemigos son la ausencia de mediación, la guerra y el incumplimiento de los acuerdos. Y la falta de una mediación, la guerra y el incumplimiento de la palabra son responsabilidad del gobierno.

La mediación en la negociación de un conflicto es imprescindible, sin ella no es posible que exista un diálogo entre dos partes enfrentadas. Al destruir con su guerra a la Comisión Nacional de Intermediación, el gobierno destruyó el único puente que había para el diálogo, se deshizo de un importante obstáculo a la violencia y provocó el surgimiento de una interrogante: ¿mediación nacional o internacional?

El diálogo y la negociación tendrán pertinencia, viabilidad y eficacia cuando, además de contar con una mediación, la confianza y la credibilidad se restituyan. Mientras tanto, sólo puede ser una farsa en la que no estamos dispuestos a participar. No para eso entramos al diálogo. Entramos para buscar vías pacíficas, no para ganar tiempo apostando a trapacerías políticas. No podemos ser cómplices de una simulación.

Tampoco podemos ser cínicos y fingir un diálogo sólo para evitar la persecución, el encarcelamiento y el asesinato de nuestros dirigentes. Las banderas zapatistas no nacieron con nuestros jefes, no morirán con ellos. Si nuestros dirigentes son asesinados o encarcelados, no podrán decir que fue por ser inconsecuentes o traidores.

No nos alzamos y nos hicimos rebeldes por creernos más fuertes y poderosos. Nos levantamos en demanda de democracia, libertad y justicia porque tenemos la razón y la dignidad de la historia de nuestro lado. Y con esto en las manos y en el pecho, es imposible quedarse impávido frente a las injusticias, traiciones y mentiras que en nuestro país son ya un "estilo de gobierno".

La razón siempre ha sido un arma de resistencia frente a la estupidez que ahora, pero no por mucho tiempo, aparece tan arrolladora y omnipotente. Estemos o no estemos los zapatistas, la paz con justicia y dignidad es un derecho por cuyo cumplimiento seguirán luchando los mexicanos honestos, indígenas y no indígenas.

V.- Resistimos, seguimos.

Hermanos y hermanas:

El EZLN ha logrado sobrevivir como organización a una de las ofensivas más feroces que en su contra se han desatado. Conserva intacta su capacidad militar, ha expandido su base social y se ha fortalecido políticamente al evidenciarse la justeza de sus demandas. Se ha reforzado el carácter indígena del EZLN, y sigue siendo un importante impulsor de la lucha por los derechos de los pueblos indios. Los indígenas son hoy actores nacionales y sus destinos y planteamientos forman parte de la discusión nacional. La palabra de los habitantes primeros de estas tierras tiene ya un lugar especial en la opinión pública, lo indígena ya no es turismo o artesanía, sino lucha en contra de la pobreza y por la dignidad. Los zapatistas hemos tendido un puente con otras organizaciones sociales y políticas, y con miles de personas sin partido, de todas hemos recibido respeto y a todas hemos correspondido. Además hemos, junto a otros, tendido puentes a todo el mundo y hemos contribuido a crear (al lado de hombres y mujeres de los 5 continentes) una gran red que lucha por medios pacíficos en contra del neoliberalismo y resiste luchando por un mundo nuevo y mejor. También hemos contribuido en algo en el nacimiento de un movimiento cultural nuevo y fresco que lucha por un hombre y un mundo nuevos.

Todo esto ha sido posible gracias a nuestros compañeros y compañeras bases de apoyo, sobre ellos y ellas ha recaído el peso mayor de nuestra lucha y la han enfrentado con firmeza, decisión y heroísmo. Importante también ha sido el apoyo de los pueblos indios de todo el país, de nuestros hermanos indígenas que nos han enseñado, nos han escuchado y nos han hablado. La sociedad civil nacional ha sido el factor fundamental para que las justas demandas de los zapatistas y de los indígenas de todo el país continúen por el camino de las movilizaciones pacíficas. La sociedad civil internacional ha sido sensible y ha tenido oídos y ojos atentos para que la respuesta a las exigencias no sean más muertes o prisiones. Las organizaciones políticas y sociales independientes nos han aceptado como hermanos y así nuestra resistencia se llenó de aliento. Todos nos han ayudado para resistir a la guerra, nadie para hacerla.

Hoy, con todos los que caminan dentro nuestro y a nuestro lado, decimos: ¡Aquí estamos! ¡Resistimos!

A pesar de la guerra que padecemos, de nuestros muertos y presos, los zapatistas no olvidamos por qué luchamos y cuál es nuestra principal bandera en la lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México: la del reconocimiento de los derechos de los pueblos indios.

Por el compromiso hecho desde el primer día de nuestro alzamiento, hoy volvemos a poner en primer lugar, por encima de nuestro sufrimiento, por encima de nuestros problemas, por encima de las dificultades, la exigencia de que se reconozcan los derechos de los indígenas con un cambio en la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos que les asegure a todos el respeto y la posibilidad de luchar por lo que les pertenece: la tierra, el techo, el trabajo, el pan, la medicina, la educación, la democracia, la justicia, la libertad, la independencia nacional y la paz digna.

VI.- Es la hora de los pueblos indios, de la sociedad civil y del Congreso de la Unión.

Hermanos y hermanas:

Habló ya la guerra su estridente ruido de muerte y destrucción.

Habló ya el gobierno y su máscara criminal.

Es el tiempo de que florezcan de nuevo en palabras las silenciosas armas que llevamos por siglos, es el tiempo de que hable la paz, es el tiempo de la palabra por la vida.

Es nuestro tiempo.

Hoy, con el corazón indígena que es digna raíz de la nación mexicana y habiendo escuchado ya todos la voz de muerte que viene en la guerra del gobierno, llamamos al Pueblo de México y a los hombres y mujeres de todo el planeta a unir con nosotros sus pasos y sus fuerzas en esta etapa de la lucha por la libertad, la democracia y la justicia, a través de esta...

Quinta Declaración de la Selva Lacandona.

En la que llamamos a todos los hombres y mujeres honestos a luchar por el...

RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDIOS Y POR EL FIN DE LA GUERRA DE EXTERMINIO.

No habrá transición a la democracia, ni reforma del Estado, ni solución real a los principales problemas de la agenda nacional, sin los pueblos indios. Con los indígenas es necesario y posible un país mejor y nuevo. Sin ellos no hay futuro alguno como Nación.

Es esta la hora de los pueblos indios de todo México. Los llamamos para que, juntos, sigamos luchando por los derechos que la historia, la razón y la verdad nos han dado. Los llamamos para que, juntos y recogiendo la herencia de lucha y resistencia, nos movilizemos en todo el país y le hagamos saber a todos, por medios civiles y pacíficos, que somos la raíz de la Nación, su fundamento digno, su presente de lucha, su futuro incluyente. Los llamamos para que, juntos, luchemos por un lugar de respeto al lado de todos los mexicanos. Los llamamos para que, juntos, demostremos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos. Los llamamos a exigir el ser reconocidos como parte digna de nuestra Nación. Los llamamos para que, juntos, detengamos la guerra que en contra de todos hacen los poderosos.

Es esta la hora de la Sociedad Civil Nacional y de las organizaciones políticas y sociales independientes. Es la hora de los campesinos, de los obreros, de los maestros, de los estudiantes, de los profesionistas, de los religiosos y religiosas consecuentes, de los periodistas, de los colonos, de los pequeños comerciantes, de los deudores, de los artistas, de los intelectuales, de los discapacitados, de los seropositivos, de los homosexuales, de las lesbianas, de los hombres, de las mujeres, de los niños, de los jóvenes, de los ancianos, de los sindicatos, de las cooperativas, de las agrupaciones campesinas, de las organizaciones políticas, de las organizaciones sociales. Las llamamos a que, junto a los pueblos indios y a nosotros, luchemos contra la guerra y por el reconocimiento de los derechos indígenas, por la transición a la democracia, por un modelo económico que sirva al pueblo y no se sirva de él, por una sociedad tolerante e incluyente, por el respeto a la diferencia, por un país nuevo donde la paz con justicia y dignidad sea para todos.

Es esta la hora del Congreso de la Unión. Después de una larga lucha por la democracia, encabezada por los partidos políticos de oposición, hay en las cámaras de Diputados y

Senadores una nueva correlación de fuerzas que dificulta las arbitrariedades propias del presidencialismo y apunta, con esperanza, a una verdadera separación e independencia de los poderes de la Unión. La nueva composición política de las cámaras baja y alta plantea el reto de dignificar el trabajo legislativo, la expectativa de convertirlo en un espacio al servicio de la Nación y no del presidente en torno, y la esperanza de hacer realidad el "Honorable" que antecede al nombre colectivo con que se conoce a senadores y diputados federales. Llamamos a los diputados y senadores de la República de todos los partidos políticos con registro y a los congresistas independientes, a que legislen en beneficio de todos los mexicanos. A que manden obedeciendo. A que cumplan con su deber apoyando la paz y no la guerra. A que, haciendo efectiva la división de Poderes, obliguen al Ejecutivo federal a detener la guerra de exterminio que lleva adelante en las poblaciones indígenas de México. A que, con pleno respeto a las prerrogativas que la Constitución Política les confiere, escuchen la voz del pueblo mexicano y sea ella la que los mande en el momento de legislar. A que apoyen con firmeza y plenitud a la Comisión de Concordia y Pacificación, para que esta comisión legislativa pueda desempeñar eficaz y eficientemente sus labores de coadyuvancia en el proceso de paz. A que respondan al llamado histórico que exige pleno reconocimiento a los derechos de los pueblos indios. A que contribuyan a crear una imagen internacional digna de nuestro país. A que pasen a la historia nacional como un Congreso que dejó de obedecer y servir a uno, y cumplió con su obligación de obedecer y servir a todos.

Es esta la hora de la Comisión de Concordia y Pacificación. Está en sus manos y habilidades el detener la guerra, cumplir lo que el Ejecutivo se niega a cumplir, abrir la esperanza de una paz justa y digna, y crear las condiciones para la convivencia pacífica de todos los mexicanos. Es la hora de hacer cumplir lealmente la ley dictada para el diálogo y la negociación en Chiapas. Es la hora de responder a la confianza que en esta Comisión depositaron, no sólo los pueblos indios que acudieron a la mesa de San Andrés, también el pueblo todo que exige el cumplimiento de la palabra empeñada, el alto a la guerra y la paz necesaria.

Esta es la hora de la lucha por los derechos de los pueblos indios, como un paso a la democracia, la libertad y la justicia para todos.

Como parte de esta lucha a la que llamamos en esta *Quinta Declaración de la Selva Lacandona* por el reconocimiento de los derechos indígenas y por el fin de la guerra, ratificando nuestro "Para todos todo, nada para nosotros", el EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACION NACIONAL anuncia que realizará directamente y en todo México una...

CONSULTA NACIONAL SOBRE LA INICIATIVA DE LEY INDIGENA DE LA COMISION DE CONCORDIA Y PACIFICACION Y POR EL FIN DE LA GUERRA DE EXTERMINIO.

Para esto nos proponemos llevar la iniciativa de ley de la Comisión de Concordia y Pacificación a una consulta nacional en todos los municipios del país para que todos los mexicanos y mexicanas puedan manifestar su opinión sobre dicha iniciativa. El EZLN enviará una delegación propia a cada uno de los municipios de todo el país para explicar el contenido de la iniciativa de Cocopa y para participar en la realización de la consulta. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a la sociedad civil nacional y a las organizaciones políticas y sociales para hacerles saber la convocatoria expresa.

Llamamos a:

Los pueblos indios de todo México a que, junto a los zapatistas, se movilicen y se manifiesten exigiendo el reconocimiento de sus derechos en la Constitución.

Los hermanos y hermanas del Congreso Nacional Indígenas para que participen, juntos los zapatistas, en la tarea de consulta a todos los mexicanos y mexicanas sobre la iniciativa de ley de la Cocopa.

A los trabajadores, campesinos, maestros, estudiantes, ama de casa, colonos, pequeños propietarios, pequeños comerciantes y empresarios, jubilados, discapacitados, religiosos y religiosas, jóvenes, mujeres, ancianos, homosexuales y lesbianas, niños y niñas, para que, de manera individual o colectiva participen directamente con los zapatistas en la promoción, apoyo y realización de esta consulta, como un paso más a la paz con justicia y dignidad.

A la comunidad científica, artística e intelectual para que se sumen a los zapatistas en las tareas de organización de la consulta en todo el territorio nacional.

A las organizaciones sociales y políticas para que, con los zapatistas, trabajen en la realización de la consulta.

A los Partidos Políticos honestos y comprometidos con las causas populares para que otorguen todo el apoyo necesario a esta consulta nacional. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a las direcciones nacionales de los partidos políticos en México.

Al Congreso de la Unión para que asuma su compromiso de legislar en beneficio del pueblo, para que contribuya a la paz y no a la guerra apoyando la realización de esta consulta. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a los coordinadores de las fracciones parlamentarios y a los legisladores independientes en las cámaras de Diputados y Senadores.

A la Comisión de Concordia y Pacificación para que, cumpliendo con sus labores de coadyuvancia en el proceso de paz, allane el camino para la realización de la consulta sobre su iniciativa. Para esto, el EZLN se dirigirá, en su oportunidad y públicamente, a los legisladores miembros de la Cocopa.

VII.- Tiempo de la palabra para la paz.

Hermanos y hermanas:

Ha pasado ya el tiempo en que la guerra del poderoso habló, no dejemos que hable más.

Es ya el tiempo de que hable la paz, la que merecemos y necesitamos todos, la paz con justicia y dignidad.

Hoy, 19 de julio de 1998, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional suscribe esta Quinta Declaración de la Selva Lacandona. Invitamos a todos a conocerla, difundirla y a sumarse a los esfuerzos y tareas que demanda.

¡DEMOCRACIA!
¡LIBERTAD!
¡JUSTICIA!

Desde las montañas del Sureste Mexicano

Subcomandante Insurgente Marcos

Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General
del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

México, Julio de 1998.

Sexta Declaración de la Selva Lacandona

**EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.
MÉXICO.**

SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.

Ésta es nuestra palabra sencilla que busca tocar el corazón de la gente humilde y simple como nosotros, pero, también como nosotros, digna y rebelde. Ésta es nuestra palabra sencilla para contar de lo que ha sido nuestro paso y en donde estamos ahora, para explicar cómo vemos el mundo y nuestro país, para decir lo que pensamos hacer y cómo pensamos hacerlo, y para invitar a otras personas a que se caminan con nosotros en algo muy grande que se llama México y algo más grande que se llama mundo. Esta es nuestra palabra sencilla para dar cuenta a todos los corazones que son honestos y nobles, de lo que queremos en México y el mundo. Ésta es nuestra palabra sencilla, porque es nuestra idea el llamar a quienes son como nosotros y unirnos a ellos, en todas partes donde viven y luchan.

I.- DE LO QUE SOMOS.

Nosotros somos los zapatistas del EZLN, aunque también nos dicen “neo zapatistas”. Bueno, pues nosotros los zapatistas del EZLN nos levantamos en armas en enero de 1994 porque vimos que ya está bueno de tantas maldades que hacen los poderosos, que sólo nos humillan, nos roban, nos encarcelan y nos matan, y nada que nadie dice ni hace nada. Por eso nosotros dijimos que “¡Ya Basta!”, o sea que ya no vamos a permitir que nos hacen menos y nos traten peor que como animales. Y entonces, también dijimos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos, aunque más bien nos concentramos en los pueblos indios. Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo.

Y entonces nuestra pequeña historia es que nos cansamos de la explotación que nos hacían los poderosos y pues nos organizamos para defendernos y para luchar por la justicia. Al principio no somos muchos, apenas unos cuantos andamos de un lado a otro, hablando y escuchando a otras personas como nosotros. Eso hicimos muchos años y lo hicimos en secreto, o sea sin hacer bulla. O sea que juntamos nuestra fuerza en silencio. Tardamos como 10 años así, y ya luego pues nos crecimos y pues ya éramos muchos miles. Entonces nos preparamos bien con la política y las armas y de repente, cuando los ricos están echando fiesta de año nuevo, pues les caímos en sus ciudades y ahí nomás las tomamos, y les dejamos dicho a todos que aquí estamos, que nos tienen que tomar en cuenta. Y entonces pues que los ricos se dieron su buena espantada y nos mandaron a sus grandes ejércitos para acabarnos, como de por sí hacen siempre que los explotados se rebelan, que los mandan acabar a todos. Pero nada que nos acabaron, porque nosotros nos preparamos muy bien antes de la guerra y nos hicimos fuertes en nuestras montañas. Y ahí andaban los ejércitos buscándonos y echándonos sus bombas y balas, y ya estaban haciendo sus planes de que de una vez matan a todos los indígenas porque bien no saben quién es zapatista y quién no es. Y nosotros corriendo y combatiendo, combatiendo y corriendo, como de por sí hicieron nuestros antepasados. Sin entregarnos, sin rendimos, sin derrotarnos.

Y entonces que la gente de las ciudades se sale a las calles y empieza con su gritadera de que se pare la guerra. Y entonces pues nos paramos nuestra guerra y lo escuchamos a esos hermanos y hermanas de la ciudad, que nos dicen que tratemos de llegar a un arreglo, o sea un acuerdo con los malos gobiernos para que se soluciona el problema sin matazón. Y pues nosotros lo hicimos caso a la gente, porque esa gente es como decimos “el pueblo”, o sea el pueblo mexicano. Así que hicimos a un lado el fuego y sacamos la palabra.

Y resulta que los gobiernos dijeron que sí se van a estar bien portados y van a dialogar y van a hacer acuerdos y los van a cumplir. Y nosotros dijimos que está bueno, pero también pensamos que está bueno que conocemos a esa gente que se salió a las calles para parar la guerra. Entonces, mientras estamos dialogando con los malos gobiernos, pues también lo hablamos a esas personas y vimos que la mayoría era gente humilde y sencilla como nosotros, y ambos entendemos bien por qué luchamos, o sea ellos y nosotros. Y a esa gente la llamamos “sociedad civil” porque la mayoría no era de los partidos políticos, sino que era gente así común y corriente, como nosotros, gente sencilla y humilde.

Pero resulta que los malos gobiernos no querían un buen arreglo, sino que nomás era su maña de que vamos a hablar y hacer acuerdo, y estaban preparando sus ataques para eliminarnos de una vez. Y entonces pues varias veces nos atacaron, pero no nos vencieron porque nos resistimos bien y mucha gente en todo el mundo se movilizó. Y entonces los malos gobiernos se pensaron que el problema es que mucha gente está viendo lo que pasa con el EZLN, y empezó su plan de hacer como si no pasa nada. Y mientras, pues bien que nos rodea, o sea que nos pone un cerco, y espera que, como de por sí nuestras montañas están retiradas, pues la gente se olvide porque está lejos la tierra zapatista. Y cada tanto los malos gobiernos prueban y nos tratan de engañar o nos atacan, como en febrero de 1995 que nos aventó una gran cantidad de ejércitos pero no nos derrotó. Porque, como luego dicen, no estábamos solos y mucha gente nos apoyó y nos resistimos bien.

Y pues ya los malos gobiernos tuvieron que hacer acuerdos con el EZLN y esos acuerdos se llaman “Acuerdos de San Andrés” porque “San Andrés” se llama el municipio donde se firmaron esos acuerdos. Y en esos diálogos no estábamos solitos nosotros hablando con los del mal gobierno, sino que invitamos a mucha gente y organizaciones que estaban o están en la lucha por los pueblos indios de México, y todos decían su palabra y todos sacábamos acuerdo de cómo vamos a decir con los malos gobiernos. Y así fue ese diálogo, que no sólo estaban los zapatistas por un lado y los gobiernos por el otro, sino que con los zapatistas estaban los pueblos indios de México y los que los apoyan. Y entonces en esos acuerdos los malos gobiernos dijeron que sí van a reconocer los derechos de los pueblos indios de México y van a respetar su cultura, y todo lo van a hacer ley en la Constitución. Pero, ya luego que firmaron, los malos gobiernos se hicieron como que se les olvida y pasan muchos años y nada que se cumplen esos acuerdos. Al contrario, el gobierno atacó a los indígenas para hacerlos que se echan para atrás en la lucha, como el 22 de diciembre de 1997, fecha en la que el Zedillo mandó matar a 45 hombres, mujeres, ancianos y niños en el poblado de Chiapas que se llama ACTEAL. Este gran crimen no se olvida tan fácil y es una muestra de cómo los malos gobiernos no se tientan el corazón para atacar y asesinar a los que se rebelan contra las injusticias. Y mientras pasa todo eso, pues los zapatistas estamos dale y dale que se cumplan los acuerdos, y resistiendo en las montañas del sureste mexicano.

Y entonces empezamos a hablarnos con otros pueblos indios de México y sus organizaciones que tienen y lo hicimos un acuerdo con ellos que vamos a luchar juntos por lo mismo, o sea por el reconocimiento de los derechos y la cultura indígenas. Y bueno, pues también nos

apoyó mucha gente de todo el mundo y personas que son muy respetadas y que su palabra es muy grande porque son grandes intelectuales, artistas y científicos de México y de todo el mundo. Y también hicimos encuentros internacionales, o sea que nos juntamos a platicar con personas de América y de Asia y de Europa y de África y de Oceanía, y conocimos sus luchas y sus modos, y dijimos que son encuentros “intergalácticos” nomás por hacernos los chistositos y porque invitamos también a los de otros planetas pero parece que no llegaron, o tal vez sí llegaron pero no lo dijeron claro.

Pero como quiera los malos gobiernos no cumplían, y entonces pues hicimos un plan de hablar con muchos mexicanos para que nos apoyan. Y entonces pues primero hicimos, en 1997, una marcha a la Ciudad de México que se llamó “de los 1,111” porque iban un compañero o compañera por cada pueblo zapatista, pero el gobierno no hizo caso. Y luego, en 1999, hicimos una consulta en todo el país y ahí se miró que la mayoría sí está de acuerdo con las demandas de los pueblos indios, pero los malos gobiernos tampoco hicieron caso. Y ya por último, en 2001, hicimos la que se llamó la “marcha por la dignidad indígena” que tuvo mucho apoyo de millones de mexicanos y de otros países, y llegó hasta donde están los diputados y senadores, o sea el Congreso de la Unión, para exigir el reconocimiento de los indígenas mexicanos.

Pero resulta que no, que los políticos que son del partido PRI, el partido PAN y el partido PRD se pusieron de acuerdo entre ellos y nomás no reconocieron los derechos y la cultura indígenas. Eso fue en abril del 2001 y ahí los políticos demostraron claro que no tienen nada de decencia y son unos sinvergüenzas que sólo piensan en ganar sus buenos dineros como malos gobernantes que son. Esto hay que recordarlo porque ya van a ver ustedes que ahora van a decir que sí van a reconocer los derechos indígenas, pero es una mentira que echan para que votemos por ellos, pero ya tuvieron su oportunidad y no cumplieron.

Y entonces pues ahí lo vimos claro que de balde fueron el diálogo y la negociación con los malos gobiernos de México. O sea que no tiene caso que estamos hablando con los políticos porque ni su corazón ni su palabra están derechos, sino que están chuecos y echan mentiras de que sí cumplen, pero no. O sea que ese día que los políticos del PRI, PAN y PRD aprobaron una ley que no sirve, pues lo mataron de una vez al diálogo y claro dijeron que no importa lo que acuerdan y firman porque no tienen palabra. Y pues ya no hicimos ningún contacto con los poderes federales, porque entendimos que el diálogo y la negociación se habían fracasado por causa de esos partidos políticos. Vimos que no les importaron la sangre, la muerte, el sufrimiento, las movilizaciones, las consultas, los esfuerzos, los pronunciamientos nacionales e internacionales, los encuentros, los acuerdos, las firmas, los compromisos. Así que la clase política no sólo cerró, una vez más, la puerta a los pueblos indios; también le dio un golpe mortal a la solución pacífica, dialogada y negociada de la guerra. Y también ya no se puede creer que cumpla los acuerdos a los que llegue con cualquiera. Ahí lo vean para que saquen experiencia de lo que nos pasó.

Y entonces pues nosotros lo vimos todo eso y nos pensamos en nuestros corazones que qué vamos a hacer.
a

Y lo primero que vimos es que nuestro corazón ya no es igual que antes, cuando empezamos nuestra lucha, sino que es más grande porque ya tocamos el corazón de mucha gente buena. Y también vimos que nuestro corazón está como más lastimado, que sea más herido. Y no es que está herido por el engaño que nos hicieron los malos gobiernos, sino porque cuando tocamos los corazones de otros pues tocamos también sus dolores. O sea que como que nos vimos en un espejo.

II.- DE DONDE ESTAMOS AHORA.

Entonces, como zapatistas que somos, pensamos que no bastaba con dejar de dialogar con el gobierno, sino que era necesario seguir adelante en la lucha a pesar de esos parásitos haraganes de los políticos. El EZLN decidió entonces el cumplimiento, solo y por su lado (o sea que se dice “unilateral” porque sólo un lado), de los Acuerdos de San Andrés en lo de los derechos y la cultura indígenas. Durante 4 años, desde mediando el 2001 hasta mediando el 2005, nos hemos dedicado a esto, y a otras cosas que ya les vamos a decir.

Bueno, pues empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autónomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para gobernar y gobernarse, para hacerlos más fuertes. Este modo de gobierno autónomo no es inventado así nomás por el EZLN, sino que viene de varios siglos de resistencia indígena y de la propia experiencia zapatista, y es como el autogobierno de las comunidades. O sea que no es que viene alguien de afuera a gobernar, sino que los mismos pueblos deciden, de entre ellos, quién y cómo gobierna, y si no obedece pues lo quitan. O sea que si el que manda no obedece al pueblo, lo corretean, se sale de autoridad y entra otro.

Pero entonces vimos que los municipios autónomos no estaban parejos, sino que había unos que estaban más avanzados y tenían más apoyos de la sociedad civil, y otros estaban más abandonados. O sea que faltaba organizar para que fuera más parejo. Y también vimos que el EZLN con su parte político-militar se estaba metiendo en las decisiones que le tocaban a las autoridades democráticas, como quien dice “civiles”. Y aquí el problema es que la parte político-militar del EZLN no es democrática, porque es un ejército, y vimos que no está bien eso de que está arriba lo militar y abajo lo democrático, porque no debe de ser que lo que es democrático se decida militarmente, sino que debe ser al revés: o sea que arriba lo político democrático mandando y abajo lo militar obedeciendo. O tal vez es mejor que nada abajo sino que puro planito todo, sin militar, y por eso los zapatistas son soldados para que no haya soldados. Bueno, pero entonces, de este problema, lo que hicimos fue empezar a separar lo que es político-militar de lo que son las formas de organización autónomas y democráticas de las comunidades zapatistas. Y así, acciones y decisiones que antes hacía y tomaba el EZLN, pues se fueron pasando poco a poco a las autoridades elegidas democráticamente en los pueblos. Claro que se dice fácil, pero en la práctica cuesta mucho, porque son muchos años, primero de la preparación de la guerra y ya luego mero de la guerra, y se va haciendo costumbre de lo político-militar. Pero como quiera lo hicimos porque es nuestro modo que lo que decimos pues lo hacemos, porque si no, pues entonces para qué vamos a andar diciendo si luego no hacemos.

Así fue como se nacieron las Juntas de Buen Gobierno, en agosto de 2003, y con ellas se continuó con el autoaprendizaje y ejercicio del “mandar obedeciendo”.

Desde entonces y hasta la mitad de 2005, la dirección del EZLN ya no se metió a dar órdenes en los asuntos civiles, pero acompañó y apoyó a las autoridades elegidas democráticamente por los pueblos, y, además, vigiló que se informara bien a los pueblos y a la sociedad civil nacional e internacional de los apoyos recibidos y en qué se utilizaron. Y ahora estamos pasando el trabajo de vigilancia del buen gobierno a las bases de apoyo zapatistas, con cargos temporales que se rotan, de modo que todos y todas aprendan y realicen esa labor. Porque nosotros pensamos que un pueblo que no vigila a sus gobernantes, está condenado a ser esclavo, y nosotros peleamos por ser libres, no por cambiar de amo cada seis años.

El EZLN, durante estos 4 años, también le pasó a las Juntas de Buen Gobierno y a los Municipios Autónomos, los apoyos y contactos que, en todo México y el mundo, se lograron en estos años de guerra y resistencia. Además, en ese tiempo, el EZLN fue construyendo un apoyo económico y político que les permita a las comunidades zapatistas avanzar con menos dificultades en la construcción de su autonomía y en mejorar sus condiciones de vida. No es mucho, pero es muy superior a lo que se tenía antes del inicio del alzamiento, en enero de 1994. Si usted mira uno de esos estudios que hacen los gobiernos, va a ver que las únicas comunidades indígenas que mejoraron sus condiciones de vida, o sea su salud, educación, alimentación, vivienda, fueron las que están en territorio zapatista, que es como le decimos nosotros a donde están nuestros pueblos. Y todo eso ha sido posible por el avance de los pueblos zapatistas y el apoyo muy grande que se ha recibido de personas buenas y nobles, que les decimos “sociedades civiles”, y de sus organizaciones de todo el mundo. Como si todas esas personas hubieran hecho realidad eso de que “otro mundo es posible”, pero en los hechos, no en la pura habladera.

Y entonces los pueblos han tenido buenos avances. Ahora hay más compañeros y compañeras que están aprendiendo a ser gobierno. Y, aunque poco a poco, ya más mujeres se están entrando en estos trabajos, pero todavía sigue faltando respeto a las compañeras y que ellas participen más en los trabajos de la lucha. Y luego, también con las Juntas de Buen Gobierno, ha mejorado la coordinación entre los municipios autónomos y la solución de problemas con otras organizaciones y con las autoridades oficialistas. Y también se mejoró mucho en los proyectos en las comunidades, y es más parejo el reparto de proyectos y apoyos que da la sociedad civil de todo el mundo: se ha mejorado la salud y la educación aunque todavía falta un buen tanto para ser lo que debe de ser, igual con la vivienda y la alimentación, y en algunas zonas se ha mejorado mucho el problema de la tierra porque se repartieron las tierras recuperadas a los finqueros, pero hay zonas que siguen sufriendo por falta de tierras para cultivar. Y luego pues se mejoró mucho el apoyo de la sociedad civil nacional e internacional, porque antes cada quien iba para donde más le latía, y ahora las Juntas de Buen Gobierno las orientan a donde es más necesario. Y, por lo mismo, en todas partes hay más compañeros y compañeras que están aprendiendo a relacionarse con las personas de otras partes de México y del mundo, están aprendiendo a respetar y a exigir respeto, están aprendiendo que hay muchos mundos y que todos tienen su lugar, su tiempo y su modo, y así hay que respetarse mutuamente entre todos.

Bueno, pues nosotros los zapatistas del EZLN nos dedicamos ese tiempo a nuestra fuerza principal, o sea a los pueblos que nos apoyan. Y pues algo sí se ha mejorado la situación, o sea que no hay quien diga que de balde fue la organización y la lucha zapatistas, sino que, aunque nos acaben completamente, nuestra lucha sí sirvió de algo.

Pero no sólo se crecieron los pueblos zapatistas, sino que también se creció el EZLN. Porque lo que pasó en este tiempo es que nuevas generaciones renovaron toda nuestra organización. O sea que como que le metieron nueva fuerza. Los comandantes y comandantas, quienes estaban en su madurez en el inicio del alzamiento en 1994, tienen ahora la sabiduría de lo aprendido en la guerra y en el diálogo de 12 años con miles de hombres y mujeres de todo el mundo. Los miembros del CCRI, la dirección político-organizativa zapatista, ahora aconsejan y orientan a los nuevos que van entrando en nuestra lucha, y a los que van ocupando cargos de dirección. Ya tiene tiempo que los “comités” (que es como les decimos nosotros) han estado preparando toda una nueva generación de comandantes y comandantas que, después de un período de instrucción y prueba, empiezan a conocer los trabajos de mando organizativo y a desempeñarlos. Y pasa también que nuestros insurgentes, insurgentas, milicianos, milicianas,

responsables locales y regionales, así como las bases de apoyo, que eran jóvenes en el inicio del alzamiento, son ya hombres y mujeres maduros, veteranos combatientes y líderes naturales en sus unidades y comunidades. Y quienes eran niños en aquel enero de 94, son ya jóvenes que han crecido en la resistencia, y han sido formados en la digna rebeldía levantada por sus mayores en estos 12 años de guerra. Estos jóvenes tienen una formación política, técnica y cultural que no teníamos quienes iniciamos el movimiento zapatista. Esta juventud alimenta ahora, cada vez más, tanto nuestras tropas como los puestos de dirección en la organización. Y, bueno, todos nosotros hemos visto los engaños de la clase política mexicana y la destrucción que sus acciones provocan en nuestra patria. Y hemos visto las grandes injusticias y matanzas que hace la globalización neoliberal en todo el mundo. Pero de eso les decimos más luego.

Así el EZLN ha resistido 12 años de guerra, de ataques militares, políticos, ideológicos y económicos, de cerco, de hostigamiento, de persecución, y no nos han vencido, no nos hemos vendido ni rendido, y hemos avanzado. Más compañeros de muchas partes se han entrado en la lucha, así que, en lugar de que nos hacemos más débiles después de tantos años, nos hacemos más fuertes. Claro que hay problemas que se pueden resolver separando más lo político-militar de lo civil-democrático. Pero hay cosas, las más importantes, como son nuestras demandas por las que luchamos, que no se han logrado cabalmente.

Según nuestro pensamiento y lo que vemos en nuestro corazón, hemos llegado a un punto en que no podemos ir más allá y, además, es posible que perdamos todo lo que tenemos, si nos quedamos como estamos y no hacemos nada más para avanzar. O sea que llegó la hora de arriesgarse otra vez y dar un paso peligroso pero que vale la pena. Porque tal vez unidos con otros sectores sociales que tienen las mismas carencias que nosotros, será posible conseguir lo que necesitamos y merecemos. Un nuevo paso adelante en la lucha indígena sólo es posible si el indígena se junta con obreros, campesinos, estudiantes, maestros, empleados... o sea los trabajadores de la ciudad y el campo.

III.- DE CÓMO VEMOS EL MUNDO.

Ahora vamos a explicarles cómo es que vemos nosotros los zapatistas lo que pasa en el mundo. Pues vemos que el capitalismo es el que está más fuerte ahorita. El capitalismo es un sistema social, o sea una forma como en una sociedad están organizadas las cosas y las personas, y quien tiene y quien no tiene, y quien manda y quien obedece. En el capitalismo hay unos que tienen dinero o sea capital y fábricas y tiendas y campos y muchas cosas, y hay otros que no tienen nada sino que sólo tienen su fuerza y su conocimiento para trabajar; y en el capitalismo mandan los que tienen el dinero y las cosas, y obedecen los que nomás tienen su capacidad de trabajo.

Y entonces el capitalismo quiere decir que hay unos pocos que tienen grandes riquezas, pero no es que se sacaron un premio, o que se encontraron un tesoro, o que heredaron de un pariente, sino que esas riquezas las obtienen de explotar el trabajo de muchos. O sea que el capitalismo se basa en la explotación de los trabajadores, que quiere decir que como que exprimen a los trabajadores y les sacan todo lo que pueden de ganancias. Esto se hace con injusticias porque al trabajador no le pagan cabal lo que es su trabajo, sino que apenas le dan un salario para que coma un poco y se descansa un tantito, y al otro día vuelta a trabajar en el explotadero, que sea en el campo o en la ciudad.

Y también el capitalismo hace su riqueza con despojo, o sea con robo, porque les quita a otros lo que ambiciona, por ejemplo tierras y riquezas naturales. O sea que el capitalismo es un sistema donde los robadores están libres y son admirados y puestos como ejemplo.

Y, además de explotar y despojar, el capitalismo reprime porque encarcela y mata a los que se rebelan contra la injusticia.

Al capitalismo lo que más le interesa son las mercancías, porque cuando se compran y se venden dan ganancias. Y entonces el capitalismo todo lo convierte en mercancías, hace mercancías a las personas, a la naturaleza, a la cultura, a la historia, a la conciencia. Según el capitalismo, todo se tiene que poder comprar y vender. Y todo lo esconde detrás de las mercancías para que no vemos la explotación que hace. Y entonces las mercancías se compran y se venden en un mercado. Y resulta que el mercado, además de servir para comprar y vender, también sirve para esconder la explotación de los trabajadores. Por ejemplo, en el mercado vemos el café ya empaquetado, en su bolsita o frasco muy bonitillo, pero no vemos al campesino que sufrió para cosechar el café, y no vemos al coyote que le pagó muy barato su trabajo, y no vemos a los trabajadores en la gran empresa dale y dale para empaquetar el café. O vemos un aparato para escuchar música como cumbias, rancheras o corridos o según cada quien, y lo vemos que está muy bueno porque tiene buen sonido, pero no vemos a la obrera de la maquiladora que batalló muchas horas para pegar los cables y las partes del aparato, y apenas le pagaron una miseria de dinero, y ella vive retirado del trabajo y gasta un buen en el pasaje, y además corre peligro que la secuestran, la violan y la matan como pasa en Ciudad Juárez, en México.

O sea que en el mercado vemos mercancías, pero no vemos la explotación con las que se hicieron. Y entonces el capitalismo necesita muchos mercados... o un mercado muy grande, un mercado mundial.

Y entonces resulta que el capitalismo de ahora no es igual que antes, que están los ricos contentos explotando a los trabajadores en sus países, sino que ahora está en un paso que se llama Globalización Neoliberal. Esta globalización quiere decir que ya no sólo en un país dominan a los trabajadores o en varios, sino que los capitalistas tratan de dominar todo en todo el mundo. Y entonces al mundo, o sea al planeta Tierra, también se le dice que es el “globo terráqueo” y por eso se dice “globalización” o sea todo el mundo.

Y el neoliberalismo pues es la idea de que el capitalismo está libre para dominar todo el mundo y ni modos, pues hay que resignarse y conformarse y no hacer bulla, o sea no rebelarse. O sea que el neoliberalismo es como la teoría, el plan pues, de la globalización capitalista. Y el neoliberalismo tiene sus planes económicos, políticos, militares y culturales. En todos esos planes de lo que se trata es de dominar a todos, y el que no obedece pues lo reprimen o lo apartan para que no pasa sus ideas de rebelión a otros.

Entonces, en la globalización neoliberal, los grandes capitalistas que viven en los países que son poderosos, como Estados Unidos, quieren que todo el mundo se hace como una gran empresa donde se producen mercancías y como un gran mercado. Un mercado mundial, un mercado para comprar y vender todo lo del mundo y para esconder toda la explotación de todo el mundo. Entonces los capitalistas globalizados se meten a todos lados, o sea a todos los países, para hacer sus grandes negocios o sea sus grandes explotaciones. Y entonces no respetan nada y se meten como quiera. O sea que como que hacen una conquista de otros países. Por eso los zapatistas decimos que la globalización neoliberal es una guerra de

conquista de todo el mundo, una guerra mundial, una guerra que hace el capitalismo para dominar mundialmente. Y entonces esa conquista a veces es con ejércitos que invaden un país y a la fuerza lo conquistan. Pero a veces es con la economía, o sea que los grandes capitalistas meten su dinero en otro país o le prestan dinero, pero con la condición de que obedezca lo que ellos dicen. Y también se meten con sus ideas, o sea con la cultura capitalista que es la cultura de la mercancía, de la ganancia, del mercado.

Entonces el que hace la conquista, el capitalismo, hace como quiere, o sea que destruye y cambia lo que no le gusta y elimina lo que le estorba. Por ejemplo le estorban los que no producen ni compran ni venden las mercancías de la modernidad, o los que se rebelan a ese orden. Y a esos que no le sirven, pues los desprecia. Por eso los indígenas estorban a la globalización neoliberal y por eso los desprecian y los quieren eliminar. Y el capitalismo neoliberal también quita las leyes que no lo dejan hacer muchas explotaciones y tener muchas ganancias. Por ejemplo imponen que todo se pueda comprar y vender, y como el capitalismo tiene el dinero, pues lo compra todo. Entonces como que el capitalismo destruye a los países que conquista con la globalización neoliberal, pero también como que quiere volver a acomodar todo o hacerlo de nuevo pero a su modo, o sea de modo que lo beneficie y sin lo que le estorba. Entonces la globalización neoliberal, o sea la capitalista, destruye lo que hay en esos países, destruye su cultura, su idioma, su sistema económico, su sistema político, y también destruye los modos en que se relacionan los que viven en ese país. O sea que queda destruido todo lo que hace que un país sea un país.

Entonces la globalización neoliberal quiere destruir a las Naciones del mundo y que sólo queda una sola Nación o país, o sea el país del dinero, del capital. Y el capitalismo quiere entonces que todo sea como él quiere, o sea según su modo, y lo que es diferente pues no le gusta, y lo persigue, y lo ataca, o lo aparta en un rincón y hace como que no existe.

Entonces, como quien dice que resumiendo, el capitalismo de la globalización neoliberal se basa en la explotación, el despojo, el desprecio y la represión a los que no se dejan. O sea igual que antes, pero ahora globalizado, mundial.

Pero no es tan fácil para la globalización neoliberal, porque los explotados de cada país pues no se conforman y no dicen que ya ni modo, sino que se rebelan; y los que sobran y estorban pues se resisten y no se dejan ser eliminados. Y entonces por eso vemos que en todo el mundo los que están jodidos se hacen resistencias para no dejarse, o sea que se rebelan, y no sólo en un país sino que donde quiera abundan, o sea que, así como hay una globalización neoliberal, hay una globalización de la rebeldía.

Y en esta globalización de la rebeldía no sólo aparecen los trabajadores del campo y de la ciudad, sino que también aparecen otros y otras que mucho los persiguen y desprecian por lo mismo de que no se dejan dominar, como son las mujeres, los jóvenes, los indígenas, los homosexuales, lesbianas, transexuales, los migrantes, y muchos otros grupos que de por sí hay en todo el mundo pero que no vemos hasta que gritan que ya basta de que los desprecien, y se levantan, y pues ya los vemos, y los oímos, y los aprendemos.

Y entonces nosotros vemos que todos esos grupos de gente están luchando contra el neoliberalismo, o sea contra el plan de la globalización capitalista, y están luchando por la humanidad.

Y todo esto que vemos nos produce gran asombro por ver la estupidez de los neoliberalistas que quieren destruir toda la humanidad con sus guerras y explotaciones, pero también nos produce gran contento ver que donde quiera salen resistencias y rebeldías, así como la nuestra que es un poco pequeña pero aquí estamos. Y vemos todo esto en todo mundo y ya nuestro corazón aprende que no estamos solos.

IV.- DE CÓMO VEMOS A NUESTRO PAÍS QUE ES MÉXICO.

Ahora les platicamos cómo vemos lo que está pasando en nuestro México. Bueno, pues lo que vemos es que nuestro país está gobernado por los neoliberalistas. O sea que, como ya explicamos, los gobernantes que tenemos están destruyendo lo que es nuestra Nación, nuestra Patria mexicana. Y su trabajo de estos malos gobernantes no es mirar por el bienestar del pueblo, sino que sólo están pendientes del bienestar de los capitalistas. Por ejemplo, hacen leyes como las del Tratado de Libre Comercio, que pasan a dejar en la miseria a muchos mexicanos, tanto campesinos y pequeños productores, porque son “comidos” por las grandes empresas agroindustriales; tanto como los obreros y pequeños empresarios porque no pueden competir con las grandes trasnacionales que se meten sin que nadie les diga nada y hasta les dan gracias, y ponen sus bajos salarios y sus altos precios. O sea que, como quien dice, algunas de las bases económicas de nuestro México, que eran el campo y la industria y el comercio nacionales, están bien destruidas y apenas quedan unos pocos escombros que seguro también van a vender.

Y éstas son grandes desgracias para nuestra Patria. Porque pues en el campo ya no se producen los alimentos, sino sólo lo que venden los grandes capitalistas, y las buenas tierras son robadas con mañas y con el apoyo de los políticos. O sea que en el campo está pasando igual que cuando el Porfirismo, nomás que, en lugar de hacendados, ahora son unas empresas extranjeras las que tienen al campesino bien jodido. Y donde antes había créditos y precios de protección, ahora sólo hay limosnas, ..y a veces ni eso.

En su lado del trabajador de la ciudad pues las fábricas cierran y se quedan sin trabajo, o se abren las que se llaman maquiladoras, que son del extranjero y que pagan una miseria por muchas horas de trabajo. Y entonces no importa el precio de los productos que necesita el pueblo porque, aunque está caro o barato, pues no hay la paga. Y si alguien se trabajaba en una pequeña o mediana empresa, pues ya no, porque se cerró y la compró una gran trasnacional. Y si alguien tenía un pequeño negocio, pues también se desapareció o se puso a trabajar clandestinamente para las grandes empresas que los explotan una barbaridad, y hasta ponen a trabajar a los niños y niñas. Y si el trabajador estaba en un su sindicato para demandar sus derechos legalmente, pues no, que ahora el mismo sindicato le dice que hay que apechugar que bajan el salario o la jornada de trabajo o quitan prestaciones, porque si no pues la empresa cierra y se va para otro país. Y luego pues está eso del “microchangarro”, que es como el programa económico del gobierno para que todos los trabajadores de la ciudad se pongan a vender chicles o tarjetas de teléfono en las esquinas. O sea que pura destrucción económica también en las ciudades.

Y entonces lo que pasa es que, como la economía del pueblo está bien jodida tanto en el campo como en la ciudad, pues muchos mexicanos y mexicanas tienen que dejar su Patria, o sea la tierra mexicana, e irse a buscar trabajo en otro país que es Estados Unidos y ahí no los tratan bien, sino que los explotan, los persiguen y los desprecian y hasta los matan.

Entonces en el neoliberalismo que nos imponen los malos gobiernos pues no ha mejorado la economía, al contrario, el campo está muy necesitado y en las ciudades no hay trabajo. Y lo que está pasando es que México se está convirtiendo nomás en donde nacen y un rato, y otro rato se mueren, los que trabajan para la riqueza de los extranjeros principalmente de los gringos ricos. Por eso decimos que México está dominado por Estados Unidos.

Bueno, pero no sólo pasa esto, sino que también el neoliberalismo cambió a la clase política de México, o sea a los políticos, porque los hizo como que son empleados de una tienda, que tienen que hacer todo lo posible por vender todo y bien barato. Ya ven que cambiaron las leyes para quitar el artículo 27 de la Constitución y se pudieran vender las tierras ejidales y comunales. Eso fue el Salinas de Gortari, y él y sus bandas dijeron que es por bien del campo y del campesino, y que así va a prosperar y a vivir mejor. ¿Acaso ha sido así? El campo mexicano está peor que nunca y los campesinos más jodidos que cuando Porfirio Díaz. Y también dijeron que van a privatizar, o sea a vender a los extranjeros, las empresas que tenía el Estado para apoyar el bienestar del pueblo. Que porque no funcionan bien y les falta modernizarse, y que mejor venderlas. Pero, en lugar de mejorar, los derechos sociales que se conquistaron en la revolución de 1910 son ahora como para dar lástima... y coraje. Y también dijeron que hay que abrir las fronteras para que entre todo el capital extranjero, que así se van a apurar los empresarios mexicanos y a hacer mejor las cosas. Pero ahora vemos que ya ni hay empresas nacionales, todo se lo comieron los extranjeros, y lo que venden está peor que lo que se hacía en México.

Y bueno, pues ahora también los políticos mexicanos lo quieren vender PEMEX o sea el petróleo que es de los mexicanos, y la única diferencia es que unos dicen que se vende todo y otros dicen que sólo se vende una parte. Y también quieren privatizar el seguro social, y la electricidad, y el agua, y los bosques, y todo, hasta que no quede nada de México y nuestro país sólo sea como un terreno baldío o un lugar para su diversión de los ricos de todo el mundo, y los mexicanos y mexicanas estemos como sus sirvientes, pendientes de qué se les ofrece, mal viviendo, sin raíces, sin cultura, sin Patria pues.

O sea que los neoliberalistas lo quieren matar a México, a nuestra patria mexicana. Y los partidos políticos electorales no nada más no defienden, sino que primero que nadie son los que se ponen al servicio de los extranjeros, principalmente de los de Estados Unidos, y son los que se encargan de engañarnos, haciéndonos que miramos para otro lado mientras venden todo y se quedan ellos con la paga. Todos los partidos políticos electorales que hay ahorita, no nomás unos. Piensen ustedes si algo han hecho bien y verán que no, que puras robaderas y transas. Y vean como los políticos electorales siempre tienen sus buenas casas y sus buenos carros y sus lujos. Y todavía quieren que les damos las gracias y que otra vuelta votamos por ellos. Y es que de plano, como luego dicen, no tienen madre. Y no la tienen porque de por sí no tienen Patria, sólo tienen cuentas bancarias.

Y también vemos que crece mucho el narcotráfico y los crímenes. Y a veces pensamos que los criminales son como los presentan en los corridos o las películas, y tal vez algunos son así, pero no son los meros jefes. Los meros jefes andan bien vestidos, tienen estudios en el extranjero, son elegantes, no se andan escondiendo sino que comen en buenos restaurantes y salen en los periódicos muy bonitos y bien vestidos en sus fiestas, o sea que, como luego se dice, son “gente bien”, y algunos hasta son gobernantes, diputados, senadores, secretarios de estado, empresarios prósperos, jefes de policía, generales.

¿Estamos diciendo que la política no sirve? No, lo que queremos decir es que ESA política no sirve. Y no sirve porque no toma en cuenta al pueblo, no lo escucha, no le hace caso, nomás se le acerca cuando hay elecciones, y ya ni siquiera quieren votos, ya basta con las encuestas para decir quien gana. Y entonces pues puras promesas de que van a hacer esto y van a hacer lo otro, y ya luego, pues anda-vete y no los vuelves a ver, mas que cuando sale en las noticias que ya se robaron mucho dinero y no les van a hacer nada porque la ley, que esos mismos políticos hicieron, los protege.

Porque ése es otro problema, y es que la Constitución ya está toda manoseada y cambiada. Ya no es la que tenía los derechos y las libertades del pueblo trabajador, sino que ahora están los derechos y las libertades de los neoliberalistas para tener sus grandes ganancias. Y los jueces están para servir a esos neoliberalistas, porque siempre dan su palabra a favor de ellos, y a los que no son ricos pues les tocan las injusticias, las cárceles, los cementerios.

Bueno, pues aún con todo este desbarajuste que están haciendo los neoliberalistas, hay mexicanos y mexicanas que se organizan y hacen lucha de resistencia.

Y así nos enteramos que hay indígenas, que sus tierras están retiradas de aquí de Chiapas, y que hacen su autonomía y defienden su cultura y cuidan la tierra, los bosques, el agua.

Y hay trabajadores del campo, o sea campesinos, que se organizan y hacen sus marchas y movilizaciones para exigir créditos y apoyos al campo.

Y hay trabajadores de la ciudad que no se dejan que les quiten sus derechos o que privaticen sus trabajos, sino que protestan y se manifiestan para que no les quiten lo poco que tienen y para que no le quiten al país lo que es suyo de por sí, como la electricidad, el petróleo, la seguridad social, la educación.

Y hay estudiantes que no dejan que se privatice la educación y luchan porque sea gratuita y popular y científica, o sea que no cobren, que toda la gente pueda aprender, y que en las escuelas no enseñen tarugadas.

Y hay mujeres que no dejan que las traten como adorno o que las humillen y desprecien nomás por mujeres, sino que se organizan y luchan por el respeto que merecen como mujeres que son.

Y hay jóvenes que no aceptan que los embrutecen con las drogas o que los persiguen por sus modos de ser, sino que se hacen conscientes con su música y su cultura, su rebeldía pues.

Y hay homosexuales, lesbianas, transexuales y muchos modos, que no se conforman con que los burlan, y los desprecian, y los maltratan, y hasta los matan porque tienen otro modo que es diferente, y los tratan de anormales o delincuentes, sino que hacen sus organizaciones para defender su derecho a la diferencia.

Y hay sacerdotes y monjas y los que se llaman seglares, que no están con los ricos ni resignados en la rezadera, sino que se organizan para acompañar las luchas del pueblo.

Y hay los que se llaman luchadores sociales, que son hombres y mujeres que toda su vida se la han pasado luchando por el pueblo explotado, y son los mismos que participaron en las grandes huelgas y acciones obreras, en las grandes movilizaciones ciudadanas, en los grandes

movimientos campesinos, y que sufrieron las grandes represiones, y como quiera, aunque algunos ya tienen edad, siguen sin rendirse, y ahí andan de un lado a otro buscando la lucha, buscando la organización, buscando la justicia, y se hacen organizaciones de izquierda, organizaciones no gubernamentales, organizaciones de derechos humanos, organizaciones de defensa de presos políticos y de aparición de los desaparecidos, publicaciones de izquierda, organizaciones de maestros o estudiantes, o sea lucha social, y hasta organizaciones político-militares, y nomás no se están quietos y mucho saben porque mucho han visto y oído y vivido y luchado.

Y así en general, nosotros vemos que en nuestro país, que se llama México, hay mucha gente que no se deja, que no se rinde, que no se vende. O sea que es digna. Y eso nos da mucho contento y alegría porque con toda esa gente pues no tan fácil van a ganar los neoliberalistas y tal vez si se logra salvar a nuestra Patria de los grandes robos y destrucción que le hacen. Y pensamos que ojalá nuestro “nosotros” incluyera todas esas rebeldías...

V.- DE LO QUE QUEREMOS HACER.

Bueno, pues ahora les vamos a decir lo que queremos hacer en el mundo y en México, porque no podemos ver todo lo que pasa en nuestro planeta y quedarnos nomás callados, como si sólo nosotros estamos donde estamos.

Pues en el mundo lo que queremos es decirle a todos los que resisten y luchan con sus modos y en sus países, que no están solos, que nosotros los zapatistas, aunque somos muy pequeños, los apoyamos y vamos a ver el modo de ayudarlos en sus luchas y de hablar con ustedes para aprender, porque de por sí lo que hemos aprendido es a aprender.

Y queremos decirle a los pueblos latinoamericanos que es para nosotros un orgullo ser una parte de ustedes, aunque sea pequeña. Que bien que nos acordamos cuando hace años también se iluminaba el continente y una luz se llamaba Che Guevara, como antes se llamó Bolívar, porque a veces los pueblos agarran un nombre para decir que agarran una bandera.

Y queremos decirle al pueblo de Cuba, que ya lleva muchos años resistiendo en su camino, que no está solo y que no estamos de acuerdo con el bloqueo que les hacen y que vamos a ver el modo de mandarles algo, aunque sea maíz, para su resistencia. Y queremos decirle al pueblo norteamericano, que nosotros no revolvemos y sabemos que una cosa son los malos gobiernos que tienen y que pasan a perjudicar a todo el mundo, y otra muy diferente los norteamericanos que luchan en su país y se solidarizan con las luchas de otros pueblos. Y queremos decirle a los hermanos y hermanas Mapuche, en Chile, que vemos y aprendemos de sus luchas. Y a los venezolanos que bien que miramos cómo defienden su soberanía o sea el derecho de su Nación a decidir para dónde va. Y a los hermanos y hermanas indígenas del Ecuador y Bolivia les decimos que nos están dando una buena lección de historia a toda Latinoamérica porque ahora sí que le están poniendo un alto a la globalización neoliberal. Y a los piqueteros y a los jóvenes de Argentina les queremos decir eso, que los queremos. Y a los que en Uruguay se quieren un mejor país que los admiramos. Y a los que están sin tierra en Brasil que los respetamos. Y a todos los jóvenes de Latinoamérica que está bueno lo que están haciendo y que nos da una gran esperanza.

Y queremos decirles a los hermanos y hermanas de la Europa Social, o sea la que es digna y rebelde, que no están solos. Que nos alegran mucho sus grandes movimientos contra las guerras neoliberalistas. Que miramos con atención sus formas de organización y sus modos de

luchar para que tal vez algo aprendemos. Que estamos viendo el modo de apoyarlos en sus luchas y que no les vamos a mandar euros porque luego se devalúan por lo del relajo de la Unión Europea, pero tal vez les vamos a mandar artesanías y café para que lo comercializan y algo se ayudan en sus trabajos para la lucha. Y tal vez también les mandamos pozol que da mucha fuerza en la resistencia, pero quien sabe si les mandamos porque el pozol es más bien de nuestro modo y qué tal que les perjudica la panza y se debilitan sus luchas y los derrotan los neoliberalistas.

Y queremos decirles a los hermanos y hermanas de África, Asia y Oceanía que sabemos que también se están luchando y que queremos conocer más de sus ideas y sus prácticas.

Y queremos decirle al mundo que lo queremos hacer grande, tan grande que quepan todos los mundos que resisten porque los quieren destruir los neoliberalistas y porque no se dejan así nomás sino que luchan por la humanidad.

Bueno, pues en México lo que queremos hacer es un acuerdo con personas y organizaciones mero de izquierda, porque pensamos que es en la izquierda política donde mero está la idea de resistirse contra la globalización neoliberal, y de hacer un país donde haya, para todos, justicia, democracia y libertad. No como ahorita que sólo hay justicia para los ricos, sólo hay libertad para sus grandes negocios y sólo hay democracia para pintar las bardas con propaganda electoral. Y porque nosotros pensamos que sólo de la izquierda puede salir un plan de lucha para que nuestra Patria, que es México, no se muere.

Y entonces, lo que pensamos es que, con estas personas y organizaciones de izquierda, hacemos un plan para ir a todas las partes de México donde hay gente humilde y sencilla como nosotros.

Y no es que vamos a decirles qué deben hacer o sea a darles orden.

Tampoco es que vamos a pedirles que voten por un candidato, que ya sabemos que los que hay son neoliberalistas.

Tampoco es que les vamos a decir que hagan igual a nosotros, ni que se levanten en armas.

Lo que vamos a hacer es preguntarles cómo es su vida, su lucha, su pensamiento de cómo está nuestro país y de cómo hacemos para que no nos derroten.

Lo que vamos a hacer es tomar su pensamiento de la gente sencilla y humilde y tal vez encontramos en ella el mismo amor que sentimos nosotros por nuestra patria.

Y tal vez encontramos un acuerdo entre los que somos sencillos y humildes y, juntos, nos organizamos en todo el país y ponemos de acuerdo nuestras luchas que ahorita están solas, apartadas unas de otras, y encontramos algo así como un programa que tenga lo que queremos todos, y un plan de cómo vamos a conseguir que ese programa, que se llama “programa nacional de lucha”, se cumpla.

Y entonces, según el acuerdo de la mayoría de esa gente que vamos a escuchar, pues hacemos una lucha con todos, con indígenas, obreros, campesinos, estudiantes, maestros, empleados, mujeres, niños, ancianos, hombres, y con todo aquel que tenga bueno su corazón y tenga la gana de luchar para que no se acabe de destruir y vender nuestra patria que se llama “México”

y que viene quedando entre el río Bravo y el río Suchiate, y de un lado tiene el océano pacífico y del otro el océano atlántico.

VI.- DE COMO LO VAMOS A HACER.

Y entonces ésta es nuestra palabra sencilla que va dirigida a la gente humilde y simple de México y el mundo, y a ésta nuestra palabra de ahora la llamamos:

Sexta Declaración de la Selva Lacandona.

Y aquí estamos para decir, con nuestra palabra sencilla, que...

El EZLN mantiene su compromiso de cese al fuego ofensivo y no hará ataque alguno contra fuerzas gubernamentales ni movimientos militares ofensivos.

El EZLN mantiene todavía su compromiso de insistir en la vía de la lucha política con esta iniciativa pacífica que ahora hacemos. Por lo tanto, el EZLN seguirá en su pensamiento de no hacer ningún tipo de relación secreta con organizaciones político-militares nacionales o de otros países.

El EZLN refrenda su compromiso de defender, apoyar y obedecer a las comunidades indígenas zapatistas que lo forman y son su mando supremo, y, sin interferir en sus procesos democráticos internos y en la medida de sus posibilidades, contribuir al fortalecimiento de su autonomía, buen gobierno y mejora de sus condiciones de vida. O sea que lo que vamos a hacer en México y el mundo, lo vamos a hacer sin armas, con un movimiento civil y pacífico, y sin descuidar ni dejar de apoyar a nuestras comunidades.

Por lo tanto...

En el mundo...

1.- Haremos más relaciones de respeto y apoyos mutuos con personas y organizaciones que resisten y luchan contra el neoliberalismo y la humanidad.

2.- En la medida de nuestras posibilidades mandaremos apoyos materiales como alimentos artesanías para los hermanos y hermanas que luchan en todo el mundo.

Para empezar, vamos a pedir prestado a la Junta de Buen Gobierno de La Realidad, el Camión que se llama "Chompiras" y le caben parece que 8 toneladas, y lo vamos a llenar de maíz y tal vez dos tambos de 200 litros cada uno con gasolina o petróleo, según qué les conviene, y los vamos a entregar en la embajada de Cuba en México para que lo mandan en su pueblo cubano como un apoyo de los zapatistas para su resistencia contra el bloqueo norteamericano. O tal vez hay un lugar más acá para entregar porque siempre está retirado hasta la Ciudad de México y qué tal que se descompone el "Chompiras" y vamos a quedar mal. Y eso pues hasta que sale la cosecha que ahorita está verdeando en la milpa y si no nos atacan, porque si mandamos en estos meses que vienen pues puro elote mandamos y no llega bien ni en tamales, mejor en noviembre o diciembre, según.

Y también vamos a hacer acuerdo con las cooperativas de mujeres de las artesanías para mandar un buen tanto de bordados a las Europas que tal vez ya no son Unión, y también tal

vez mandamos café orgánico de las cooperativas zapatistas, para que lo vendan y saquen un poco de paga para su lucha. Y si no se vende pues siempre pueden echar un cafecito y platicar de la lucha antineoliberal, y si hace un poco de frío pues se tapan con los bordados zapatistas que sí resisten bien hasta los lavados a mano y piedra y, además, no despintan.

Y a los hermanos y hermanas indígenas de Bolivia y Ecuador también les vamos a mandar un poco de maíz no-transgénico y nomás que no sabemos donde mero entregar para que llegue cabal pero sí estamos dispuestos para dar esta pequeña ayuda.

3.- Y a todos y todas que resisten en todo el mundo les decimos que hay que hacer otros encuentros intercontinentales, aunque sea otro uno. Tal vez diciembre de este año o enero próximo, hay que pensar. No queremos decir mero cuándo, porque se trata de que hacemos acuerdo parejo en todo, de dónde, de cuando, de cómo, de quién. Pero que no sea de templete donde unos pocos hablan y todos los demás escuchan, sino que sin templete, puro plano y todos hablan, pero en orden porque si no pues pura bulla y no se entiende la palabra, y con buena organización todos escuchan, y así apuntan en sus cuadernos las palabras de resistencia de otros para que luego cada quien lo platica a sus compañeros y compañeras en sus mundos. Y nosotros pensamos que sea en un lugar que tenga una cárcel muy grande, porque qué tal que nos reprimen y nos encarcelan, y para no estar todos amontonados sino que presos pero, eso sí, bien organizados, y ahí en la cárcel le seguimos el encuentro intercontinental por la humanidad y contra el neoliberalismo. Entonces ahí luego les decimos cómo hacemos para ponernos de acuerdo en cómo nos vamos a poner de acuerdo. Bueno pues así es como pensamos hacer lo que queremos hacer en el mundo. Ahora sigue...

En México...

1.- Vamos a seguir luchando por los pueblos indios de México, pero ya no sólo por ellos ni sólo con ellos, sino que por todos los explotados y desposeídos de México, con todos ellos y en todo el país. Y cuando decimos que todos los explotados de México también estamos hablando de los hermanos y hermanas que se han tenido que ir a Estados Unidos a buscar trabajo para poder sobrevivir.

2.- Vamos a ir a escuchar y hablar directamente, sin intermediarios ni mediaciones, con la gente sencilla y humilde del pueblo mexicano y, según lo que vamos escuchando y aprendiendo, vamos a ir construyendo, junto con esa gente que es como nosotros, humilde y sencilla, un programa nacional de lucha, pero un programa que sea claramente de izquierda o sea anticapitalista o sea antineoliberal, o sea por la justicia, la democracia y la libertad para el pueblo mexicano.

3.- Vamos a tratar de construir o reconstruir otra forma de hacer política, una que otra vuelta tenga el espíritu de servir a los demás, sin intereses materiales, con sacrificio, con dedicación, con honestidad, que cumpla la palabra, que la única paga sea la satisfacción del deber cumplido, o sea como antes hacían los militantes de izquierda que no paraban ni con golpes, cárcel o muerte, mucho menos con billetes de dólar.

4.- También vamos a ir viendo de levantar; una lucha para demandar que hacemos una nueva Constitución o sea nuevas leyes que tomen en cuenta las demandas del pueblo mexicano como son: techo, tierra, trabajo, alimento, salud, educación, información, cultura, independencia, democracia, justicia, libertad y paz. Una nueva Constitución que reconozca los derechos y libertades del pueblo, y defienda al débil frente al poderoso.

PARA ESTO....

El EZLN enviará una delegación de su dirección para hacer este trabajo en todo el territorio nacional y por tiempo indefinido. Esta delegación zapatista, junto con las organizaciones y personas de izquierda que se sumen a esta Sexta Declaración de la Selva Lacandona, irá a los lugares a donde nos inviten expresamente.

También avisamos que el EZLN establecerá una política de alianzas con organizaciones y movimientos no electorales que se definan, en teoría y práctica, como de izquierda, de acuerdo a las siguientes condiciones:

No a hacer acuerdos arriba para imponer abajo, sino a hacer acuerdos para ir juntos a escuchar y a organizar la indignación; no a levantar movimientos que sean después negociados a espaldas de quienes los hacen, sino a tomar en cuenta siempre la opinión de quienes participan; no a buscar regalitos, posiciones, ventajas, puestos públicos, del Poder o de quien aspira a él, sino a ir más lejos de los calendarios electorales; no a tratar de resolver desde arriba los problemas de nuestra Nación, sino a construir DESDE ABAJO Y POR ABAJO una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México.

Sí al respeto recíproco a la autonomía e independencia de organizaciones, a sus formas de lucha, a su modo de organizarse, a sus procesos internos de toma de decisiones, a sus representaciones legítimas, a sus aspiraciones y demandas; y sí a un compromiso claro de defensa conjunta y coordinada de la soberanía nacional, con la oposición intransigente a los intentos de privatización de la energía eléctrica, el petróleo, el agua y los recursos naturales.

O sea que, como quien dice, invitamos a las organizaciones políticas y sociales de izquierda que no tengan registro, y a las personas que se reivindicuen de izquierda que no pertenezcan a los partidos políticos con registro, a reunimos en tiempo, lugar y modo que les propondremos en su oportunidad, para organizar una campaña nacional, visitando todos los rincones posibles de nuestra patria, para escuchar y organizar la palabra de nuestro pueblo. Entonces es como una campaña, pero muy otra porque no es electoral.

Hermanos y hermanas:

Ésta es nuestra palabra que declaramos:

En el mundo vamos a hermanarnos más con las luchas de resistencia contra el neoliberalismo y por la humanidad.

Y vamos a apoyar, aunque sea un poco, a esas luchas.

Y vamos, con respeto mutuo, a intercambiar experiencias, historias, ideas, sueños.

En México, vamos a caminar por todo el país, por las ruinas que ha dejado la guerra neoliberal y por las resistencias que, atrincheradas, en él florecen.

Vamos a buscar, y a encontrar, a alguien que quiera a estos suelos y a estos cielos siquiera tanto como nosotros.

Vamos a buscar, desde La Realidad hasta Tijuana, a quien quiera organizarse, luchar, construir acaso la última esperanza de que esta Nación, que lleva andando al menos desde el tiempo en que un águila se posó sobre un nopal para devorar una serpiente, no muera.

Vamos por democracia, libertad y justicia para quienes nos son negadas.

Vamos con otra política, por un programa de izquierda y por una nueva constitución.

Invitamos a los indígenas, obreros, campesinos, maestros, estudiantes, amas de casa, colonos, pequeños propietarios, pequeños comerciantes, micro empresarios, jubilados, discapacitados, religiosos y religiosas, científicos, artistas, intelectuales, jóvenes, mujeres, ancianos, homosexuales y lesbianas, niños y niñas, para que, de manera individual o colectiva participen directamente con los zapatistas en esta CAMPAÑA NACIONAL para la construcción de otra forma de hacer política, de un programa de lucha nacional y de izquierda, y por una nueva Constitución.

Y pues ésta es nuestra palabra de lo que vamos a hacer y de cómo lo vamos a hacer. Ahí lo vean si es que le quieren entrar.

Y les decimos a los hombres y mujeres que tengan bueno su pensamiento en su corazón, que estén de acuerdo con esta palabra que sacamos y que no tengan miedo, o que tengan miedo pero que lo controlen, pues que digan públicamente si están de acuerdo con esta idea que estamos declarando y pues así vamos viendo de una vez quién y cómo y en dónde y cuándo es que se hace este nuevo paso en la lucha.

Por mientras lo piensan, les decimos que, hoy, en el sexto mes del año de 2005, los hombres, mujeres, niños y ancianos del Ejército Zapatista de Liberación Nacional ya nos decidimos y ya suscribimos esta Sexta Declaración de la Selva Lacandona, y firmaron los que saben y los que no lo pusieron su huella, pero ya son menos los que no saben porque ya se avanzó la educación aquí en este territorio en rebeldía por la humanidad y contra el neoliberalismo, o sea en cielo y tierra zapatistas.

Y ésta fue nuestra sencilla palabra dirigida a los corazones nobles de la gente simple y humilde que resiste y se rebela contra las injusticias en todo el mundo.

¡DEMOCRACIA!

¡LIBERTAD!

¡JUSTICIA!

Desde las montañas del Sureste Mexicano.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. México, en el mes sexto, o sea en junio, del año del 2005.